



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA E CONEXÕES ATLÂNTICAS**

SUELLEM DE JESUS PEREIRA

**AS INTERFACES DE UMA HISTÓRIA OFICIAL: MISSIONÁRIOS
PENTECOSTAIS E O CONTEXTO SOCIOECONÔMICO EM BELÉM DO PARÁ
(1893-1910)**

SUELLEM DE JESUS PEREIRA

**AS INTERFACES DE UMA HISTÓRIA OFICIAL: MISSIONÁRIOS
PENTECOSTAIS E O CONTEXTO SOCIOECONÔMICO EM BELÉM DO PARÁ
(1893-1910)**

Dissertação apresentada ao Mestrado em História e Conexões Atlânticas:
Culturas e Poderes do Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade Federal do Maranhão, como exigência para a obtenção do título
de Mestre em História.

Orientador: Lyndon de Araújo Santos
Co-orientador: Moab César Carvalho Costa

RESUMO

Abordo o contexto social e econômico no final do século XIX e início do XX, quando os missionários suecos pentecostais chegam na capital do Pará (Belém) em 1911, como fonte utilizo o Jornal *A República do Club Republicano (PA)* nos anos de 1893 á 1910, trabalhos acadêmicos de pesquisadores que pesquisaram o período, e fontes bibliográficas oficiais da instituição, livros publicados pela Casa Publicadora das Assembleias de Deus (CPAD): *História da Convenção Geral dos Ministérios das Assembleias de Deus no Brasil (2022)* e a *História das Assembleias de Deus no Brasil (1960)* escrito por Emilio Conde, também o *Enviado por Deus: Memórias de Daniel Berg (2024)* e o *Diário do Pioneiro (2024)*. O objetivo é mostrar as interfaces do discurso histórico de Belém, acerca da chegada dos missionários pentecostais - os fundadores da Assembleia de Deus e não somente a narrativa enfatizada na Historiografia Oficial assembleiana. A pretensão não é para deslegitimar ou colocar juízo de valor sobre a história oficial, mas trazer o contexto socioeconômico no qual os missionários encontraram ao desembarcaram em Belém do Pará. Entendendo que o discurso de qualquer instituição religiosa foi construído num saber e conhecimento da História Oficial (original), isto é, de que toda instituição religiosa surgiu em um dado período do tempo (de um contexto histórico específico, dotado de implicações e influências externas) da história, formalizando através de biografias, resoluções, livros e etc, a História da sua própria religião, mais invisibilizando outras narrativas concernentes a ela. Utilizo como base teórica o livro *Arqueologia do Saber (2008)* de Michel Foucault que formulou o termo *enunciado*, como um saber formal e científico, porquanto um saber legítimo e regulador que sofreria alterações discursivas na história, se referindo as singularidades de um tema - de modo comparativo e das influências externas - política, econômica e a religião de sua época. No qual a comparação discursiva agiria na análise do enunciado (saber) - as regularidades e particularidades.

Palavras-chaves: Missionários, Assembleia de Deus, Belém, Borracha

ABSTRACT

I address the social and economic context at the end of the 19th and beginning of the 20th centuries, when Swedish Pentecostal missionaries arrived in the capital of Pará (Belém) in 1911. I use the newspaper *A República* from the *Republican Club (PA)*. The objective is to show the other discursive and historical side of the arrival of the Pentecostal missionaries who founded the *Assemblies of God*, and not only the narrative emphasized in the *Official History of the Assemblies of God*. I do not intend to delegitimize or pass judgment on the official history, but to bring to light the socioeconomic context in which the missionaries arrived upon disembarking in Belém, Pará. I understand that the discourse of any religious institution is constructed upon knowledge and understanding of the *Official (original) History*; that is, that every religious institution originated in a given period of time (within a specific historical context, endowed with external implications and influences), formalizing through biographies, resolutions, books, etc., the history of its own religion, while making other narratives related to it invisible. I use Michel Foucault's book **The Archaeology of Knowledge** (2008), which formulated the term "utterance" as a formal and scientific form of knowledge, a legitimate and regulatory knowledge that undergoes discursive changes throughout history. This allows for the comparative capture of the singularities of a theme, influenced by external circumstances such as the politics, economics, and religion of its time. This type of comparison is not aimed at seeking the originality of the discourse, nor at revealing external influences, but rather at the comparative analysis of the utterance (knowledge)—its regularities and particularities.

Keywords: Missionaries, Assembly of God, Bethlehem, Rubber

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Pereira, Suellem de Jesus.

AS INTERFACES DE UMA HISTÓRIA OFICIAL : MISSIONÁRIOS
PENTECOSTAIS E O CONTEXTO SOCIOECONÔMICO EM BELÉM DO PARÁ
1893-1910 / Suellem de Jesus Pereira. - 2026.
133 p.

Coorientador(a) 1: Moab César Carvalho Costa.

Orientador(a): Lyndon de Araújo Santos.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
História/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís
(ma), 2026.

1. Missionários. 2. Assembleia de Deus. 3. Belém. 4.
Borracha. I. Santos, Lyndon de Araújo. II. Costa, Moab
César Carvalho. III. Título.

SUELLEM DE JESUS PEREIRA

**AS INTERFACES DE UMA HISTÓRIA OFICIAL: MISSIONÁRIOS
PENTECOSTAIS E O CONTEXTO SOCIOECONÔMICO EM BELÉM DO PARÁ
(1893-1910)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História,
da Universidade Federal do Maranhão, visando a aquisição do grau de mestre em História
e Conexões Atlânticas: Culturas e Poderes.

Aprovada em 11/06/2026

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Lyndon de Araújo Santos

Professor Associado II do Depto. de História na Universidade
Federal do Maranhão (UFMA)

Prof. Dr. Moab César Carvalho Costa

Professor Adjunto IV do Curso de História da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão -
UEMASUL

Prof. Dra. Patricia Carla de Melo Martins

Pesquisadora Adjunto B na Universidade Federal do Maranhão
(UFMA)

Prof. Dra. Elba Fernanda Marques Mota

Professora concursada no Instituto Federal do Maranhão
(IFMA)

O Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Maranhão, certifica que esta
é a versão final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para a obtenção do título de
mestre em História e Conexões Atlânticas: Culturas e Poderes.

Prof. Dr. Lyndon de Araújo Santos

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço aos meus superiores, o filho (Jesus Cristo) e ao Pai (Deus) que são os meus guias nessa caminhada terrena, e a todos aqueles que indiretamente estiveram torcendo e estimulando na conclusão desta Pós-Graduação.

A *Universidade Federal do Maranhão (UFMA)*, em especial ao *Programa de Pós-graduação em História e Conexões Atlânticas: Culturas e Poderes (PPGHIS)* por ter concedido a oportunidade de desenvolver esta pesquisa e, aos professores que compuseram a banca de entrevista durante o processo seletivo.

Também pelo benefício financeiro concedido pela *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)* no segundo semestre de 2024, na reta final do curso, o qual foi essencial para que eu pudesse parar e estudar, diferentemente de alguns colegas do curso que não tiveram o mesmo privilégio.

Também, às minhas amigas e irmãs do coração (Letícia Pereira, Fernanda Pereira, Nair Trajano, Rafaela, Clarice Silva e Maisa Marinho), e à minha família que indiretamente contribuíram nesta minha caminhada acadêmica, particularmente a minha prima Siderleia Dias, pelas palavras motivadoras de encorajamento e, sempre consistentes para que eu nunca desistisse dos meus objetivos, desejos de crescimento profissional e pessoal, independentemente das circunstâncias.

Aos professores do Programa, especificamente Pollyanna Gouveia Mendonça Muniz, Patrícia Carla de Melo Martins, Thiago Lima dos Santos, e ao orientador Lyndon de Araújo Santos que sempre ajudou, sanou minhas dúvidas e solicitações acadêmicas.

Por fim, e não menos importante, o co-orientador Moab César Carvalho Costa (UEMASUL) pelas assertivas orientações e “puxões de orelhas” dos quais foram fundamentais para essa pesquisa. Pois, todos eles ajudaram e contribuíram para a realização desta pesquisa.

A realização deste trabalho só foi possível pelos esforços anteriores do meu pai José Dias Pereira (*in memoriam*), meu avô Pedro Dias de Sousa (*in memoriam*), e pela estimada garra e perseverança da minha avó, Raimunda de Jesus Silva que me criou e educou. Através deles, sobrevive!

LISTA DE SIGLAS

Assembleia de Deus (AD - CIADSETA)

Associação Promotora de Imigração (API)

Casa Publicadora das Assembleias de Deus (CPAD)

Convenção Interestadual dos Ministros e das Igrejas Evangélicas Assembleias de Deus (Ciadseta)

Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB)

Evangélica Assembléia de Deus de Imperatriz (IEADI)

Sociedade Central de Imigração (SCI)

Sociedade Promotora de Imigração (SPI)

Secretária dos Negócios da Agricultura do Comércio e das Obras Públicas (SENACOP)

Sociedade Paraense de Imigração (SPI)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	p.10
1 CAPÍTULO - PROTESTANTES E PENTECOSTAIS	p.30
1.1 - Metodistas, Batistas e Pentecostais	p.42
1.2 - Contexto sócio histórico de Belém do Pará	p.51
1.3 - O Jornal A República do Club Republicano (PA)	p.83
2 CAPÍTULO - OS CONTRAPONTO DA HISTÓRIA OFICIAL DO ASSEMBLEIANISMO NO BRASIL	p.97
2.1 - História da Convenção Geral dos Ministérios das Igrejas Evangélicas Assembleia de Deus no Brasil (1930-2021)	p.100
2.2 - Diário do Pioneiro e o Enviado por Deus: Memórias de Daniel Berg	p.105
2.3 - Contraposições discursivas sobre a vinda dos missionários pentecostais Daniel Berg e Gunnar Vingren para o Brasil (PA)	p.113
CONSIDERAÇÕES FINAIS	p.118
REFERÊNCIAS	p.129
PERIÓDICOS	p.133

INTRODUÇÃO

Na seleção do Programa, apresentei um outro Projeto de Pesquisa, que era realizar trabalho de campo em Tocantinópolis (TO), na *Igreja Assembléia de Deus (AD - CIADSETA)*. Busquei historicizar sua criação e analisar as relações de gênero, especialmente no que concerne às atividades e funções desempenhadas pelas mulheres evangélicas, tendo como “pano de fundo” os marcadores sociais da diferença, de modo a compreender as distinções praticadas e exercidas entre elas.

Mas, não foi possível dar continuidade a esse Projeto de Pesquisa, pois a interlocutora desistiu de atuar como “ponte com a Igreja” - sendo estas as pastoras e as fiéis. Diante disso, tornou-se necessário desenvolver um novo projeto de pesquisa.

Assim, emergiu a possibilidade de um trabalho de caráter bibliográfico, sob orientação do professor Lyndon, embora eu ainda não tivesse uma direção consolidada para formular um novo problema de trabalho de pesquisa, com objetivos e hipóteses consolidadas.

A leitura de textos com perspectivas diversas sobre as Assembleias de Deus - em especial o livro *Matriz Pentecostal Brasileira: Assembleias de Deus, 1911 a 2011* (Alencar, 2019), aliada ao acompanhamento de discussões históricas realizadas por este autor na plataforma digital *YouTube*, foi o que me influenciou em indagações e abriu panoramas novos de investigação.

Foi então que ocorreu o desejo de aprofundar o estudo do contexto socioeconômico e histórico de Belém do Pará, abrangendo o período imperial, provincial e a República - até meados do ano de 1910, quando ocorreu a chegada dos missionários Gunnar Vingren e Daniel Berg.

Com o objeto de pesquisa sendo a historicização do Estado do Pará (Belém), associado ao comparativismo do discurso da historiografia das Assembleias de Deus no Brasil.

Deste modo, a escolha para o título deste trabalho de pós-graduação foi *As Interfaces de uma História Oficial: Missionários Pentecostais e o Contexto Socioeconômico em Belém do Pará (1893–1910)*, convergindo com o diálogo da sociologia histórica, já que apresento o aspecto sociológico da religião como sistema institucional moldado por interesses de agentes de corpos sacerdotais evangélicos, bem como a formação histórica, econômica e social de Belém do Pará.

Durante o processo, busquei fontes jornalísticas na *Hemeroteca Digital Brasileira (BNDigital)*, no período de 1900 a 1910, e no site da *Biblioteca Pública Arthur Vianna (BPAV)*, na seção Obras Raras Digitais. Nos dois sites, selecionei os dados e as informações que ajudariam a responder aos objetivos da dissertação, logo, a seleção foi minuciosa e detalhista. Realizei leituras, ficlei e analisei as informações ali contidas.

Além disso, a escolha teórica convergiu para o tema, valendo-me das reflexões centrais de Pierre Bourdieu (2004) sobre o conceito de *Estrutura Estruturada* e *Estrutura Estruturante* e seus desdobramentos, bem como das contribuições de Michel Foucault (2008), que tratou do termo *enunciado* para lidar com as alterações e comparações dos discursos. O autor também desenvolveu longas discussões sobre os interesses dos sujeitos que escrevem a história e constituíram assim, um discurso legítimo.

É a partir disso que a orientação e o destino da problemática desta pesquisa se dão pelo apagamento da verdade acerca da entrada missionária dos pentecostais, pelos interesses e pela ligação estrutural com o Brasil Império, pois não deixamos de perceber as tratativas e leis formuladas naquele período, relativas aos imigrantes que chegaram a Belém do Pará e ao país, possibilitadas pelo interesse econômico imperial.

Digo, portanto, que ocorreu a omissão do não dito, atribuindo a Gunnar Vingren e Daniel Berg quando as fontes oficiais dizem que foi apenas uma revelação do Espírito Santo ou, preferencialmente, um mito fundador¹ da Assembleia de Deus no Brasil, deixando assim as articulações e as interligações dos fatos apagadas.

Avançamos com as divisões dos capítulos que segue uma ordem de entendimento da formação da capital do Pará (Belém), desde o período imperial, como Província Grão-Paraense, até sua conformação como distrito, considerando os conflitos e interesses políticos decorrentes da diminuição da economia e produção agrícola em detrimento da Seringueira, da migração e da imigração, e, por fim, do desenvolvimento estrutural da capital.

¹ A cientista da Religião Marina Corrêa tratou no seu Doutorado intitulado de - *A Operação do Carisma e o Exercício do Poder: A lógica dos Ministérios da Assembleia de Deus no Brasil* (2012), sobre a História dos missionários e da fundação da Assembleia de Deus no Brasil como o *Mito Fundador* da instituição, dado pelo atribuição e revelação espiritual como a “única” consequência da vinda dos missionários suecos pentecostais. Informações estas, que também pode ser encontrada no seu artigo *O Fenômeno Mitológico das Assembléias de Deus: O mito como meio de sustentação e forma de gerir novas Igrejas* (2009).

Desse modo, as repartições estão divididas em duas, no capítulo I - Protestantes e Pentecostais, capítulo II - Os Contrapontos da História Oficial do Assembleianismo no Brasil.

Diante disto, sigo no raciocínio de que os agrupamentos sociais e os estudos acadêmicos realizados nas áreas das Humanidades captaram os aspectos místicos e sobrenaturais humanos.

A religião atuando na vida dos sujeitos, assumindo importantes significados em suas crenças, vivências, visões de mundo e nas práticas morais, por ser um tipo de mecanismo de adoração, cultuação, sociabilidade etc. A partir disto, "tomo" algumas reflexões sociológicas sobre as experiências proporcionadas pela religião, de teóricos que pesquisaram e refletiram sobre a temática.

As reflexões do sociólogo Émile Durkheim (1998), que formulou os conceitos de sociedades simples e sociedades complexas na obra *As Formas Elementares da Vida Religiosa*, mostram os resultados de sua pesquisa sobre os sistemas totêmicos dos grupos étnicos na Austrália, distinguindo-os em dois pólos conceituais.

A sociedade simples é composta por agrupamentos humanos isolados, constituídos por uma formação cultural e religiosa, a religião, então, seria o sagrado e o profano, formada por deuses e signos que constituíam os modos de viver, cultivar e sobreviver. Ou seja, eram os resultados bons e ruins (como a abundância ou baixa de peixes nos rios, a chuva ou a seca no dia a dia, consequência das aprovações, insatisfações ou desaprovações dos deuses).

Outro autor para pensar o assunto é o sociólogo Max Weber, que formulou o conceito de ascese para referenciar os protestantes calvinistas na Europa, e que formulou a racionalidade burocrática para designar as instituições modernas, aplicando-a também à religião, trabalhando a ideia de predestinação, na qual o sujeito era o escolhido. Mas, afinal, o que isso significa?

Os calvinistas tinham o dogma dos aprovados por Deus, ou seja, dos salvos e dos não salvos, estes últimos regulavam constantemente suas ações, reprimindo a luxúria a fim de garantir a salvação, mas ela só poderia ser alcançada pela efetivação da poupança.

Em outras palavras, o resultado das finanças poupadas - o consumo valendo apenas das coisas necessárias e não das futilidades, era o que constaria como aprovação divina.

[...] Durkheim, numa abordagem funcionalista dos fatos sociais, atenta-se ao papel que a religião desempenha na coesão social, concluindo que ela é uma projeção da própria sociedade, criada por ela. Já o materialismo histórico adotado por Marx deixa-o atento à produção social e o faz assumir, como produto social, a religião é um aspecto alienante do conflito de classes. E Weber, por sua vez, buscando interpretar a ação social do indivíduo por meio de um método compreensivo, tem a religião como um aspecto que pode determinar a ação (Costa, 2007, p.19).

Para Pierre Bourdieu (2004), a religião tem várias implicações, como uma tradição dotada de *apriorismo* e *ideologia*, um tipo de campo, chamado pelo autor de *Estrutura Estruturante e Estruturada*, de classes centradas no saber litúrgico.

O mesmo, influenciado pelos autores clássicos das Ciências Sociais - apontados acima, vê a religião constituída por classes sociais/agrupamentos humanos, de modo que os indivíduos mais privilegiados economicamente e culturalmente, têm mais conhecimento sobre os dogmas, adquirida pela formação litúrgica.

Por serem conhecedores das regras morais e dos princípios estruturais da Igreja, que foram definidos e são redefinidos no percurso da história, enquanto os sujeitos das outras classes ou grupos pertencentes à mesma instituição religiosa não são possuidores dos mesmos conhecimentos sobre os dogmas em nível aprofundado, a exemplo da Bíblia Sagrada, seguindo apenas o que é dito pelos altos graus hierárquicos, tais como os bispos, padres, pastores etc, que são os autores estruturantes e moldadores da instituição religiosa.

Diante disso, a religião está predisposta a assumir uma função ideológica, função prática e política de absolutização do relativo e da legitimação do arbítrio. (Bourdieu, 2004, p. 47).

Parafraseando Bourdieu, essas atribuições estão inter-relacionadas, posto que, o que antes era pequeno ou grupal - concernente à adoração humana alterou-se, ou melhor, o não institucionalizado se institucionalizou e, com o tempo e pelo poder que detém, tornou-se gigante.

Deixou de ser um campo comum e coletivo para se tornar um campo religioso próprio, “autônomo”, político e universal, ordenado numa ideologia dogmática, operacionalizada em uma política interna e hierárquica, despercebida pelos leigos, tornando-se uma estrutura estruturante que se efetiva sobre uma estrutura estruturada - leigos sem o conhecimento litúrgico profundo do saber sobrenatural escrito.

O conjunto das transformações tecnológicas, econômicas e sociais correlatas ao nascimento e ao desenvolvimento das cidades, e em particular, aos progressos da divisão do trabalho e a aparição da separação do trabalho intelectual e do trabalho material, constituem a condição comum de dois processos que só podem realizar-se no âmbito de uma relação de interdependência e de retorno recíproco, a saber, a constituição de um campo religioso relativamente autônomo e o desenvolvimento de uma necessidade de "moralização" e de "sistematização" das crenças e práticas religiosas (Bourdieu, 2004, p.34).

Seguindo esta linha de raciocínio, semelhante à de Durkheim, a religião - nas suas variadas formas, esteve presente nas comunidades situadas nos campos, seguindo uma lógica própria e coletiva, por meio da qual as atividades religiosas circulavam em torno da ordem cosmológica, da natureza e das divindades, com um representante ocupando uma posição elevada em relação aos demais, por possuir o conhecimento do sagrado e representar a manutenção das práticas e tradições das entidades.

No deslocamento dos sujeitos para as metrópoles nascentes, que viviam distantes das cidades, em aldeamentos ou agrupamentos étnicos, com laços de solidariedade e crenças e valores comuns, passaram a mover-se para as cidades em função das indústrias que estavam emergindo - a exemplo da Inglaterra, em meados dos séculos XVIII e XIX, que atraiu muitos indivíduos para as fábricas de tecelagem (Bourdieu, 2004).

Neste contexto, o Estado legitimou e disseminou obrigatoriamente uma religião oficial e autônoma, que passou a sistematizar o dogma em doutrina, por consequência, ela se operacionalizou como instituição e burocratização, tendo como resultado a distinção entre os que detêm o saber sagrado e os receptores (membros), decorrente da separação social e econômica.

Logo, a ideologia vai perpassar pelo grupo capacitado - que tem a formação teológica, para estabelecer o discurso, por meio da dialética da estrutura estruturante e estruturada.

Os autores discutidos - Durkheim, Weber e Bourdieu, os dois primeiros clássicos das Ciências Sociais e o terceiro importante autor contemporâneo da Sociologia, nos ajuda a pensar e refletir, preliminarmente sobre o que diz respeito aos seus conceitos sobre o aspecto religioso e suas implicações sobre os sujeitos e a sociedade. Agora, prosseguimos, com o filósofo Michel Foucault, concernente à sua obra *Arqueologia do Saber*.

Foucault (2008) trabalhou com o termo enunciado como um saber formal e científico, porquanto um saber legítimo e regulador que sofreu alterações discursivas ao longo da história, sendo possível captar as singularidades de um tema ou de uma pesquisa de forma comparativa e apreender as influências externas, sejam de ordens econômicas, políticas ou mesmo da religião - acrescentei esta última para uma dada cronologia histórica.

Essa comparação não é para buscar originalidade do discurso, nem para fazer emergir as influências externas (na primeira instância, isso fica de modo relegado) no saber científico, mas para fazer a análise comparativa do enunciado-saber, de sua regularidade e particularidade. Pois é com isso:

[...] A análise do campo discursivo é orientado de forma inteiramente diferente; trata-se de compreender o enunciado na estreiteza de sua existência, de fixar os limites de forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar suas outras formas de enunciados exclusivos [...] A arqueologia: uma análise comparativa que não se defina a reduzir a divindade dos discursos nem a delinear a unidade que deve totalizá-los, mas sim a repartir sua diversidade em figuras diferentes. A comparação arqueológica não tem um efeito unificador, mas multiplicador. [...] A arqueologia foi também com que apareçam relações entre as formações discursivas e domínios não discursivos (instituições, acontecimentos políticos, práticas e processos econômicos) (Foucault, 2008, p. 31-183).

Desta forma, a arqueologia do saber de Foucault está direcionada para outras áreas do conhecimento - como a Biomedicina e as Ciências Biológicas, todavia, tomei de empréstimo sua reflexão no que diz respeito ao discurso como um saber legítimo e, de certo modo, inquestionável dos que o professam, a fim de apreender - na contramão do que Foucault fez, o discurso legítimo e oficial de uma instituição religiosa/evangélica.

Já que a história religiosa é permeada por discursos legítimos internos e externos - os dois tipos agem de forma complementares, requerendo saber próprio sobre a doutrina, pois sabemos que esta nega, proíbe e concede como verdade inquestionável as normas e a ética cristã.

Diante disso, Bourdieu (2008) discutiu a legitimação da Igreja Apostólica Romana na Europa nos séculos XVII e XVIII como uma instituição que se firmou como religião legítima, verdadeira e irrefutável, hierarquizando o saber teológico no próprio grupo interno, formado por dois grupos: os especialistas e os leigos.

Assim, o discurso numa instituição religiosa é construído a partir do saber e do conhecimento da História Oficial da doutrina e/ou da igreja - o surgimento da instituição religiosa e seus representantes fundadores.

Assim sendo, toda instituição religiosa se originou em um dado período sócio-histórico - de um contexto histórico específico, dotado de implicações, formalizando seu nascimento por meio de biografias, resoluções e livros que narram sua história. Pois é na cristalização de personagens importantes da criação da doutrina ou igreja que a forma mais eficaz é eternizá-los e endeusá-los como os primeiros representantes, a exemplo de missionários(as) e evangelistas.

Essa forma narrativa pode ser justificada de diversas maneiras, a depender de quem a escreveu. Assim, devemos lembrar que a história é ideológica, registra falhas e inviabiliza outras verdades.

Se, para, De Certeau, defende a tese de que a história é um discurso que emerge da prática e de um lugar social e institucional. Ou seja, mesmo que o lugar do historiador ocupe seja ela própria instituição que é objeto de sua produção ou uma outra instituição ou lugar social, antagônico a ela, seu discurso vai sempre refletir os valores institucionais e sociais que motivam sua escrita. Como ele mesmo expressa, “toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção econômica, política e cultural [...] Ela está, pois, submetida a imposições ligadas a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função desse lugar que se integra os métodos (De Certeau, 2011, p. 47). [...] A história oficial de uma instituição, seja ela de qualquer natureza, é semelhante a história que uma mãe conta, sobre seus filhos, a um homem estranho. Ela exalta suas qualidades, suas habilidades, superlativa seus feitos e omite, por “esquecimento”, fatos que de alguma forma mancharam a imagem que ela quer representar ou cristalizar a partir desse momento [...] (COSTA, 2017, p 21-22).

Como cientista social, busco, para além das conotações sociológicas que também suscita essa pesquisa, empenhar-me em investigar, para além da História Oficial da primeira Assembleia de Deus no Brasil, registrada nos livros oficiais da instituição, a fim de trazer as interfaces dessa história.

Pois os precursores nas pesquisas do Pentecostalismo se dedicaram a traçar a narrativa para além do que já foi inscrito como oficial, utilizando fontes primárias - como os jornais e as trocas de cartas dos missionários suecos pentecostais entre o Brasil e a Suécia².

Por este motivo, a orientação da escolha teórica para Foucault foi indispensável, por ter permitido um maior aprofundamento crítico/análítico sobre as

² Sobre isso, ver a obra de Alencar, Gedeon. Matriz Pentecostal Brasileira, São Paulo: Editora Recriar, 2019.

mudanças e narrativas acerca do mesmo assunto/tema, ainda que o autor esteja inserido numa outra perspectiva das Ciências Humanas - na interdisciplinaridade da Sociologia com a História, precisamente na perspectiva teórica do Poder e da Sexualidade, mais que serviu de inspiração para a pré-escrita desta Dissertação!

Além de Foucault, as discussões de Roger Chartier (2007) adiciona novos elementos discursivos e elaborativos sobre as produções, reproduções e assimilações da leitura e da escrita materializada em forma de livro, precisamente em uma análise sociológica dos textos³. Chartier diz que:

[...] a Sociologia dos textos visa compreender como as sociedades humanas construíram e transmitem as significações das diferentes linguagens que designaram os seres e as coisas. [...] convém lembrar que a produção, não apenas de livros, mas dos próprios textos, é um processo que implica, além do gesto da escrita, diversos momentos, técnicos e intervenções, como as dos copistas, dos livretos editores, dos mestres impressores, dos compositores e dos revisores . [...] (Chartier, 2007, p. 10-12).

Segundo o autor, os livros tiveram e têm a função de expressar os processos históricos transmitidos pela escrita, à qual coube e ainda cabe à Sociologia Histórica perceber e apreender como se deram e se dão as produções, bem como as edições dos livros.

Pois, segundo Chartier (2007), as mudanças e transformações ocorridas no processo de materialização da escrita deram origem a novas formas de produção, circulação e acesso aos textos, redefinindo o desenvolvimento da escrita e as práticas de leitura.

Como cita o autor, acerca dos pergaminhos até a digitalização gráfica e editorial, fatos que suscitaram numa “[...] decisão editorial ou pelo trabalho da oficina, tendo em vista leitores e leituras que podem não estar de modo nenhum em conformidade com os pretendidos pelo autor. Esta distância que constitui o espaço no qual se constrói o sentido” (Chartier, 2007, p. 127).

Para explicar melhor, Chartier diz que as sociedades prescrevem e prescreveram a cultura pela escrita ou por quem a captou, nomeando, caracterizando e simbolizando os signos no meio no qual estão inseridos, retratando sua importância para o grupo social e cultural.

Mas enfatiza o autor que a produção escrita dos livros, desde que teve sua circulação e perpetuação nas sociedades, passou por regras e padrões editoriais, e

³ CHARTIER, Roger. Inscrever e Apagar: Cultura Escrita e Literatura. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

isso retirou o conteúdo fruído desenvolvido pelo escritor, tornando sua materialidade um texto padrão que invisibiliza e/ou apaga os processos históricos individuais.

Já que é dessas “[...]” estratégias, umas são explícitas, recorrendo ao discurso (nos livretos, advertências, glosas e notas) e outras implícitas, fazendo do texto uma maquinaria, que necessariamente, deve impor uma justa compreensão [...]” (Chartier, 2007, p. 123).

Como a captação e compreensão da leitura é feita depende do modo pelo qual ela é compreendida pelo sujeito, e isso depende do contexto histórico em que está inserido e no qual foi formado, bem como de sua capacidade intelectual e de sua educação formal, influenciando diretamente o conteúdo, a mensagem transmitida e a maneira como ela é compreendida, determinada pelo contexto cultural e prático, referente ao dia a dia.

Além disso, o sujeito que produz determina o tipo e a forma como a escrita do conhecimento histórico é transmitida, seja pela omissão ou pelo silenciamento de certos saberes.

É por isso que a Sociologia dos Textos, proposta e discutida por Chartier, "atravessa" o estudo e a pesquisa na História Social e das interpretações, já que a escrita materializada e difundida transcorre por meios institucionais, culturais, dogmáticos etc.

Outrossim, as concepções de Pierre Bourdieu contemplou em maiores proporções essa pesquisa, pois suas análises sociológicas nos quais já mencionamos - foram influenciadas pelos Clássicos da Sociologia, mas segundo o autor, os mesmos esqueceram de abordar nos seus estudos outros modos e concepções, como a de *campo religioso, concorrência, bens simbólicos, ideologia e racionalização*.

Suas análises sobre religião foram a de campo e subcampo religioso, que é a qualificação profissional, atribuída pela mudança territorial - isto é, a saída do campo para a cidade industrializada - como já descrito acima.

Pois a “[...]” ideologia da revelação, da inspiração ou da missão, constitui a forma de excelência da ideologia carismática porque a convicção do profeta contribui para a operação de inversão [...]” (Bourdieu, 2007, p.55)

Assim sendo, a religião é a racionalização imposta pela moralização das práticas - constituída pelo *habitus* dos fiéis, então significa dizer que a religião - e aqui o autor está se referindo a Apóstolica Romana Européia como “[...]” A

racionalização da religião possuir sua normatividade própria sobre a qual as condições econômicas podem agir apenas como ‘linhas de desenvolvimento’, estando ligada sobretudo ao desenvolvimento de um corpo sacerdotal [...]” (Bourdieu, 2007, p.36).

Prerrogativas estas que se enquadram nas demais religiões criadas e institucionalizadas após a Reforma Protestante, como o Protestantismo e o Pentecostalismo, bem como nos avivamentos pentecostais que se espalharam pelo mundo, trazendo consigo as diversas linhas e ramificações doutrinárias e ideológicas do Protestantismo.

Assim sendo, a racionalização discutida por Pierre Bourdieu é o processo de sistematização prática e intelectual dos *agentes profissionais* e dos não profissionais, “donos” dos *bens simbólicos*, ou seja, a religião é ideológica e funciona num campo/espço de um mesmo tipo, a qual é cultuado as práticas sagradas, sendo portanto, o contato mais próximo com o divino, á exemplo das Igrejas e dos *signos* que agem na intercessão com Deus⁴ (Bourdieu, 2007).

E esses agentes religiosos são os grupos que têm a função profissional litúrgica, a respeito dos bens simbólicos, estando na hierarquia da classe do campo religioso - sendo esta a igreja, enquanto os demais agentes/classes do mesmo subcampo são os desfavorecidos e desconhecedores do mesmo conhecimento litúrgico.

Portanto, a verdade litúrgica/doutrinária é transmitida pelos agentes sacerdotais que impõe as práticas que lhes são adequadas, inadequadas, corretas, erradas e as concedidas como ações pecaminosas.

E as disposições do capital religioso só é eficaz pelo corpo de profissionais, adicionados pelos sistemas de disposições, por serem exercidos na prática cotidiana, nos quais são simultaneamente interligados e indissociáveis pela lógica ideológica, política e burocrática (Bourdieu, 2007).

Podemos perguntar por que essa última questão é concedida dessa maneira, porque a religião institucionalizada é dotada de poder, de uma posição fornecida e atribuída pela intelectualidade doutrinária e pelos signos, que só pode ser adquirida em uma instituição religiosa - como os seminários.

⁴ Maria de Nazaré e etc - sendo estes, os Santos a intermediação legítima e direta feita pelos sacerdotes.

Para ser organizada num grau de hierarquia dos agente profissionais que disputam entre si a permanência e subida na pirâmide institucional religiosa e não aceita o contraditório por parte dos agentes religiosos, no que diz respeito à transmissão dos ensinamentos bíblicos, caso ocorra, expulsão do campo religioso é o ato final desse desacato.

Nesses aspectos sociológicos de campo religioso analisada por Bourdieu, se enquadra os missionários Gunnar Vingren e Daniel Berg e os demais pastores desta ou de outras vertentes pentecostais em Belém do Pará (Brasil) e ainda, se quisermos, a de campo social.

Pois a sociedade belenense foi construída e vivenciada nos moldes do catolicismo - como veremos nos capítulos que se seguem, com hábitos e práticas, cultuação de imagens, participação em missas etc.⁵.

Já que é na “[...] ideologia da revelação, da inspiração ou da missão, constitui a forma da excelência da ideologia carismática porque a convicção do profeta [...]” (Bourdieu, 2007, p.55)

Lembre-mos de que Pierre Bourdieu contemplou, em suas discussões, as diversas ramificações do campo religioso, abarcando quase por completo aquilo que os clássicos da Sociologia não fizeram. Mas é assim que a pesquisa histórica e sociológica acontece, com pequenos avanços no desenvolvimento da análise crítica, empírica e teórica.

Como cientista social e mestranda em História, compreendi que as abordagens de Pierre Bourdieu não se constituem como regra e/ou manual no que confere à qualificação profissional dos transmissores dos saberes divinos, litúrgicos, bíblicos e evangélicos.

Exemplo disso é Daniel Berg, que não estudou em Seminário, apenas recebeu a inspiração por meio da revelação do Espírito Santo, como dizem as fontes oficiais da Casa Publicadora das Assembleias de Deus, as quais são disseminadas como a originalidade e a história assembleiana no Brasil, mas que aqui não trato como a única verdade.

Neste sentido, as fontes primárias foram tidas como fontes legítimas e oficiais por muito tempo, concedidas como verdades absolutas da realidade social, religiosa

⁵ Um maior aprofundamento do assunto é encontrado na tese de Rafael Gama (2019) intitulada “*Por uma religião nacional: a separação entre Igreja e a disputa entre católicos e protestantes em Belém do Pará (1889-1931)*”.

e histórica - à qual também adiciono as evangélicas, como hoje o são para os assembleianos e para todas as religiões que atribuem um sentido histórico originário às suas crenças, mas isso não vem ao caso, pois a fé e a ciência/pesquisa empírica/bibliográfica têm métodos, táticas e modos distintos de operacionalização.

Na qual destaco alguns, como o sociólogo Gedeon Freire de Alencar, que se debruçou sobre a história da primeira Igreja Assembleia de Deus em Belém do Pará, por meio dos jornais da Igreja e da troca de cartas entre os missionários suecos, evidenciando os conflitos internos. Com destaque, também, a Marina Corrêa, Maxwell Fajardo e Moab César, que pesquisaram as Assembleias de Deus a partir de temas variados.

Portanto, falar do pentecostalismo é retornar aos tempos remotos da História da Humanidade, tanto sob a perspectiva da historiografia quanto dos textos bíblicos, no nosso caso, a Bíblia Sagrada, pois versar sobre o pentecostalismo implica também compreender sua profunda imersão na vida social, uma vez que esses dois universos são indissociáveis.

Deste modo, podemos compreender o pentecostalismo especialmente por meio do livro de Atos, que narra as experiências pentecostais, a ressurreição de Jesus Cristo e sua aparição aos discípulos e apóstolos.

O Evangelho de Marcos, por sua vez, apresenta os benefícios destinados àqueles que cressem e vivessem segundo os mandamentos de Jesus Cristo na Terra e também recorda a aparição de Cristo. Pois foi quando:

Finalmente apareceu Jesus aos onze, quando estavam à mesa, e censurou-lhes a incredulidade e dureza de coração, porque não deram crédito aos que o tinham visto já ressuscitado. E disse-lhe: Ide por todo o mundo e pregai o evangelho a toda criatura. Quem crer e for batizado será salvo; quem, porém, não crer será condenado. Estes sinais hão de acompanhar aqueles que creem: em meu nome, expeliram demônios; falaram novas línguas; pegarão em serpentes; e, se alguma coisa mortífera beberem, não lhes fará mal; se impuserem as mãos sobre enfermos, eles ficarão curados (Marcos, 16: 14-18).

Encontram-se versículos semelhantes em I *Coríntios* 15:3-7, *Marcos* 16:9, II *Timóteo* 2 e *Lucas* 24:13-35. Dito isto, este trabalho trata do diálogo entre a área da História e das Ciências Sociais, resultando em um texto direcionado à vertente da História das Religiões, em razão dos entrecruzamentos dessas disciplinas ao longo do século XX.

Segundo Prado e Junior (2014), isso se deu, principalmente, devido à expansão marítima dos séculos XV a XVII, realizada pela Europa para efeitos de "descobrimientos" e expansão comercial, embora os autores alertem que tal

justificativa não corresponda à realidade, pois essa expansão ocorreu para fins de colonização, sob o comando dos impérios e com o "aval" do catolicismo, que enviou ordens religiosas para o controle e a doutrinação dos povos distantes, que tinham identidades e cosmologias distintas.

Após o fim da expansão marítima no séc. XVIII, as Ciências Humanas foram direcionadas para uma visão eurocêntrica, positivista e evolucionista, inspirada no filósofo Augusto Comte e em Charles Darwin (Prado; Junior, 2014; Bellotti, 2011).

Estes acreditavam na tese de que as sociedades seguiam um curso evolutivo, ou seja, que havia estágios e que, à medida que avançavam, algumas se tornavam superiores às demais - a exemplo da Europa e do Ocidente, vistos como estados superiores.

Nesta concepção, as sociedades seriam evoluídas política, religiosa e cientificamente. Em contraposição, encontravam-se as consideradas atrasadas - as dos povos africanos, pelo fato de não apresentarem os mesmos aspectos sociocientíficos e culturais da Europa (Bellotti, 2011).

Então, os pensadores e pesquisadores dos primórdios da Etnologia/Antropologia, da Linguística e da Sociologia também nasceram sob essa perspectiva teórica, sobretudo a Antropologia, que desenvolveu estudos sobre diversos grupos étnicos, focados nos aspectos religiosos - os rituais, e nos modos de organização, utilizando tais elementos para comparar e agrupar diferentes coletividades humanas com estruturas religiosas e sociais aparentemente semelhantes.

Inicialmente, essas ciências foram "tomadas" pelo positivismo, que pouco reconhecia as diversidades culturais de outras sociedades e/ou povos. O mesmo ocorreu com a disciplina de História - outro ramo das Ciências Humanas, que enfrentou desafios historiográficos. É inegável que o ofício do historiador é contar e narrar as histórias do passado, mas isso era feito geralmente de maneira a considerar as fontes como verdades absolutas.

Isso foi um problema, visto que os documentos remetem a uma perspectiva específica da História, que negligenciou outras narrativas e experiências, pois sabemos que essas fontes eram e foram produzidas pelos clérigos imperiais - padres, bispos e jesuítas, que frequentemente descredibilizavam as vivências dos outros núcleos sociais.

No fim do Séc. XVIII, esse emaranhado (pós-expansão marítima) de religiões e alteridades culturais, ganhou também o interesse de disciplinas em ascensão, estas inspiradas em C. Darwin e A. Comte, como a Etnologia/Antropologia, a Sociologia, esse “contato” com o Outro que há muito inaugura uma sistemática hierarquização política e cultural, ganhou no Séc. XIX o reforço poderoso do discurso positivista e evolucionista para a análise de sistemas religiosos diferentes e heterodoxos. [...] A disciplina de História abre o Séc. XIX encontrando diversos desafios. Pelo que mostra a trajetória, a pesquisa histórica dificilmente conseguiu-se libertar das inquietações trazidas pelo desafio teórico-metodológico. Isso porque enfrenta, desde aquela Antiguidade, de Heródoto e Tucídides, diversas mudanças epistemológicas, mas especialmente a partir de quando se desejou cientificamente, nos padrões acadêmicos atuais. Da narrativa das fontes, a forma de se produzir história, de compreender o objetivo, sempre esteve em debate (Prado; Junior, 2014, p.08).

É nesse contexto que surgiu a Escola dos Annales, na França, em 1929, com o objetivo de questionar a lente europeizada de caráter evolutivo e segregacionista, passando a dialogar com as outras duas áreas científicas - a Antropologia e a Sociologia, modificando a forma de o historiador atuar e repensar a historiografia em variados panoramas.

Os precursores e expoentes dos Annales, como Marc Bloch, Lucien Febvre, Fernand Braudel e Jacques Le Goff, deram ênfase aos aspectos culturais de outras sociedades, e não apenas de um único grupo, pois eles reconheciam que esses grupos eram únicos e carregavam consigo aspectos histórico-culturais distintos.

Ainda que utilizassem o comparativismo cultural, isto é, comparando as culturas umas com as outras, enfatizavam, em alguma medida, a historicização local, tomando as bases metodológicas, teóricas e as questões tratadas pelas outras Ciências do conhecimento - as já citadas anteriormente.

Por sua vez, a *Escola Italiana das Religiões* (1925) voltou-se para os temas das religiões, idealizada por Raffaele Pettazzoni, criador da primeira Cátedra de Religião na Universidade de Roma. Vertente de estudos nascida da crítica a Taylor, Muller, Durkheim, R. Otto, Van der Leeuw e Eliade, cujos trabalhos tratavam a religião na forma essencialista, interpretativa e generalista, mais não era o único problema apontado pela escola italiana, mas também pela inexistência da historização (Prado; Júnior, 2014).

Portanto, a fenomenologia estrutural de Max Müller, Tylor e Durkheim atribui à religião uma estrutura segundo a qual todas as outras sociedades e religiões, crenças, rituais e experiências religiosas possuíam semelhanças organizacionais, tendo o sagrado como elemento generalizante - numa linha essencialista proposta por R. Otto, Van der Leeuw e Eliade.

Essa fenomenologia da religião foi tratada por Tylor, Van der Leeuw e Eliade. O primeiro a entendeu como interpretação dos fatos religiosos, feita pelo próprio pesquisador e não a partir da visão do pesquisado, vendo a linguagem sob uma ótica romantizada e positivista, o segundo a interpretou como uma hermenêutica fenomenológica, concernente à experiência do homem religioso, objetivando o encontro da essência da experiência, e, por último, Eliade, com a hierofania, que compreendia as manifestações do sagrado como experiências e vivências do cotidiano (Agnolin, 2008).

Prosseguimos com Cândido (2020), refletindo acerca da Idade Média. Ele ilustrou esse período histórico como o início dos eventos marcantes da história do mundo.

Segundo o autor, a História Global foi analisada e construída por essa via óptica, pois, no começo, essa linha historiográfica - em consonância com seus teóricos, atribuiu ao medievo os impactos dos seus feitos nas nações. Mas, o autor rebate essa narrativa, explicando que antes do período medieval a humanidade já existia, com sujeitos, religiões e “Estados” em conflito.

Tomemos as reflexões e os conceitos de David Armitage (2014) - *circum-atlântica*, *transatlântica* e *cisatlântica*. Eles nos ajudam a situar o pentecostalismo nessas três dimensões e vieses, claro, de acordo com o recorte que se deseja estabelecer sobre a vertente e seus ministérios, seja pelas vias autônomas ou afiliadas, a partir das análises das convenções nacionais e internacionais. Disse Armitage:

A circum-atlântica é a história atlântica como uma zona particular de trocas e intercâmbios, circulação e transmissão. [...] É a história das pessoas que cruzam o Atlântico que viveram em seu litoral e que participaram das comunidades que ele tornou possíveis, de seu comércio e de suas ideias, assim como das doenças que carregavam, da flora que transportavam e da fauna que transportavam. [...] A história trans-atlântica é a história do mundo Atlântico contada através de comparações. A história circum-atlântica toma a história transatlântica possível. O sistema de circulação do Atlântico criou ligações entre regiões e pessoas antes separadas [...] A história cisatlântica, nesse nível local pode ser mais frutífera quando aplicada a lugares mais claramente transformados por suas ligações atlânticas: cidades e vila portuárias [...] (Armitage, 2014, p. 209-214).

Veremos que o assembleianismo pentecostal veio para o Brasil inicialmente por dois missionários, Gunnar Vingren e Daniel Berg, suecos que atravessaram o Atlântico com uma fé pentecostal inabalável - segundo as fontes bibliográficas oficiais da doutrina (CPAD, 2021; Conde, 1960). Enquanto isso, o pensamento

divergente de Alencar (2011) afirma que foram as influências dos metodistas e pentecostais norte-americanos que os trouxeram.

Posto isto, essa Dissertação está inserida nas três linhas simultaneamente - *circum-atlântica*, *transatlântica* e *cisatlântica*, e ainda, situada numa vertente da História Global e da História das Religiões, uma vez que o Pentecostalismo foi e ainda é, no presente, um movimento resultante das dissidências e contradições.

Na perspectiva metodológica, entendo que o tempo e o espaço foram importantes para permitir o retorno e o avanço da História. Por isso, é fundamental apresentarmos a essência do Pentecostalismo nos seus primórdios - se assim podemos dizer, bem como no decorrer da história humana.

Fiz isso levando em consideração a pesquisa de Nascimento (2021), para entendermos que a “constatação de que o espaço é fabricado e, ao mesmo tempo, objeto de representações, colocando para os historiadores o problema da identificação dos agentes dessas fabricações [...]” (Cândido, 2020, p.08).

Deste modo, compreendo o Pentecostalismo como uma Religião que se modificou em diferentes épocas, em muitos casos, decorrente dos contextos sociais e políticos, apresentando-se de modos distintos, construindo sua conformação e firmando-se perante os sujeitos.

E, acima de tudo, resultado de indivíduos que se movimentaram e estabeleceram conexões com terceiros, pois os variados grupos religiosos não se isolaram; eles viajavam, difundindo crenças pelos lugares por onde transitavam.

O historiador Gouveia (2022) conclui dizendo que a História Global é o conhecimento histórico que podemos compreender para explicar a história da humanidade - mas não uma história que se sobrepõe a outra, ao contrário, trata das diversas histórias que os homens podem entender ou interpretar.

Acrescenta que, a partir dessas teorias, novas metodologias podem ser criadas, capazes de iluminar a história que se deseja contar, partindo da micro-história - do local e dos sujeitos, das interconexões, dos fluxos, das migrações e das influências culturais e religiosas, caracterizando uma história transnacional.

Partindo das concepções de Gouveia (2022), Cândido (2020) e Armitage (2014), este trabalho é transnacional - uma linha da História Global do Pentecostalismo e *circum/trans/cisatlântico* e se inserindo no campo da História das Religiões.

Mas todas essas conotações não seriam complexas para atribuir a uma única pesquisa? Entendo que não, pois os autores se complementam em conceitos e ideias, Gouveia e Cândido discutem a história transnacional como uma vertente da História Global, enquanto Armitage propõe três categorias distintas, ainda que interligadas, e por fim, a História das Religiões, que se justifica por se tratar de um trabalho que busca privilegiar a historicidade pentecostal da Assembleia de Deus em Belém do Pará (Brasil) e o contexto social, econômico e histórico da cidade - antes da chegada dos missionários nos primeiros anos após sua vinda.

Para compreender a chegada dos missionários suecos pentecostais fundadores da Igreja Assembleia de Deus no Pará (Belém), utilizo dois livros oficiais que contam a história da instituição, um organizado pela Casa Publicadora das Assembleias de Deus (CPAD), intitulado *História da Convenção Geral dos Ministérios das Assembleias de Deus no Brasil* (2022), e o outro, *História das Assembleias de Deus no Brasil* (1960), de Emílio Conde. Já para entender os conflitos internos da instituição, anteriores à formalização jurídica de 1946, utilizo o livro *Matriz Pentecostal Brasileira* (2019), de Gideon de Alencar, por fim, o jornal *A República, do Club Republicano (PA)*. Antes disso, delimito o método e a metodologia do trabalho.

A metodologia da pesquisa é de cunho qualitativo, privilegia os discursos e tem contato direto, em sua maioria, com os sujeitos, valoriza as vozes e/ou respostas dos interlocutores, para assim responder aos objetivos gerais e específicos da pesquisa científica. Assim, qualquer pesquisa nas Ciências Humanas é qualitativa, por envolver seres humanos e construir uma perspectiva da dimensão sociocultural, histórica e institucional (Santos; Cruvinel; Oliveira; Santos, 2023).

Já o método é o levantamento bibliográfico, ou pesquisa bibliográfica, acerca do contexto socioeconômico do Grão-Pará, entre 1850 e os dez primeiros anos dos novecentos - 1910.

Então, é necessário distinguir levantamento bibliográfico e pesquisa bibliográfica. O primeiro ocorre quando o pesquisador(a) da área social e humana realiza um mapeamento para referenciar trabalhos já produzidos na área de concentração, a fim de responder aos objetivos, embasar e contextualizar a pesquisa científica. A pesquisa bibliográfica, por sua vez, requer levantamento sistemático do material e dos dados.

Significa dizer também, que a pesquisa bibliográfica envolve levantamento bibliográfico, porém, a diferença está na forma como se realiza, pois requer uma busca rigorosa em livros, artigos, bancos de dados de dissertações e teses (Gil, 2008). É comum alguns pesquisadores fazer:

[...] uma revisão bibliográfica do assunto, porém não apresentam nenhuma contribuição, nenhum resultado da pesquisa, e encerram sem saber para que serviu todo o trabalho. É importante que seja elaborada uma boa revisão bibliográfica, um levantamento do estado da arte daquele conteúdo. Esse levantamento bibliográfico sem que seja feita uma contribuição, uma nova proposta, quer seja contra ou a favor do que foi levantado na revisão não pode, por si só, ser considerado uma pesquisa, quanto mais bibliográfica, pois, [...] toda pesquisa busca uma contribuição ou uma resposta ao problema proposto (Garcia, 2016, p. 293).

Uma pesquisa de cunho bibliográfico consiste na investigação de trabalhos científicos já publicados, com o objetivo de interpretá-los, compará-los e realizar uma leitura analítica sobre eles. Trata-se de estabelecer relações entre as fontes, identificar convergências e divergências e confrontar as informações apresentadas, de modo a construir uma compreensão crítica sobre o tema estudado.

[...] Essa problematização, por sua vez, não constitui tarefa simples. Requer experiência, doutrina, reflexão e debate. É algo que decorre da vida intelectual do pesquisador. [...] O pesquisador precisa tomar cuidado com um certo número de livros e artigos de periódicos para que possa formular um problema viável. Pode ocorrer mesmo que o pesquisador tenha que passar por sucessivas reformulações e revisões bibliográficas – para que possa dispor de um problema em condições de ser pesquisado (Gil, 2008, p. 72).

Foi pesquisado no site *Catálogo de Teses e Dissertações da Capes*, por palavras-chave, como: borracha, Grão-Pará, propaganda imigratória, nos quais encontrei apenas duas teses pertinentes. Foi feita a mesma pesquisa no *Scientific Electronic Library Online (SciELO)*, acrescida de outras palavras-chave, como: protestantes no Brasil Império, economia e sociedade do Grão-Pará, entrada de imigrantes, além de leituras sistemáticas de dois livros dos fundadores da Assembleia de Deus no Pará (Brasil), com o intuito de compará-los à historiografia escrita e divulgada pela *Casa Publicadora das Assembleias de Deus (CPAD)*.

Foram realizadas leituras e fichamentos das teses, dissertações e artigos nos dois sites de divulgação e, por último, procedeu-se à análise do jornal *A República do Club Republicano (PA)*, disponível na *Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional*.

O objetivo geral foi avaliar a relevância do discurso da História Oficial das Assembleias de Deus, no que concerne à historiografia da sua fundação e ao

contexto, socio-histórico da Província do Grão-Pará, posteriormente Belém do Pará e, de outro lado, contrastar o discurso oficial com a narrativa não institucionalizada, isto é, o não dito pelos livros oficiais da Assembleia de Deus, como apresentado por Gedeon Alencar (2021), de modo a evidenciar as lacunas informacionais da narrativa institucional.

Pois, o que falta em uma fonte, aparece na outra, mas não apenas isso, a história institucionalizada de uma doutrina tende a apagar e ocultar conflitos internos, produzindo uma narrativa romantizada.

Foi exatamente esse o caso da *Casa Publicadora das Assembleias de Deus (CPAD)* e dos autores responsáveis por escrever a História das Assembleias de Deus no Brasil, que são ligados à instituição, e que não apresentaram a história assembleiana no contexto da cidade de Belém (PA), nem as variáveis e invariáveis relacionadas à chegada dos missionários suecos pentecostais. Dito isto, os objetivos específicos são:

1. Analisar criticamente a narrativa histórica sobre a Assembleia de Deus no Brasil, especificamente a chegada dos missionários pentecostais na antiga Grão-Pará, posteriormente transformada em Belém do Pará, à “luz” das fontes primárias e das produções acadêmicas contemporâneas.
2. Discorrer sobre o contexto socioeconômico da antiga Província do Grão-Pará até a independência, na segunda metade do século XIX e início do XX - especialmente entre 1893 e 1910, com base em trabalhos científicos, bibliográficos e no periódico *A República do Club Republicano (PA)*, em que busca-se compreender a chegada dos missionários suecos em Belém (1911) sob a perspectiva da História Global, da História Conectada e da História das Religiões.

Digo que a pesquisa não é inédita, e nem seu conteúdo constitui necessariamente uma novidade para os estudiosos do grande eixo temático - Historiadores e Sociólogos da Religião, especialmente no que diz respeito à primeira parte da dissertação, visto que alguns pesquisadores desenvolveram trabalhos semelhantes.

No entanto, a relevância desta pesquisa reside em ressaltar que as fontes oficiais religiosas e/ou evangélicas são frequentemente tomadas como verdades absolutas.

Pois o discurso histórico registrado pelos livros doutrinários revela aquilo que se deseja comunicar à sociedade leitora e à comunidade cristã evangélica. Isso posto, as fontes empíricas e bibliográficas desta pesquisa evidenciou a realidade histórico-social de Belém do Pará.

Ao passo que primeiro, contextualizo os impactos do Protestantismo na Europa e na América do Norte, a partir dos pesquisadores que analisaram esse percurso histórico, em seguida, abordo o Pentecostalismo nesses mesmos países, depois, examino os avanços relacionados aos primeiros anos do Império português no Brasil, e por fim, trato da Província do Grão-Pará, posteriormente transformada em distrito, nas dimensões políticas, sociais e econômicas.

1 CAPÍTULO - PROTESTANTES E PENTECOSTAIS

Neste tópico, faço uma breve exposição sobre a Igreja Primitiva e apresento, ainda, algumas dissidências surgidas em seu seio, as quais foram consequência de processos que culminaram no que hoje conhecemos como a Reforma Protestante na Europa, iniciada em meados do século XVI e que teve como desdobramento o surgimento das denominações protestantes posteriores. A Igreja Primitiva, como denomina Nascimento (2021), foi marcada pela efervescência de uma liturgia em formação, assim como o:

[...] dia de Pentecostes, estavam todos reunidos no mesmo lugar; de repente, veio dos seu um som, como de um vento impetuoso, e encheu toda a sua casa onde estavam sentados. E apareceram, distribuídas entre eles línguas, como de fogo, e pousou uma sobre cada um deles. Todos ficaram cheios do Espírito Santo e passaram a falar em línguas, segundo o Espírito Santo lhes concedia que falassem (Atos, 2:1-4).

Assim sendo, os primeiros apóstolos do cristianismo praticaram manifestações de caráter pentecostal e presenciaram dons carismáticos, à semelhança dos doze discípulos de Jesus Cristo descritos no livro de *Atos dos Apóstolos* (Nascimento, 2021).

Tiveram experiências marcantes com o Espírito Santo e com o Filho, Jesus Cristo, à semelhança dos acontecimentos ocorridos no Pentecostes, em Jerusalém, após a ressurreição de Jesus Cristo. Nesse episódio, ocorrido após seu sacrifício na cruz e sua ascensão aos céus, os discípulos receberam o Espírito Santo, conforme narrado no livro de *Atos dos Apóstolos*.

Nesse contexto, os doze discípulos estavam reunidos em oração, clamando com fervor, quando foram revestidos pelo Espírito Santo. Em seguida, começaram a falar em outras línguas, conforme o Espírito lhes concedia que falassem, recebendo as "línguas como de fogo", conforme narrado em *Atos dos Apóstolos* (Atos, 2012).

Nascimento, considera e denomina a primeira Igreja Primitiva institucional, a Igreja Católica, por ter sido uma instituição religiosa reconhecida pelo Estado Romano, pelo Concílio de Milão (313).

No concílio, o imperador Constantino a reconheceu como uma religião fundamentada, dando liberdade de culto aos cristãos e simpatizantes, formulando assim, o primeiro *Édito*, sendo depois confirmada como a igreja legítima, oficial e de Estado, reafirmada pelo Concílio de Nicéia (325), com acréscimos de novos éditos (Pereira; Lima, 2017).

No século III d.C., a Igreja Oficial - a Católica, foi moldada a funcionar como uma instituição, isto é, os cargos e atribuições passaram a ser orientados por funções hierárquicas e normativas. O que antes era feito pelo dom da livre espontaneidade e guiado pelo Espírito Santo, orientadora das atividades daqueles que compunham os cargos, desapareceu.

A consequência foram os surgimentos dos grupos dissidentes no meio Católico, como os Montanhistas, Cátaros e Valdenses, emergidos no seio da Igreja. Sobre isso, Nascimento (2021) fala que:

Os monastérios, como eram conhecidos, formavam comunidades e centros de aprendizagem, liderados por monges cristãos que incentivavam uma vida de total devoção à Deus e à prática de estudos, oração e meditação. [...] Após a renovação do monasticismo do século XII, o Espírito Santo não ficou restrito somente a eles. Ainda no final do século, a história cristã relata sobre um novo grupo religioso, diferente dos monásticos que sobreviviam do suporte da Igreja Católica, eram conhecidos por cátaros. Os Cátaros, como eram chamados, significava puros, porque levavam um estilo mais separado, bem parecido com os montanistas do segundo ao quarto século e o movimento monástico de primeira instância, originário do século quarto até o sexto.

Estes, desejavam abandonar qualquer relação e vínculo com a igreja medieval e dedicavam-se em viver uma vida totalmente separada e embasada nas Escrituras, certamente, este é o motivo dos Cátaros terem experimentado novamente os carismas do Espírito, e juntamente com isso, o renascer da experiência apostólica pentecostal. [...] os Valdenses, [...] são conhecidos como predecessores da Reforma Protestante, se desvincularam da Igreja Católica por não aceitarem suas reivindicações e posteriormente foram fortemente perseguidos pela mesma. Os valdenses se tornaram um movimento independente, mais tarde, se identificaram com o movimento da Reforma Protestante no século XVI e é possível encontrar grupos existentes dos valdenses até os dias de hoje. Sobre a presença dos carismas nesse movimento, o Novo Dicionário Internacional da Igreja Cristã (DOUGLAS, 1974, p. 1026) atribui aos valdenses: “visões, profecias e possessões espirituais”. Embora hoje sua posição aos carismas não seja clara, eles foram, em seu princípio, um movimento carismático, possuidores da experiência de Pentecostes e praticantes dos dons do Espírito (Nascimento, 2021, p.44-45).

Os Montanhistas, seguidores de Montano (séc. II d.C.), na Ásia Menor, Roma e Norte da África, ficaram insatisfeitos com a nova moldagem institucional da Igreja Primitiva, especialmente pela perda da prática e devoção sincera do aspecto pentecostal. Por isso, desligaram-se da instituição Católica e passaram a criar monastérios voltados à pura devoção carismática e espiritual pentecostal.

Já os Cátaros, por sua vez (séc. XI na França), outro grupo divergente dentro da Igreja Medieval Católica, enfatizaram veementemente a literatura bíblica como a única fonte de ensinamento e direção do homem.

Enquanto os Valdenses (séc. XIII na Europa Ocidental) criticaram a Igreja Oficial pelas atitudes frias e pela inexistência das ações fervorosas (Nascimento, 2021).

Além dos três movimentos, existiram outros grupos carismáticos iniciados na época medieval, como os Anabatistas (Suíça), os Quakers (Inglaterra), o Pietismo (Inglaterra) e o Metodismo (Inglaterra).

Isso nos mostra que o pentecostalismo surgiu, difundiu-se e se manteve por meio de movimentos religiosos iniciados após a institucionalização da Igreja Apostólica Romana.

É nesse panorama histórico que a Reforma Protestante emergiu, engajada pelo monge Martinho Lutero e, posteriormente, pelo teólogo João Calvino, que discordaram dos preceitos adotados pela Igreja Apostólica Romana, pelas seguintes características: compra de indulgências, o Padre como a única intermediação com Jesus Cristo, a luxúria cometida pelo Clero, o acesso restrito à Bíblia Sagrada e as missas celebradas em *latim*. Calvino, por seu turno, teve uma perspectiva um pouco diferente da de Lutero, especialmente no que confere ao dispositivo da *predestinação*.

A reforma influenciou indiretamente a Igreja Anglicana na Inglaterra, que reconhecia a Igreja Romana e a sua trindade, entretanto, houve diferenças significativas em relação a outros países, pois, embora ligada a Roma, não permitia que o Vaticano tomasse deliberações ou alterasse a hierarquia da Igreja. Essas medidas eram atribuídas, exclusivamente, à Monarquia inglesa, que foi afetada pela reforma, mas não pela de Martinho Lutero, e sim, pela de Calvino.

No reinado de Isabel I, a *predestinação* passou a compor o anglicanismo Inglês, que continuou com o sistema de culto tradicional da Igreja Católica - a eucaristia, missa etc, vistas como práticas desaprovadas pelo escalão anglicano, que buscava reformas mais profundas, como a elevação da conduta moral e ética do Clero e dos leigos ingleses - com estudos sistemáticos da Bíblia Sagrada, conforme prescreviam as instruções puritanas, pois:

[...] havia na Igreja Anglicana um forte contingente de partidários de uma reforma mais profunda na Igreja. Esse contingente era composto por pessoas que haviam fugido para o Continente, principalmente para Genebra, durante as perseguições desfechadas pela Rainha Maria. [...] estudantes da Bíblia e calvinista na teologia [...] Os puritanos alcançaram vitórias e chegaram a moldar o sentimento religioso do povo inglês, assim como elevar o ideal político no sentido de luta em favor de um governo

constitucional (Mendonça, 1995, p. 40-41).

Desse modo, João Wesley também foi influenciado pela Reforma Protestante inglesa de matriz calvinista. Contudo, durante seus estudos na Universidade de Oxford e, posteriormente, em sua viagem à Geórgia, entrou em contato com um grupo de morávios, cuja tradição religiosa enfatizava o arrependimento, a experiência pessoal da fé, a espiritualidade e a conversão genuína. Essa aproximação exerceu profunda influência sobre Wesley, transformando sua compreensão da fé cristã e a maneira como passou a pregar no âmbito da Igreja Anglicana.

Sua nova postura foi rejeitada pelo Anglicanismo, que a proibiu devido à influência puritana-moraviana, foi quando então, criou sua vertente Metodista-Moraviana (séc. XVIII). Assim, o Metodismo, “viajando por cinquenta anos por toda a Inglaterra, Irlanda e Escócia, pregando e organizando sociedades metodistas, verdadeiras igrejas, embora não reconhecidas” (Mendonça, 1995, p. 45).

Wesley alargou ainda mais a brecha entre o arminianismo e o calvinismo com sua doutrina da perfeição cristã, que é a sua mais importante contribuição para a teologia protestante. A justificação do pecador é absolutamente necessária à salvação, mas a santificação era a “plenitude da fé”. [...] Salienta uma interação entre a graça divina e a vontade humana [...] Os metodistas continuaram enfatizando o conflito penitencial (arrependimento), a convicção de pecado e a experiência pessoal de regeneração (Mendonça, 1995, p.46).

No contexto histórico que acompanhou o surgimento do metodismo na Inglaterra, destaca-se também a influência do pietismo, movimento desenvolvido na Alemanha, no século XVII, por Felipe Jacó Spener, como reação ao formalismo religioso presente no luteranismo. O pietismo enfatizava a devoção pessoal, a piedade prática e a experiência individual da fé, compreendendo o ser humano como pecador e espiritualmente perdido.

Assim, defendia que o reconhecimento da dependência de Jesus Cristo, aliado ao arrependimento e à conversão, constituía o caminho para a regeneração espiritual (Mendonça, 1995; Bonome, 2024). Pois, a caracterização dos elementos Pietistas é:

A piedade pessoal, exercitada pelas leituras bíblicas e devocionais, acompanhava-se de reuniões que podiam se realizar em qualquer lugar. Há dois caracteres importantes no pietismo, portanto: o culto privado, pessoal da família, e os cultos comunitários, que não dependem dos ministros ordenados e nem de templos. A prática piedosa é, parece, típica de templos de insegurança e de insatisfações e de modos de vida que não favorecem à prática de religião institucionalizada, pelo menos no que se refere à presença

física de ministros ordenados e ao acesso a lugares ou edifícios consagrados (Mendonça, 1995, 73).

As disputas religiosas e também políticas fizeram com que ocorressem migrações em massa na Europa para o leste da América do Norte. A transmigração ocorreu em maior proporcionalidade na perseguição religiosa, política, e também, pelas condições materiais de sobrevivência, formando as colônias britânicas, especificamente as inglesas, compostas por grupos que fugiram da repressão de Carlos II. Os migrantes foram afetados pelas reformas de cunho luteranista e calvinista, que marcaram a sociedade europeia e as correntes que surgiram a partir dela.

Segundo Mendonça, a primeira colônia a se formar foi a da Virgínia em 1607, em seguida, a de Massachusetts, em 1620, composta por puritanos e presbiterianos. Depois, foi criada a Companhia das Índias Ocidentais, em 1628, com puritanos, presbiterianos, escoceses, luteranos suecos, alemães, católicos romanos, judeus e muitas outras colônias que se formaram antes da Independência americana (Bonone, 2024).

Os estados que passaram a compor os Estados Unidos, após a Independência, resultaram do processo de povoamento promovido, sobretudo, por imigrantes ingleses e alemães de tradição protestante, especialmente das matrizes calvinista e luterana. Esse processo contribuiu para a formação de uma sociedade composta por diferentes nacionalidades e por diversas vertentes do protestantismo.

Foi assim que os Estados Unidos formou sua identidade, moldada pelo protestantismo, portador de valores liberais que permearam os diversos segmentos da sociedade norte-americana, e em um ethos congregacionalista protestante com academicismo exacerbado (Gama, 2019).

No final do séc. XVIII, surgiu o fenômeno chamado por Mendonça de o Grande Despertamento, “caracterizado por movimentos de avivamento do fervor religioso que vão surgindo em diversos lugares e grupos religiosos distintos [...] George Whitefield [...] deu o tom característico à teologia deste e demais avivamentos [...]” (Mendonça, 1995, p. 55).

No século seguinte, ocorreu o Segundo Grande Despertamento, movimento marcado por intensos avivamentos religiosos e pela diversidade de suas manifestações teológicas e eclesiais. Os protestantes avivados compreendiam que o ser humano, em razão do pecado, necessitava da conversão e da

regeneração espiritual para alcançar a salvação. Embora esta se iniciasse pela fé em Jesus Cristo, sua plenitude seria alcançada na vida eterna, no Céu (Gama, 2019).

Essa perspectiva estava associada à concepção escatológica de que Jesus Cristo retornaria para buscar os salvos após o milênio. Entretanto, essa compreensão foi gradualmente modificada na segunda metade do século XIX, quando parte do protestantismo passou a defender que o retorno de Cristo ocorreria após a expansão do evangelho entre todas as nações e a ampla aceitação de Jesus Cristo como único Salvador, conforme os ideais missionários que marcaram o período.

A escola protestante foi um dos mecanismos para a dissipação do evangelho, pois educava por meio dos ensinamentos contidos nos livros da Bíblia Sagrada e também pela via missionária, pois entendia o mundo como pagão.

Nesse sentido foram criadas as missões e os inúmeros grupos avivados nos Estados Unidos, com associações livres ou juntas de missões associadas, percorridas nos continentes em prol da evangelização (Gama, 2019; Mendonça, 1995; Bonone, 2024).

A sociedade Bíblica Americana trabalha no país desde 1817, o Sr R. Nesbit foi nomeado agente para o Vale do Amazonas. O Rev. Richard Holden, clérigo episcopal no Pará, recebeu e distribuiu as Escrituras fornecidas pela Companhia. Porém, foi em 1876 que o Rev. A. L. Blackford, um dos missionários presbiterianos pioneiros, foi nomeado agente para o Brasil. [...] Seu sucessor, o Rev. W. M. Brown. [...] De 1804 a 1817, a Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira emitiu 20.000 Novos Testamentos em português [...] A National Society Of Scotland, em 1871, "O trabalho foi persistente continuando com sucesso até a renúncia em 1906 do Rev. Fastone [...] A "The National Bible Society Of Scotland" demonstrou interesse no Brasil em 1871, durante sua existência estima-se ter contribuindo com a distribuição de 810.262 Bíblias e Novos Testamentos [...] (Bonome, 2024, p.35-36).

Vimos que os missionários protestantes vieram para propagar o evangelho de Jesus Cristo, alguns enviados por missões organizadas, outras de forma espontânea.

Bonome, apresenta uma distinção interessante sobre como o Brasil monárquico passou a ser conhecido no exterior - especialmente por intermédio dos viajantes que estiveram no país, bem como, pelos protestantes e as associações bíblicas norte-americanas.

Nos primeiros séculos do Brasil Império, era comum que viajantes - em muitos casos pesquisadores positivistas - percorrem o país e retornassem às suas nações com relatos sobre o clima, política e a economia imperial brasileira.

Foi nesse contexto que as diversas juntas missionárias protestantes passaram a compreender o que denominavam de "paganismo católico", entendendo que essa realidade deveria ser combatida por meio da atuação missionária.

Como afirma Bonome (2024, p. 34), "As missões protestantes visavam expandir seus trabalhos religiosos e à promoção do progresso cultural e econômico que viria com o protestantismo."

Nesse período, o Catolicismo era a única religião oficial, amplamente praticada pelos habitantes das províncias do Império. Quando o protestantismo chegou ao Brasil - completamente desconhecido pela camada popular, imediatamente enfrentou repressão, tanto da Igreja Católica quanto da sociedade, que as consideram ilegítimas como religião ou doutrina (Rafael, 2021). A situação começou a mudar com o *Tratado de Comércio e Navegação*, que tratou:

Da abertura do comércio entre Brasil e "nações amigas", no ano de 1808, permitia maior contato com a Inglaterra e com o povo britânico. Desse modo, logo a Bíblia no formato Protestante seria trazida para a língua portuguesa, pois a American Bible Society, criada em 1816 prestou a mandar missionários (colportores) para distribuí-los num primeiro momento na costa brasileira e depois pelos sertões brasileiros. Um desses missionários foi [...] o Daniel Porish Kidder [...] (Bonome, 2024, p.117).

Com o tratado, outras manifestações religiosas passaram a ser expressadas. Onze anos depois, em 1818, chegaram no Brasil, cem famílias inglesas, fundadoras do município de Nova Friburgo e, posteriormente, também estabelecidas no Rio de Janeiro. Em 1819, iniciaram as construções das Igrejas anglicanas chamadas de São Jorge e São João Batista, nas cidades da Bahia e Recife (Costa, 2007).

O Anglicanismo foi a primeira vertente protestante a chegar no país, em 1810, na cidade do Rio de Janeiro. Inicialmente, não vieram missionários, mas colonos anglicanos contratados por Dom João VI, em 31 de dezembro de 1809. Eram treze suíços destinados ao trabalho na Fábrica de São João do Ipanema, ao final do contrato, dez retornaram à Suíça, apenas um deles permaneceu, renovando o acordo, este era - Lourenço Hultgren (Costa, 2007).

Também chegaram os Luteranos, em 1824, com cerca de 334 alemães destinados ao Rio de Janeiro, entre eles os que se estabeleceram em Nova Friburgo. Após essa leva, outras 43 famílias da mesma nacionalidade instalaram-se

em São Leopoldo (RS), em diferentes cidades e províncias brasileiras. Os Metodistas chegaram em 1835, com o missionário Rev. Fountain E. Pitts na capital, posteriormente vieram os reverendos Daniel P. Kidder, Justin Spaulding e James Cooley Fletcher, em 1851, ligados à *União Cristã Americana e Estrangeira* (Bonome, 2024).

Os Congregacionais em 1855, na capital, com o pastor escocês Robert Reid Kalley, fundador da Primeira Igreja Protestante, a *Igreja Evangélica Fluminense*. Os Presbiterianos estabeleceram-se em 1851, por meio do Rev. James Cooley Fletcher no Rio de Janeiro. Por último, os Batistas, em 1871, com o missionário William B. Bagby na Bahia, fundando a Primeira Igreja Batista Nacional (Costa, 2007). Prosseguimos, então, para o Pentecostalismo.

Após situarmos a doutrina protestante, alguns de seus desdobramentos na Europa e seu processo de expansão para a América do Norte e, posteriormente, para o Brasil Imperial, passamos à contextualização histórico-religiosa da referência pentecostal presente no livro de *Atos dos Apóstolos*, na Bíblia Sagrada, com o objetivo de construir uma compreensão histórica desse fenômeno.

Percorremos, assim, no “trajeto” que vai da Igreja Apostólica Romana, passando pelo Protestantismo até chegar ao Pentecostalismo, compreendendo a origem como causa e efeito dos movimentos protestantes tradicionais, avivados e carismáticos da América do Norte (Nascimento, 2021; Matos, 2006; Castro, 1995).

Preliminarmente, o fundamento do Pentecostalismo está no poder do Espírito Santo, nas experiências espirituais e nas manifestações carismáticas - já presentes no Primeiro Testamento e explicitadas, sobretudo, no livro de Atos.

Nascimento (2021) afirma que a origem do pentecostalismo e suas respectivas características foram identificadas entre o século XIX e o século XX, nos Estados Unidos, sendo:

[...] Os pioneiros desse movimento nos Estados Unidos, Charles Fox Parham e William Joseph Seymour, lideraram o avivamento nas cidades de Topeka (Kansas) em 1901 e Los Angeles (Califórnia) em 1906 (MENZIES, 2016. p. 13,14). Por causa dos ensinamentos das escolas de Parham e Seymour, conjuntamente com os acontecimentos similares ao evento bíblico no dia de Pentecostes, esse grupo promotor do avivamento do século XX foi caracterizado com esta nomenclatura pentecostal, por darem ênfase à experiência de Pentecostes, ainda disponível para experimento individual de cada crente nos dias de hoje. [...] Ligando as características, me leva a pensar: será que a origem da história dos pentecostais é simplesmente do século passado? Se ser pentecostal é ser um crente e praticante dos atos ocorridos nos tempos apostólicos, será que esses acontecimentos só ressurgiram no século XX e ficaram cerca de 2000 anos

inativos ou inacessíveis à cristãos de outras épocas? (Nascimento, 2021, p.39).

O Pietismo, o Puritanismo e o Metodismo são compreendidos pelo autor como influências diretas provenientes dos Estados Unidos, por enfatizarem a santificação, distinta do conceito de conversão. Pois, a conversão, por si só, não garantia a santificação, entendida como um processo contínuo, realizado ao longo da vida terrena e sustentado pela devoção.

Outro movimento relevante foi o Holiness, surgido no século XIX. Formado por grupos evangélicos atuantes na América do Norte, esse movimento promoveu pregações tanto em áreas rurais quanto nos centros urbanos, difundindo a doutrina da santidade, fundamentada na vida devocional, na busca pela santificação e na fé e ação do Espírito Santo. O Pentecostalismo, bem como os autores discutidos neste tópico, converge para a compreensão do “embrião” pentecostal americano como - plural e diversificado.

As características do puritanismo se destacou com mais intensidade neste contexto norte - americano, e em outros lugares foi o Pietismo, mais os dois se caracterizaram no avivamento e na experiência com o Espírito Santo.

Observa-se que, desde o Brasil Império, estrangeiros tiveram entrada facilitada pelo governo de Dom Pedro II, o que possibilitou sucessivas ondas migratórias.

O filósofo e cientista da religião Hermisten Costa (2007) evidencia esse processo, apontando a presença estrangeira e de diferentes nacionalidades, especialmente provenientes dos Estados Unidos, que chegaram ao país com propósitos evangélicos, muitos deles patrocinados por missões.

Foi o caso dos protestantes que estiveram no Brasil desde o final do século XIX e início do século XX, inicialmente os protestantes tradicionais e, posteriormente, os “protestantes renovados”, vinculados às “agências de cura” e ao pentecostalismo (Bonome, 2024, p. 94).

No que diz respeito a isto, o historiador Lyndon Santos discutiu os movimentos protestantes missionários na sua obra *“As Faces do Sagrado: Protestantismo e Cultura na Primeira República Brasileira”* (2006), abrangendo e especificando as influências dos movimentos, da qual foi adquirida pelo *ecumenismo* na constituição e na influência cultural dos cidadãos maranhenses e, ainda na formação moral/social da capital (São Luís - MA) na primeira 1ª (primeira) República.

Detalhou as influências dos movimentos missionários protestantes na capital e no interior do estado, enfatizando que o fenômeno ecumenico não ocorreu de forma harmônica, mas conflituosa.

Pois a religião predominante e oficial era a Católica, porquanto, todas as outras religiões - às não oficiais, eram perseguidas. Assim, à medida que as missões protestantes chegaram no Maranhão, ganharam forma, pelas formações das instituições evangélicas - as igrejas e sua consequente expansão.

O Vaticano, por sua vez, tomou conhecimento da invasão dos protestantismos na América do Sul, especialmente o papa Pio XII, que decidiu fazer mudanças fundamentais na forma como era regida os princípios doutrinários, de modo a haver participação “ativa” dos religiosos.

As pequenas alterações foram na Semana Santa - uso do vernáculo nas missas, permissões de grupos de corais com mulheres inseridas nos cânticos, e os livros canônicos, antes em *latim*, passou a ser traduzidos para a língua portuguesa - no caso do Brasil (Santos, 2006).

Na primeira fase republicana em São Luís (MA), encontram-se variadas missões/igrejas protestantes, resultado das confluências anteriores dos Anglicanos, Presbiterianos, Batistas e o grupos/missionários independentes que tiveram ações ativas entres os povos indígenas nas cidades interioranas maranhenses.

Duas Sociedades missionárias atuaram no Maranhão no esforço de cristianizar os índios. A primeira foi a *Heart of Amazonia Mission* (HAM - Missão para o Coração do Amazonas), pertencente à *Worldwide Evangelization Crusade* (WEC - Cruzada Mundial de Evangelização) [...] A *Heart of Amazonia Mission* (HAM) tinha sede em Londres e contava com uma estrutura simples e prática. [...] A WEC (Cruzada Mundial de Evangelização estava ligada, tinha como propósito evangelizar os índios na América do Sul [...] (Santos, 2006, p.45-46).

Além disto, personalidades se destacaram naquele tempo, como o caso de Padres que se converteram aos dogmas protestantes e, partir de então tiveram ações evangélicas missionárias, como lembra Santos (2006), no que diz respeito ao caso do padre protestante José Manoel da Conceição, pertencente a elite intelectual maranhense convertido aos princípios presbiterianos.

Também discutiu a romantização do catolicismo na capital, São Luís, entendida como uma iniciativa da Igreja Católica no sentido de retomar sua influência e posição social junto à elite ludovicense, em um contexto de crescente presença do protestantismo.

Na cidade os movimentos diversificados missionários protestantes criaram Escolas, estimularam leituras dos evangelhos - na Bíblia Judaico cristã, forçando assim, uma escolarização dos adeptos populares⁶, bem como das elites maranhenses, que enxergou no Protestantismo o conforto das suas preocupações, pelo tom progressista, devido a forma da divulgação do evangelho - no estímulo da crença e nos mandamentos de Jesus Cristo.

O povo ou os evangélicos precisavam provar a fé, assumindo seus pecados, se humilhando perante Jesus Cristo - pois somente ele poderia salvá-los, ao contrário do que foi o Catolicismo, que buscou reverter a situação mediante:

A romantização significou a tentativa da Igreja recolocar-se no campo religioso em mutação, redefinindo sua posição e o seu papel. A aliança com as elites, congênere desde os tempos coloniais, não se deu de forma harmônica, ainda que se mantivesse. A Igreja precisou fazer valer a sua força política para impôr seus objetivos em meio a inúmeros conflitos. Algumas estratégias e ações foram usadas no período de D. Alvarenga (Santos, 2006, p.102).

E o Pentecostalismo como um movimento missionário que chegou depois dos já citados, teve atuação ativa nos primeiros anos da República, por meio do missionário de origem sueca Nels J. Nelson, vindo dos Estados Unidos para ajudar a missão pentecostal e propagá-lo na capital maranhense e no interior (Santos, 2006).

Pesquisas posteriores ao período caracterizado como a 2ª (segunda) República no Brasil⁷, como a da historiadora Elba Mota (2019), que estudou e pesquisou o período de 1960 à 1979 especificamente, no tocante aos assuntos tratados pela *Assembléia de Deus* nos Jornais oficiais - o *Mensageiro da Paz* e a *Seara*⁸.

Mota (2019), fez contextualização histórica sobre a formação da *Assembléia de Deus* abordando as mudanças e posições das discussões dos dois jornais, no tocante aos principais assuntos da sociedade brasileira - a política.

Na sua tese a historiadora, diz que o Pentecostalismo assembleiano brasileiro não teve voz ativa através dos dois Jornais na primeira metade da República, somente tratou dos assuntos sociais e políticos na segunda metade do século XX.

⁶ Os adeptos populares, ou povo foram os descendentes de escravizados ou mesmo ex escravizados. Pois, é assim que foram conhecidos e denominados, após o fim da abolição de estado.

⁷ Tese com recorte temporal dos anos 1960 à 1970, chamado *Em quem votaremos? Política e Construção do discurso moral e eleitoral da Igreja Assembléia de Deus (1960-1979)*. Enquanto Elba (2019) contextualizou o período posterior, nove anos depois, em 1979.

⁸ O primeiro Jornal discutia e divulgava assuntos internos da instituição, enquanto o segundo, abordava assuntos históricos e políticos (Elba, 2019).

Ao contrário das denominações protestantes que desde a sua formação opinaram sobre os assuntos sociais e políticos, em apoio ou em repressão às instituições, foi assim, no Brasil Império e ainda mais presente após a proclamação da República.

Sendo assim, na Ditadura Civil Militar, os Jornais protestantes expressaram notas de apoio ao Governo de Getúlio Vargas, enquanto, o *Mensageiro da Paz* esteve omissa, só a partir dos primeiros seis anos da ditadura de Vargas que começaram a ser escritas as primeiras impressões de apoio, por ter restabelecido o moralismo nas instituições e nos lares brasileiros, pois antes da ditadura, o pecado e a imoralidade predominavam, pelas atribuições e influências socialistas e comunistas dos políticos brasileiros que eram simpatizantes com essas ideologias, aplicadas nos três campos de poder - Legislativo, Judiciário e o Executivo (Mota, 2019).

Moab Costa (2019),⁹ por seu turno, pesquisou a primeira *Igreja Evangélica Assembléia de Deus de Imperatriz (IEADI)*, no estado do Maranhão. O pesquisador tratou da contextualização histórica, objetivando analisar as mudanças ocorridas no aspecto doutrinal e, em última instância, captou os comportamentos dos membros, no decorrer dos anos de 1980 á 2010. Costa, contextualizou a cidade de Imperatriz (MA) em três dimensões, no social, estrutural/urbano e o político.

Segundo o autor, essas três dimensões foram cada mais mais intensificadas, impactando diretamente na IEADI, logo, a instituição foi “obrigada” a alterar-se, flexibilizar-se nos modos e costumes, em face das novas mudanças sociais e tecnológicas, pois o “Aggiornamento ou aggiornare, é um termo italiano que significa “atualização” [...] as mudanças no próprio pentecostalismo e aquilo que denominamos de aggiornamento pentecostal ou de pentecostalismo brasileiro [...]” (Costa, 2019, p. 24-189).

Afirma o autor que o pentecostalismo clássico, associado à chegada dos missionários Daniel Berg e Gunnar Vingren ao Brasil em 1910, caracterizou-se por um modo de organização regido por rígidos padrões de costumes e vestimentas. Os homens usavam paletó e gravata, enquanto as mulheres utilizavam saias longas, vestidos compridos e mantinham os cabelos longos. Esse padrão diferenciou-se do

⁹ Tese do professor Drº Moab César de Carvalho Costa, defendida no de 2019, denominada de *O Aggiornamento do Pentecostalismo Brasileiro: As Assembléias de Deus e o processo de acomodação à sociedade de consumidores*.

que se observa atualmente, marcado por maior flexibilização doutrinária e comportamental no que se refere às vestimentas.

Esse *modus operandi* difundiu-se por todas as igrejas assembleianas no Brasil até meados do século XX, no que abrange aos usos e costumes, a doutrina do batismo no Espírito Santo, a negação das práticas mundanas, a proibição do uso da Televisão e do Rádio, bem como o uso de maquiagens, cortes de cabelos inadequados, participação dos assembleianos na política e na comercialização de shows gospel. Todas práticas proibidas pela *Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB)* (Costa, 2019)

Mas todas estas normas, foram relativizadas para a finalidade de permanência e influência no espaço religioso de imperatriz, em razão das novas frentes evangélicas que surgiram, como as Igrejas Neopentecostais, sendo uma delas a *Universal do Reino de Deus (IURD)*, criada por Edir Macedo na cidade de São Paulo, cuja vertente já se encontrava presente na época.

Mas na segunda metade do século XX, a IEADI mudou sua posição e compreensão ideológica, passando a apoiar membros e fiéis na política. Houve, inclusive, representantes assembleianos na Câmara de Vereadores, compondo mesas diretoras, como vereadores eleitos.

Além disso, as lideranças da IEADI mantiveram relações com políticos imperatrizenses vinculados ao Poder Executivo municipal, especialmente com os prefeitos que ocuparam a Prefeitura ao longo dos mandatos.

Não se tratou de um fato isolado na Assembleia de Deus em Imperatriz (MA), mas de um processo que refletiu um afrouxamento e/ou adaptação das diretrizes da Convenção Geral das Assembleias de Deus, o qual produziu efeitos semelhantes em outras igrejas assembleianas (Costa, 2019).

1.1 Metodistas, Batistas e Presbiterianos no Grão-Pará

Vimos no tópico anterior, a presença dos missionários protestantes no Brasil, desde o tempo do Império, mas o livro de Conde e o da CPAD não deixam transparecer que o país já havia recebido missionários protestantes pelas missões estadunidenses, nem mencionaram uma possível relação entre o fundador da primeira Igreja Batista de Belém com Gunnar Vingren e Daniel Berg, tampouco tratou do contexto econômico da cidade, antes ou depois da chegada dos missionários suecos, nem das políticas adotadas pelo governo para atrair

estrangeiros como mão de obra para os plantios de colheitas em Belém - antiga Província do Grão-Pará.

Os autores apenas esclarecem que a vinda dos missionários pentecostais Daniel Berg e Gunnar Vingren foi resultado de uma revelação espiritual, segundo a qual teriam recebido uma ordem divina para se dirigirem a Belém do Pará. Partindo desse pressuposto, desenvolverei a análise dos fatos omitidos por essas duas obras historiográficas sobre a Assembleia de Deus.

No tópico seguinte exponho com mais riqueza de detalhes o percurso dos missionários pentecostais fundadores da primeira igreja assembleiana em Belém do Pará.

Avançamos para a análise de Elizelene Ribeiro (2016), cuja investigação apresenta preocupações semelhantes às desta pesquisa. A autora analisou a chegada do missionário batista Justus Nelson a Belém, evento que coincidiu com o início do desenvolvimento econômico da capital paraense.

A autora menciona o Brasil Império, com formulações de leis, decretos e propagandas voltadas à entrada de estrangeiros no país, no propósito de estimular a entrada de mão de obra, por meio dos anúncios veiculados na imprensa nacional e estrangeira, sobretudo nos Estados Unidos e na Europa.

Também houve um fluxo de migrantes nacionais que deixaram seus respectivos estados em busca de melhores condições de vida e de oportunidades econômicas, na expectativa de melhorar suas condições de sobrevivência.

Nesse contexto, Belém experimentou um expressivo crescimento econômico e urbanístico no final do século XIX, atraindo imigrantes estrangeiros e migrantes nordestinos. Muitos desses trabalhadores foram absorvidos pelas fazendas de *plantation*, voltadas tanto ao mercado interno quanto ao externo, encontrando nelas um importante meio de subsistência.

Para além do chamado missionário recebido por Daniel Berg e Gunnar Vingren, a cidade de Belém já era conhecida internacionalmente em razão das políticas de abertura à imigração estrangeira, implementadas e reformuladas desde o período imperial. As medidas favoreceram a entrada de estrangeiros e contribuíram para a inserção da cidade nos circuitos econômicos e comerciais internacionais.

Ribeiro (2016) apresenta algumas dessas leis, como a *Constituição Imperial de 1824*, formulada no governo de Dom Pedro I, que atuou no povoamento do

interior do Brasil por meio das colônias imperiais. Para a constituição desses núcleos, estrangeiros precisavam entrar no país e habitar nas províncias, nisso, medidas foram tomadas, incluindo o financiamento de estrangeiros interessados na migração¹⁰.

Houve também, em 1830, a promulgação da *Lei de Orçamento de Crédito* do governo imperial, suspendendo o financiamento mencionado. Dezoito anos depois, criou-se a *Lei nº 514, de 28 de outubro de 1848*, cedendo terras devolutas às províncias do Brasil. No mesmo ano, com a *Lei de Terras*, regulamentaram-se as terras provinciais e, posteriormente, as terras devolutas foram cedidas mediante a criação da *Repartição Geral de Terras Públicas* (Ribeiro, 2016).

Com a proibição do tráfico negreiro, estabelecida pela *Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850*, e pelo *Decreto nº 1318, de 30 de janeiro de 1854*, aboliu-se a gratuidade das terras devolutas. No mesmo ano, a *Repartição Geral de Terras Públicas* garantiu por direito legal às terras aos estrangeiros que as habitavam e cultivavam, antes da outorga da lei que proibia a compra de escravos.

De 1889 a 1891, a União retomou a administração e a responsabilidade sobre a imigração. De 1891 a 1907, transferiu novamente essa atribuição aos estados, que recebiam estrangeiros como mão de obra. Depois, entre 1907 e 1914, o Governo Federal voltou a interferir na regulamentação das políticas de imigração (Ribeiro, 2016).

Por sua vez, Conde e a CPAD afirmam que os missionários suecos pentecostais não conheciam ninguém na cidade para a qual foram enviados pelo Espírito Santo.

Entretanto, a argumentação é frágil ou pelo menos questionável, pois o missionário Eurico Nelson, da primeira Igreja Batista de Belém, já residia na cidade. É possível que Vingren e Berg o conhecessem ou tivessem ouvido falar dele na Suécia ou nos Estados Unidos, por meio das missões evangelísticas no Brasil, inclusive, Gunnar Vingren confirma essa relação em seu Diário, como veremos adiante.

Na infância, Eurico Nelson e sua família congregaram na igreja oficial da Suécia, a Luterana, mas deixaram de frequentá-la. Migraram para os Estados Unidos, onde passaram a adotar os preceitos batistas. Eurico Nelson iniciou um

¹⁰ Nos primeiros anos, os preferidos pela corte imperial eram os de nacionalidade portuguesa.

curso em uma Escola Batista para se tornar Pastor, mas não concluiu, abandonou os estudos e passou a trabalhar no campo. Segundo Ribeiro, essa foi sua trajetória nos EUA até embarcar para Belém do Pará (Brasil). A respeito disso:

O biógrafo mais famoso de Eurico Nelson no meio batista, José dos Reis Pereira dá conta que Erik Alfred Nelson nasceu na Suécia e foi batizado na Igreja Luterana. Seu primeiro contato com os batistas foi na Suécia e resultou no seu rebatismo por um colportor. Ainda segundo Pereira (1954), os pais de Eurico Nelson romperam com o luteranismo e organizaram uma escola dominical para doutrinar os novos adeptos e como se recusaram a cumprir as obrigações da igreja oficial, imigraram para os Estados Unidos em 1889 (Ribeiro, 2016, p.37).

Eurico Nelson desejou propagar o evangelho de Cristo e considerou adequada a cidade de Belém para a evangelização. Levou em consideração o crescimento e o fluxo de pessoas, resultante da economia da borracha no final do século XIX, bem como os benefícios proporcionados pelo governo por meio das políticas migratórias e das propagandas promovidas pelo Estado e pela União.

Essas iniciativas não expressavam mera benevolência do governo imperial, pelo contrário, integravam um projeto de embranquecimento da população belenense por meio da miscigenação.

Segundo Ribeiro (2016), Eurico Nelson chegou a Belém do Pará em 1891, a bordo do navio *Esperança*, sem qualquer apoio financeiro das juntas missionárias estadunidenses para o desenvolvimento de sua obra evangelística. Ao desembarcar, dirigiu-se imediatamente ao encontro do missionário metodista Justus Nelson. Conforme destaca a autora, Eurico Nelson já sabia, antes mesmo de chegar à cidade, a quem deveria procurar, o que não constituía uma novidade.

No ano anterior à sua chegada, em 1890, o governo do Pará intensificou as políticas de incentivo à imigração, voltadas especificamente ao estado, oferecendo auxílio temporário e hospedagem aos imigrantes que desejassem estabelecer-se em Belém, seja para trabalhar em fábricas e fazendas, seja para desenvolver atividades comerciais próprias.

Mais uma vez, essas estratégias integravam o projeto de embranquecimento da população, tendo em vista que grande parte da sociedade belenense era composta por pessoas negras, ex-escravizadas e seus descendentes, além de indígenas. Desse modo, Ribeiro (2016) afirma que os:

“projetos imigrantistas” (FONTES, 2022, p. 5) que propunham “a substituição do trabalho escravo pelo trabalho do imigrante europeu, através da atração para a Região Norte da corrente imigratória que se dirigia para

outros estados” (ibid). Ressaltou a autora a autora que os setores econômicos paraenses defendiam o aproveitamento da mão de obra europeia sim, porém sem elaborar políticas de fixação dos recém-chegados na região, limitando-se apenas a atraí-los com propagandas sedutoras a respeito da possibilidade de enriquecer no Pará. Fontes, inclusive, destacou uma série de propagandas dirigidas aos países europeus com a intenção de colocar o estado em maior visibilidade, embora nem todos os grupos sociais da província desejassem a vinda de qualquer europeu. [...] Os que vinham subvencionados pelo estado, como era o caso dos portugueses, encontravam com maior facilidade moradias para alugar em Belém e muitas vezes já contavam com um familiar no aguardo da chegada, enquanto que àqueles outros, vindos espontaneamente, como era o caso de Eurico Nelson, enfrentavam as duras dificuldades de encontrar um lugar em Belém naquela ocasião, pois tinham que dispor de altos valores para o pagamento de um aluguel exorbitante [...] (Ribeiro, 2016, p. 23-27).

Sendo assim, o evangelista batista Nelson tinha conhecimento dos incentivos governamentais, embora não tenha sido diretamente beneficiado por eles. Ele estava ciente de que Belém vivenciava o início de um processo de modernização econômica, impulsionado pela valorização da extração do látex da seringueira, exportado para diversos países, e de que havia um intenso fluxo migratório em direção à cidade em busca de oportunidades.

Essa “onda” estrangeira foi presenciada de perto por ele quando esteve a bordo do *Navio Esperança*, que reuniu Judeus, Turcos, Portugueses e Dinamarqueses, todos com o mesmo destino e propósito - o de conseguir trabalho.

Além das imigrações e do advento econômico da borracha, Belém passava por um processo de desenvolvimento infraestrutural promovido pelo governo, marcado pelo crescimento urbano, pela pavimentação das ruas e pela circulação de bondes no centro da cidade, em decorrência das políticas de higienização.

Influenciados pela *Belle Époque francesa*, responsável pela introdução de novos modos e práticas modernistas, associados à civilidade e ao ordenamento urbano, as quais surgiram, conforme Ribeiro, pretensões cosmopolitas na cidade, ao mesmo tempo em que se evidenciava um contexto de fronteira, no qual os moradores eram pressionados a deixar as áreas centrais, deslocando-se para as periferias, onde as ações de desenvolvimento urbano pouco chegavam (Ribeiro, 2016, p.42).

As propagandas transmitiam a ideia de que Belém era tão avançada quanto as cidades europeias, mas, tratava-se de uma cidade pobre, que estava dando seus primeiros passos em direção ao desenvolvimento, impulsionada pelas exportações dos produtos oriundos do interior do estado.

O clima tropical úmido, ideal para o cultivo da Seringueira, era igualmente favorável à proliferação do vírus da malária e da febre amarela. Assim, viveram a capital e as cidades vizinhas durante praticamente todo o século XIX, período em que muitos morreram em decorrência das enfermidades.

Apenas no final desse século iniciaram-se as primeiras etapas das pesquisas que possibilitaram o desenvolvimento de vacinas no Brasil, concluídas no início do século XX, primeiro no Sul e Sudeste e, posteriormente, Norte e Nordeste. Epidemias estas, que devastaram inúmeras famílias paraenses (Ribeiro, 2016).

Observamos no Brasil, desde o período imperial, projetos e leis imigratórias, ampliados durante a República. Para tanto, Belém, no final do século XIX e início do XX, tornou-se um pólo de visibilidade internacional em virtude do crescimento das exportações do leite da seringueira - à borracha.

Nessa fase, navios de carga circulavam entre o Brasil e os Estados Unidos, desembarcando mercadorias do Pará e do Amazonas. Esses mesmos navios também serviam como transporte para tripulantes norte-americanos que chegavam aos portos paraenses e amazonenses.

Por tudo isso, é plausível que Daniel Berg e Gunnar Vingren tenham tido contato com as propagandas divulgadas pelos estados brasileiros, além de tomarem conhecimento da presença de outros missionários, que já atuavam em Belém (PA).

Dito isto, a proposta da tese de Rafael Gama (2019) é relevante por evidenciar o papel da imprensa jornalística entre o final do século XIX e o XX, especialmente por meio de jornais que divulgavam conteúdos locais, nacionais e internacionais.

O autor pesquisou três periódicos evangélicos - o Metodista, Presbiteriano, Pentecostal e um católico. Analisou os embates ideológicos e doutrinários desses três primeiros grupos com a Igreja Católica, que gradualmente foi perdendo espaço desde o final do Império, em parte por seu distanciamento das necessidades populares, diferentemente do Protestantismo e, sobretudo, do Pentecostalismo.

Os missionários atuavam no interior, realizando estudos bíblicos, visitas domiciliares e pregando sobre o amor de Jesus Cristo. Em contraste, o catolicismo estava centrado na liturgia das missas e, em muitos contextos, apresentava menor escuta das angústias dos fiéis, o que contribuiu para o crescimento do protestantismo evangélico.

Pois Estado e religião se complementavam. Bispos e padres circulavam entre as esferas social e política, exercendo influência em razão de seu prestígio e do fato de muitos agentes políticos pertencerem à mesma tradição religiosa, herança direta de Portugal (Gama, 2019).

A Igreja Católica Reformada grão-paraense utilizou os periódicos *A Palavra* e *Folha do Norte* para atacar o Protestantismo e o Pentecostalismo, classificando-os como religiões heréticas e direcionadas a ignorantes. Entre seus defensores estava Dom Antônio de Macedo e o padre Florêncio Dubois, autor de *A Devoção à Virgem de Nazaré* (1953), que através do livro buscou demonstrar que Maria é a intercessora da humanidade, responsável por levar as petições do Homem a Jesus Cristo.

Gama, aponta ainda a presença de missionários protestantes norte-americanos na região amazônica antes da chegada dos pentecostais, como Daniel Kidder, Robert Nesbit - da *Sociedade Bíblica no Rio Amazonas* (1857) - e o reverendo Blackford (1878). Esses missionários não construíram templos e permaneceram pouco tempo na região.

Alguns anos depois chegaram Eurico Nelson (Metodista), Justus Nelson (Batista), Antônio Gueiros (Presbiteriano) e, posteriormente, Gunnar Vingren e Daniel Berg (Pentecostalismo). Os três primeiros vieram ainda durante o Império, os dois últimos, na República.

A pesquisa de Gama se concentra nos jornais evangélicos *Apostologista Christão* - de Eurico Nelson, *Boa Semente* (1919) por Vingren e Berg e o *Norte Evangélico* (1923) de Antônio Gueiros, além do periódico católico *A Palavra* (1923). Todos apresentavam debates intensos entre seus articulistas, discutindo acerca dos conflitos entre a doutrina católica provincial e a chegada das novas igrejas evangélicas.

O *Apostologista Christão*, dirigido por Justus Nelson, evidenciou sua notável capacidade argumentativa, abordando variados temas, entre eles os dogmas católicos e as práticas devocionais populares relacionadas aos santos.¹¹ O *Folha do Norte* e *Boa Semente* também destacaram essa dinâmica, apontando que os fiéis colocavam a Virgem de Nazaré acima de Jesus Cristo, atribuindo-lhe maior centralidade em relação ao próprio Cristo (Gama, 2019).

¹¹ O tradicional Círio de Nazaré, herdado do período colonial português, é celebrado anualmente desde 1793, reunindo multidões (Gama, 2019).

De acordo Gama, os jornais analisados circularam tanto na Província quanto, posteriormente, na República. Antes de apresentar cada periódico, o autor ressaltou seus respectivos propósitos - especialmente o Católico, e os objetivos que passaram a assumir após a chegada dos protestantes.

Inicialmente, os jornais católicos divulgavam assuntos religiosos e defendiam o regime imperial, mas com a presença Protestante, passaram a priorizar ataques e difamações contra os novos grupos. Em resposta, os periódicos Protestantes, também, contestaram e criticaram a doutrina/religião Católica.

As igrejas evangélicas igualmente divergiam entre si. Justus Nelson defendia o regime republicano, mas criticava o batismo infantil, o calvinismo e posteriormente o pentecostalismo, ao mesmo tempo em que divulgava os feitos do Protestantismo americano.

Seu Protestantismo diferiu a de Eurico Nelson porque a igreja deste último tinha menor ênfase na instrução bíblica, ao contrário do forte investimento Metodista na leitura e ensino sistemático das Escrituras. E Justus Nelson confrontava diretamente o Catolicismo, distribuindo folhetos na porta dessas igrejas, semelhante à prática presbiteriana de Antônio Gueiros.

Os jornais de Justus e Eurico Nelson foram os que mais criticaram a Igreja Católica no Grão-Pará, suas reprovações ganharam grande repercussão. Em certos momentos, as tensões extrapolaram o campo da imprensa, chegando os missionários pentecostais a sofrer agressões físicas em Belém.

Os protestantes consideravam o catolicismo um transmissor de doutrinas equivocadas, capazes de afastar os fiéis da verdadeira relação com Deus, entendida como aquela alcançada por meio da oração individual e coletiva.

O *Apostologista Cristão* circulou por vinte anos, mantiveram escola própria, mas acumulou graves conflitos com a Igreja Católica, envolvendo disputas judiciais na província. Em 1892, Justus Nelson foi preso por noventa dias por classificar o Catolicismo como uma heresia institucional, e que na época foi considerado ultraje à religião católica (Gama, 2019).

Em suas edições, o autor elogiava os Estados Unidos por sua civilidade, tolerância religiosa e pelo reconhecimento institucional das igrejas perante a lei, sem perseguições entre denominações. Defendia que um nível semelhante de liberdade religiosa poderia ser alcançado no Grão-Pará, caso houvesse concordância das autoridades políticas e religiosas.

Se no Brasil o culto de estado fosse também sustentado por um imposto diretamente para este fim, já a muito tempo teria havido séria resistência ao pagamento; mas como a despesa do culto saho da receita geral da nação, não tem apparecido ainda esta dificuldade entre nós. Os Catholicos brasileiros devem agora devem mostrar os seus sentimentos de justiça e fraternidade para com os seus concidadãos que não participam das mesmas idéias religiosas; não devem oppor-se a que lhes conceda iguaes prerrogativas, para haver em sua pátria verdadeira igualdade de direitos; não devem exigir que eles contribuam constrangidos para um sustento de um culto em que não creem para haver verdadeira fraternidade. [...] Os catholicos patriotas devem ser os primeiros a contribuir largamente para a manutenção do seu culto não só para aliviarem o estado de um ônus tão pesado, mas também para mostrarem que teem fé em sua religião. [...] Nos Estados Unidos, a república não gasta nem um real com a religião. [...] Lá existem igrejas catholicas; lá existem muitos outros que teem templos bonitos e sumptuosas cathedrais, mais todas essas crenças são sustentadas pelos fiéis que d'delles participam, todos tem os mesmos direitos perante a lei. (grifo nosso). E porque não deverá haver, a mesma justiça no Brazil? Acaso queremos ficar neste ponto inferiores a grande república da América do Norte? De nenhum modo! Já que soubemos fazer uma revolução tão admirável que espantará até os povos mais civilizados, não deixamos essa gloriosa reforma imperfeita ou defeituosa. (grifo nosso) Apresentemos essa obra completa aos olhos do Universo, desligando a igreja do estado, e dando aos cultos religiosos as mesmas garantias da lei, e então haverá no Brasil verdadeira, liberdade, igualdade e fraternidade.¹²

Por seu turno, o periódico *Norte Evangélico* relatava episódios de perseguição praticados por católicos contra evangélicos, supostamente estimulados por padres e bispos, que justificavam tais ações ao classificarem os protestantes como “pragas”, em razão da deslegitimação de suas autoridades e da ênfase conferida pelos evangélicos à leitura da Bíblia.

Para esses grupos, somente por meio das Escrituras, em consonância as orações, que os indivíduos recebiam instruções capazes de transformar seus valores, bem como fomentar a obediência, reverência e temência a Jesus Cristo (Gama, 2019). Esse quadro de tensão permaneceu também durante a República, agora envolvendo o Pentecostalismo, pois, em outubro de 1913:

[...] o irmão Vingren fez uma viagem à cidade de Bragança e realizou uma série de cultos ali. Aquele trabalho havia sido começado pelo irmão Daniel Berg, através da sua realização com folhetos e porções bíblicas. Certa noite, logo haver o culto haver começado uma multidão de inimigos começou a gritar: Morte aos Protestantes! (Vingren, 2024, p.66).

[...] Enquanto o trabalho do senhor se estendia por toda parte, os inimigos maquiavam perseguições contra mim. Certo dia, o dono da casa onde eu estava voltou ensanguentado, com um rosto inchado e as roupas rasgadas. Não sabia explicar o que acontece porque estava muito escuro. A única coisa que sabia era que fora atacado por muitos homens armados de pau. Levamos o ferido à presença do delegado de Polícia. Depois de ouvir a vítima, o delegado disse-me que ele tivera sorte, pois poderia ter sido pior, e de fato pior aconteceria se ele e os outros crentes não deixassem aquelas fantasias e voltassem à igreja Católica (Berg, 2024, p.66).

¹² “O Apologista Christão Brasileiro. Separação do Estado e da Igreja. Belém (01/02/1890).

O *Mensageiro da Paz*, editado por Gunnar Vingren e sua esposa, publicava predominantemente conteúdos de caráter informativo local, como horários e atividades de cultos, não apresentando, de forma sistemática, matérias ou colunas dedicadas a críticas e as práticas consideradas “pecaminosas” do catolicismo em Belém. Mais sofreram com as perseguições dessas outras denominações, como mostra os livros escritos em forma de diários e memórias sobre os pentecostais na cidade.

Em algumas ocasiões, o periódico noticiava as perseguições vivenciadas por Daniel Berg e pelos crentes evangelistas pentecostais, uma vez que Berg era quem mais realizava viagens missionárias para cidades distantes de Belém, ficando vulnerável às diversas situações adversas que encontrava.

Já *A Palavra* direcionava críticas incisivas e explícitas ao Protestantismo e ao Pentecostalismo, classificando-os como religiões heréticas, sobretudo o movimento avivado liderado por Daniel Berg e Gunnar Vingren, em razão da liberdade de expressão religiosa que defendiam e da capacidade de congregar e atrair novos fiéis, por meio da ênfase na pregação e no Batismo no Espírito Santo.

Sendo assim, as edições refletiam debates intensos entre ambas as vertentes, afirmando que a Igreja Católica Apostólica Romana era a única e verdadeira responsável pela correta hermenêutica da Bíblia Sagrada.

Contudo, a sociedade grão-paraense/belense se consolida historicamente como majoritariamente católica antes da fundação da primeira igreja protestante por Justus Nelson, mas gradualmente perdeu espaço em número de fiéis e em influência, sobretudo após o surgimento da primeira igreja pentecostal assembleiana.

Esse declínio ocorreu, em grande medida, devido à limitada acessibilidade dos fiéis aos Padres e Bispos e à pouca presença social e humana desses líderes, significando dizer, que eles raramente ouviam as angústias e necessidades do povo, privando-os de orientação e conforto, algo que o movimento pentecostal passou a oferecer de forma mais direta e próxima.

1.2 Contexto sócio histórico de Belém do Pará

Neste subtópico, apresento o contexto social e econômico de Belém do Pará, bem como seu processo histórico entre o final do século XIX e o início do século XX, período que corresponde à chegada dos missionários pentecostais suecos à capital

paraense, em 1910. Busco compreender o contexto histórico de Belém desde sua formação como província sob o controle da Coroa Portuguesa, durante os períodos Colonial (1500–1822) e Imperial (1822 a 1889), até a conquista da autonomia e da independência em relação ao Império Português.

As Companhias Hereditárias, que funcionavam como grupos armados responsáveis pela exploração de todo o território brasileiro na era colonial, atuando na dominação e conquista dos povos originários que habitavam nessas terras - como foi o caso de Belém, antiga Capitania de Santa Maria e posteriormente Província do Grão-Pará.

A atual capital do Pará - Belém, foi inicialmente nomeada Santa Maria, concedido antes da independência em 1823, após esse período, passou a ser chamada de Província do Grão-Pará.

A região que hoje se denomina Belém foi “encontrada” em 1616 pelo Capitão-Mor Francisco Caldeira de Castelo Branco, colonizador português. Ele e sua tropa ergueram o famoso *Forte do Presépio*, na confluência do rio Guamá com a baía do Guarajá (Tocantins, 1897).

Sobre essa ocupação, Leandro Tocantins (1987) sintetizou as transformações e o desenvolvimento da região, dividido administrativamente em três fases, que foram as de:

[...] Setecentos, na realidade, compõem os primeiros de sua transformação urbana. Já se fez a pregação neste brevírio: graças às ordens religiosas que bem dividiram riquezas do comércio das drogas do sertão com os blocos blindados de fé das igrejas. E de governadores e capitães gerais, mercadores do eixo Belém - Lisboa, também de ânimos e arcas providos de mantimentos, arrumando sólidas parcelas de palácios e solares, de sobrados, de casas boas e fortes. A cidade dos Oitocentos expande-se nas relações da arquitetura sucedida no roteiro colonial, com os acréscimos de novo estilo: “império brasileiro” da fonte clássica de Grandjean de Montigny, tão sereno, tão harmonioso aos particulares de clima e de economia do novo império. É a expressão de triunfo estético do teatro da nossa Senhora da Paz e do Paço Municipal, hoje Palácio da Prefeitura de Belém, de algumas residências e chácaras deliciosas. Chácaras que no Grão-Pará e chamavam “rocinhas”, verdadeiras propriedades “noivas” ecológicas de seus proprietários.[...] a borracha, a partir de 1870. Predominância que se tornou imperial. Leite de árvore comercializado, primitivamente, em torno de bolas, seringas, sapatos - valioso ensino do índio -, alcançou o estrelato universal das últimas décadas dos Oitocentos. Quando se descobre a vulcanização da borracha, aplicada em tantas coisas úteis, ela assegura o papel de *prima-dona* absoluta. Até o declínio, ao curso da Primeira Grande Guerra, por causa dos seringais cultivados no Oriente pelos ingleses, com sementes e mudas de plantas expedidas do Grão - Pará por fiéis súditos de Sua Majestade Britânica (Tocantins, 1987, p.32).

A região foi inicialmente estruturada pelas ordens religiosas - especialmente

os Jesuítas, que construíram um imaginário cristão-católico e civilizatório. Nesse processo, os povos indígenas foram profundamente afetados, pois já habitavam nessas terras e foram submetidos à catequização e incorporados ao serviço da colônia portuguesa (Tocantins, 1987).

Assim se deu a criação de Santa Maria do Grão-Pará nos primeiros anos da colonização e, posteriormente, durante o período imperial, em um contexto fortemente marcado pelas influências do Catolicismo.

[...] O processo de expansão ocorreu com maior rapidez a partir da segunda metade do século XVII, com a chegada de 234 colonos açorianos (1676) constituindo 50 famílias, que vão ser instalados em uma área cedida pelo Senado da Câmara, para que desenvolvessem a agricultura (Sarges, 200, p.40).

De acordo Sarges (2000), a futura província e posteriormente cidade de Belém se desenvolveu nas proximidades do Forte do Presépio, onde também foram estabelecidos os primeiros órgãos municipais, ruas e ordens religiosas, situados nos principais pontos da cidade.

Por conseguinte, os sítios nas proximidades do Forte do Presépio decorreram das doações de Sesmarias feitas pela Coroa Portuguesa, que visava expandir a ocupação e exploração do território. Os primeiros prédios públicos era de cunho administrativo, provenientes das respectivas doações, como foi o caso da Câmara de Belém em 1627 e, anos depois, em 1703, destinaram-se mais léguas¹³ de terras aos prédios municipais, autorizado pelo general Francisco de Carvalho.

Tocantins (1987) destaca a relevância dos jesuítas nos primeiros anos da exploração colonial portuguesa, referindo-se a eles como “blocos blindados”. O autor não especificou os motivos, mas, levando em consideração o contexto de nascimento da província, composta por jesuítas, indígenas, escravizados e colonizadores portugueses, imersos numa sociedade em formação e de base católica.

Os religiosos católicos portugueses, proprietários dos sítios e fazendas, eram protegidos pela doutrina católica e foram os primeiros proprietários das terras de Santa Maria. Possuíam bens e títulos que lhes atribuíam autoridade, segurança e prestígio social.

[...] Agricultura e extrativismo, minas de ouro e de prata e comércio

¹³ Termo comum utilizado e que é encontrado nas referências bibliográficas deste trabalho de pesquisa.

compõem a estrutura social, política e econômica de mando das elites regionais. A elas se agrega o poder da Igreja, que desde a época dos Jesuítas soube manter-se como estrutura sólida de poder. Esses senhores de escravos tornam-se relevantes na conformação da estrutura escravista na província de pós-abolição (Castro, 2015, p. 425).

Importantes edifícios foram construídos em Santa Maria do Grão-Pará, afirmando sua identidade católica pelos edifícios histórico-artísticas da *Matriz de Santo Antônio*, da jesuítica e barroca *Igreja de Madre de Deus*, ambas na cidade de Vigia, que os portugueses fundaram para vigiar a entrada da barra de Santa Maria de Belém.

“Estes pioneiros, sustentados pela fé cristã, na catequização [...], detinham bens, serviços, propriedades e tudo o mais de ordenação de empresa comercial. Sobretudo jesuítas, mercedários, carmelitas [...]” (Tocantins, 1897, p. 30-31).

O progresso chegou em Santa Maria do Grão-Pará no final do século XIX e na primeira metade do século XX, influenciado pela *Belle Époque* francesa, entendida como sinônimo de civilidade e modernidade¹⁴.

A cidade passou por alterações físicas, ruas e avenidas foram pavimentadas, e bondes circulavam pelas principais vias. Também foram criados os primeiros jornais, como *A Província do Pará*.

Progresso esse iniciado nos oitocentos e intensificado nos novecentos, pelo desenvolvimento econômico advindo da *Hevea brasiliensis* - a hevea branca, produzida nas extremidades do Rio Negro e na antiga Santa Maria (Tocantins, 1897).

Os primeiros produtos cultivados para consumo interno e para o comércio exterior, foram as drogas do sertão, que primeiro impulsionou a economia do Grão-Pará, antes da comercialização da goma da seringueira - conhecida popularmente como borracha. A seguir, destaco alguns conflitos marcantes da província do Grão-Pará antes da instauração da República, em 1889.

O Grão-Pará, na condição de província do Império Português, não satisfazia os interesses dos proprietários de fazendas agrícolas e das elites regionais, pela falta de atendimento às demandas locais.

Nesse contexto, emergiram revoltas lideradas pelas elites grão-paraenses, compostas majoritariamente por grandes proprietários de terras, que defendiam

¹⁴ Essa era a visão compartilhada pelo governo e políticos locais, que acreditavam que a cidade deveria seguir o mesmo *modus operandi* da *Belle Époque* francesa.

maior autonomia política para resolver os problemas internos da província, frequentemente negligenciadas pelo Império, como a fome e a pobreza que assolavam as regiões do Grão-Pará, do Rio Negro e da antiga Santa Maria. (Santos, 2023).

Desse modo, a capital do Pará passou por inúmeras transformações - das já destacadas neste estudo, conforme apresentou os pesquisadores que analisaram as mudanças ocorridas na antiga província grão-paraense. Entre os aspectos evidenciados, destacam-se a *Belle Époque* paraense, com seus requintes modernistas, a valorização dos bons costumes, a urbanização, o fortalecimento da economia impulsionada pela extração da goma elástica e a construção das primeiras instituições administrativas municipais.

Ademais, o Império Português, por meio da Província do Grão-Pará, promoveu a concessão de extensas áreas de terras para fins produtivos, cedidas a portugueses e estrangeiros interessados em habitar a região e cultivar produtos como café, cacau e cana-de-açúcar.

Para isso, utilizou o sistema de datas de sesmarias - terras consideradas inabitadas ou improdutivas, instituído desde o período colonial e mantido durante o Império. Essas terras tornaram-se produtivas e prósperas por meio do trabalho desenvolvido pelos imigrantes, nos quais se transformaram em prósperas fazendas (Santos, 2023).

Após a independência do Grão-Pará, em 1889, dada com a instauração da República Federativa Brasileira, a região central, eixo das exportações, passou a ser chamada de Pará e sua capital, Belém.

Independência esta, impulsionada pela elite local, resultante das revoltas sociais, repercutidas na Assembleia Geral Legislativa do Vale do Rio Negro e da antiga Santa Maria, ainda durante o Império Português, denominada de *Cabanagem* (Castro, 2015). A autonomia buscada pelas elites locais não veio de imediato, perdurou por seis anos.

Santos (2023) aponta as lutas travadas por dois partidos engajados neste movimento e a visibilidade adquirida no parlamento paraense e amazonense pelos mesmos, embora fossem de ideologias contrárias, tinham os mesmos objetivos, tratava-se do *Partido Conservador* do Vale do Rio Negro e do *Liberal*, de Santa Maria do Grão-Pará.

Esses dois partidos denunciaram a invisibilidade da região de Santa Maria e do Rio Negro, devido o isolamento territorial que os assolava, e como a corte imperial ficava no Rio de Janeiro, sua atenção governista imperial não se direcionava a essas duas províncias, que ficavam desprovidas de quaisquer investimentos de desenvolvimento para a região.

Além disso, as reivindicações também se direcionavam à diminuição dos impostos sobre os produtos e à implementação de indústrias extrativistas, pautas estas, motivadas pela pobreza da província, em maior proporção o Vale do Rio Negro. Sobre isso, Edna Castro (2015) diz que:

As tensões e conflitos no Pará aumentaram com a decadência das estruturas econômicas a partir de 1820, e coincidem com os levantes, que antecederam a Cabanagem. O medo rondava e se tornava difícil para os donos de engenhos de plantações e coletas mantiveram sua produção com regularidade devido à crise econômica, com redução de plantios, abandono de fazendas e engenhos nas primeiras décadas do século XIX, que coincide com o período de aceleração dos processos políticos, de aumento dos conflitos interétnicos e do surgimento de organizações clandestinas de várias ordens. Efetivamente, as mobilizações de escravos, índios e negros na Província do Pará, não se restringiram ao período que antecedeu a Cabanagem, quando os movimentos políticos exacerbar-se em todos o país, momento de revoltas com nativos que resistem à dominação colonial. Essas lutas pela liberdade estiveram sempre presentes [...] (Castro, 2015, p.430).

Portanto, a cidade de Belém foi influenciada por inúmeros processos sociais e econômicos, por disputas políticas, por violências e por traços da escravidão, pois o período do Império brasileiro definiu ou influenciou a região do Pará ao Amazonas.

As bibliografias referenciadas nos mostram o processo de colonização e de imperialização como marcos precursores atrelados ao processo de desenvolvimento e às mudanças no Norte. A seguir, continuo falando dos processos socioeconômicos que marcaram a cidade de Belém.

A economia grão-paraense, durante e depois da Independência, teve dinâmica diversa e fluida, desde o século XVII até o XIX, pelas condições climáticas que facilitaram os tipos de produtos semeados, e que sustentou o Império Português no Brasil e em Portugal.

As produções do Grão-Pará foram comercializadas nos mercados internos e externos, nesse cenário, leis, resoluções e decretos foram emitidos para o bom favorecimento da economia que já estava se consolidando (Tocantins, 1897; Barata, 1915).

A obra de Manuel Barata tratou das exportações da província do Grão-Pará, com registros efetivados a partir de 1677, com informações relativas às transações comerciais destinadas a Portugal, referentes às produções do Vale do Amazonas e do Pará (Grão-Pará), na qual indicavam que a maioria dos produtos - cacau, açúcar, arroz, canela, algodão etc, era encaixotada e colocada nas embarcações que vinham do porto de Portugal em direção às terras grão-paraenses.

Esses navios partiam de Portugal com destino ao Alto Grão-Pará e ao Vale do Rio Negro, onde recolhiam as produções da região para serem acondicionadas e transportadas. Em seguida, desciam em direção ao Baixo Grão-Pará, especialmente ao porto de Santa Maria de Belém, onde parte dessas mercadorias era desembarcada. Nesse mesmo porto, também recebiam novos gêneros produzidos localmente ou apenas recolhiam as mercadorias destinadas ao comércio ultramarino.

Em seguida, desciam para o porto do Rio de Janeiro para deixar certas quantidades para a corte imperial portuguesa e, por fim, retornava a Portugal com o restante da carga, para suprir a necessidade do país (Barata, 1915).

A *Ordem Régia de 1º de novembro de 1677*, com registros de produção e exportação, cita o Cacau, exportado em 1687, o Café, em 1727 e o Arroz branco da Carolina, transportado para Portugal. Esses produtos eram taxados internamente pelo governo administrativo grão-paraense, e seus valores eram arrecadados e incorporados nos cofres públicos da província.

Uma resolução de 28 de julho de 1731 isentou o café de tributos, e o alvará de 30 de junho do mesmo ano isentou a exportação da canela por dez anos e em 1740, o Açúcar, o Cacau e novelos de fios de algodão (Barata, 1915).

Barata cita o *Relatório Apresentado à Assembleia Legislativa do Pará*, de 1º de setembro de 1862, pelo presidente da província, Francisco Carlos de Araújo Brusque, o documento continha as datas e identificações dos produtos comercializados no mercado interno e externo, com suas respectivas quantidades.

Abaixo segue uma tabela elaborada por mim, com base nas argumentações e nos dados citados pelo autor, tendo em vista que as informações estavam em forma de texto, sem organização tabular.

Quadro 1 - Relatório Apresentado à Assembleia Legislativa do Pará, de 1º de setembro de 1862

1836	Algodão	consumo interno	exportação
1836	Açúcar	consumo interno	exportação
1862	Café	consumo interno	pequenas quantidades exportadas
1862	Arroz	consumo interno	pequenas quantidades exportadas

Fonte: *A Antiga Produção e Exportação do Pará: Estudo Histórico Econômico*, (Barata, 1915, p.29)

Disponível em:
<https://obrasraras.fcp.pa.gov.br/publication/file/livros/aantigaproducaoexportacaoparaestudohistorico1915/>

Confluente a isso, Roberg Santos referiu-se ao Grão-Pará em dois momentos produtivos, desde a “descoberta” das terras em 1616. Segundo o autor, os primeiros cultivos foram no século XVII, destinados às drogas do sertão para fins extrativistas, e na segunda metade desse mesmo século, surgiram as plantações de Arroz e Cacau, sendo o Arroz vermelho para consumo interno, enquanto o Arroz branco - de melhor qualidade, à exportação.

O café, por sua vez, teve queda de produção nas fazendas de cafezais, ficando sem consumo interno e externo devido à sua baixa produtividade. Como medida paliativa, o governo do Grão-Pará recorreu às províncias do Ceará e de Salvador para a compra de safras de café, a fim de suprir as necessidades do Pará (Santos, 2023).

O Grão-Pará, anterior à independência provincial, em 15 de agosto de 1823, enfrentou a falta de notoriedade, pois a província do Pará e o Vale do Amazonas não recebiam a mesma atenção comparada às províncias mais próximas do Império

Português - como as províncias do Sul. Visivelmente percebida no reinado de Dom Pedro I, situação que começou a mudar após sua abdicação ao trono e a ascensão de Dom Pedro II.

A partir desse contexto, observaram-se mudanças significativas na participação política da região, incluindo a presença de representantes naturais do Grão-Pará no Senado e na Câmara dos Deputados (Cunha, 1893).

Destacavam-se, ainda, as dificuldades de navegação na região amazônica, principal via de escoamento da produção destinada ao Pará, onde as mercadorias eram incorporadas às redes de comércio. As condições naturais dos rios, marcadas por longas distâncias, variações das águas e outros obstáculos à navegação, dificultando o transporte fluvial e frequentemente ocasionavam atrasos na chegada das cargas ao porto do Pará.

Em 1º de janeiro de 1853, a Companhia de Navegação iniciou suas operações nas regiões do Pará, Marajó e Amazonas, contribuindo para o transporte e o escoamento de mercadorias. Sua atuação favoreceu maior regularidade e agilidade na navegação fluvial, reduzindo o tempo de deslocamento e possibilitando que as cargas chegassem com mais rapidez ao porto de Belém (Cunha, 1893).

Os autores citados anteriormente convergem quanto à caracterização da economia da antiga província do Grão-Pará até sua independência em 1823 e, nos primeiros anos do século XIX.

De modo geral, as produções foram crescendo e variando ao longo dos anos, respectivamente aos gêneros do Café, Canela, Arroz branco e vermelho, Castanhas e, posteriormente, o cultivo da borracha - hevea branca.

A obra do deputado Prado Lopes (1921) trouxe elucidações importantes sobre o surgimento da *Hevea brasiliensis* - a borracha, suas produções e exportações, anunciadas nas sessões da Assembleia Legislativa do Pará.

Lopes destacou a importância da economia da borracha, uma vez que o cultivo favoreceu comercialmente e quantitativamente a arrecadação para os cofres públicos de Belém, em decorrência do interesse pela borracha e pela excelente qualidade, encontrada exclusivamente nos portos do Pará, mas a borracha deixou de ser produção própria dos paraenses e amazonenses, que possuíam clima favorável para esse tipo de cultivo - o de tropical úmido, pois outros países passaram a cultivar e comercializar a *hevea* branca.

Contudo, a qualidade não se igualava à original encontrada nos portos do Pará. Essa distinção se aplicava pelos métodos e técnicas da coleta do látex, pois os modos de extração dos seringalistas consistiam na preservação, integridade das árvores e na boa consistência das suas propriedades (Lopes, 1921).

O principal concorrente da borracha paraense era o Oriente, que passou a produzir mais e vender para os principais compradores do Pará. Esta concorrência provocou queda na comercialização do estado, já que os compradores estrangeiros passaram a preferir a borracha com menor preço de mercado.

Ainda assim, a borracha paraense não foi completamente abandonada, apenas houve a diminuição no volume de encomendas. Sendo o principal comprador os Estados Unidos, que também passou a adquirir a borracha oriental por baixo valor.

A Ásia tornou-se o principal concorrente do Pará por não taxar o comércio interno e externo do látex, o que possibilitou a redução do valor da mercadoria, diferentemente de Belém, que taxava, pelas vias municipais e estaduais - todos os encaixamentos dos produtos, além das variações do câmbio internacional, que influenciavam diretamente no preço final.

Assim, o deputado Prado Lopes enfatizou a ausência de intervenção do governo paraense perante essas vias de tributação comercial, especialmente no que diz respeito à borracha. A ingerência do governo fazia com que os produtos se elevassem de preço antes mesmo de chegarem ao porto, devido à taxa municipal.

A falta de ações governamentais não favorecia os donos dos seringais nem os trabalhadores, e essa preocupação não fazia parte das prioridades das autoridades políticas.

Lopes argumenta que caberia ao governo paraense intervir na economia da borracha, reduzindo as taxas exorbitantes aplicadas nos portos e investindo nos transportes fluviais e ferroviários no interior, por onde as safras eram coletadas (Cunha, 1893).

É certo que o estado do Pará, “pelas leis nº. 1.100, de 5 de novembro de 1909, e nº. 1.109, de 6 de novembro do mesmo ano, estabeleceu favores e prêmios para a grande e pequena cultura da *Hevea brasiliensis*. [...]” (Cunha, 1893, p. 12).

1º A facilidades das culturas pela concessão de favores e premios compensadores que realmente estimulam o immediato emprego de

capitais; 2º o barateamento das plantações de seringas pela aquisição fácil de trabalhadores nacionais e estrangeiros e pelo estabelecimento de culturas accessorias, principalmente de cereaes; 3º a diminuição do custo da plantação e produção da borracha pela criação e manutenção dos transportes marítimos, fluviais e terrestres, rápidos e baratos; 4º a diminuição gradual do imposto de exportação deste producto 4º a diminuição gradual do imposto de exportação deste producto, creando-se impostos substitutivos que o onerem as outras industrias agricolas. (Cunha, 1893 p.13)¹⁵

Em 1909, as iniciativas do Estado do Pará estabeleceram, por lei, medidas compensatórias para os donos de fazendas agrícolas e seringais, a fim de incentivar a permanência do emprego e da força de trabalho nesses serviços. Os interessados em trabalhar nos sítios/fazendas podiam ser brasileiros ou estrangeiros.

Os proprietários receberiam ajuda do Estado, ficando a cargo destes os transportes, responsáveis pelas transações das mercadorias, a entrada de estrangeiros para o mercado da borracha e para o cultivo de outros produtos, estando a redução das taxas de exportação em 50%. O autor também menciona a *Lei Homestead*, que nada mais foi que a distribuição de terras públicas para estrangeiros ou brasileiros que desejassem ter terra para morar.

Nesse período, as terras foram cedidas unicamente para habitação. A subsistência dos ocupantes dependia do trabalho nos seringais, e não propriamente do cultivo da terra que lhes havia sido concedida.

O historiador Daniel Barroso (2020) trouxe pontos importantes acerca da sociedade belenense entre os anos de 1810 e 1888, pela análise de 202 inventários *post mortem*, que continham 1.357 “cativos”.

No primeiro período, apenas 127 foram identificados quanto à origem, 23 da África Ocidental, 89 da África Central Atlântica e 15 de Moçambique. Dividiu-se em três fases: 1810-1850 (529 cativos), 1851-1871 (529 cativos) e 1872-1888 (234 cativos), apresentando sua distribuição territorial na área urbana e rural. Os distinguiu em três tipos de africanos na condição de escravos: os de ganhos, de aluguéis e os domésticos, com idades entre 15 e 70 anos.

Os primeiros eram escravizados e escravizadas que trabalhavam na cidade e vendiam produtos para os colonizadores que tinham sua posse, os de aluguel eram escravos cedidos pelos senhores, contratados por terceiros para atividades diversas e, por último, os domésticos, que ficavam nas casas e nas rocinhas ou em pequenas chácaras (Barroso, 2020).

¹⁵ mantida a ortografia original.

Barroso afirma que, na primeira metade do século XIX, entre os anos de 1810 e 1850, os escravizados do sexo masculino, menores de idade e adultos, estavam em maiores proporções na cidade, do que nas rocinhas, isto é, em pequenas e médias propriedades de terras pertencentes aos colonizadores nos arredores de Belém ou nas cidades próximas.

Na cidade, os escravizados realizavam atividades comerciais para os colonizadores que os mantinham sob sua posse, além de exercerem funções domésticas, e além disso, as mulheres também compuseram o contingente de escravas urbanas.

Já no meio rural, ou nas rocinhas, os homens eram os mais requisitados para o trabalho na lavoura, as mulheres escravizadas também eram destinadas para as rocinhas, sobretudo às propriedades médias e pequenas, atuando como amas de leite, nos cuidados domésticos e, em alguns casos, no cultivo da terra.

Na segunda metade de 1851-1871, houve queda no número de escravos no Pará devido à *Lei Eusébio de Queiroz* (1850), *Lei Rio Branco* (1871), *Lei Saraiva-Cotegipe* (1885). Esta última libertou os escravos de 60 anos, tornando-os homens livres, e houveram também, a proibição da comercialização de escravos internos, além da extinção do tráfico transatlântico.

Em tese, parecia se encaminhar para o fim da escravidão no Brasil, e os escravizados jovens e saudáveis diminuíram em virtude da consolidação dessas leis, conforme abordado por Barroso (2020).

Os proprietários demonstravam preocupação com o envelhecimento da população escravizada, sobretudo porque os filhos de escravos passaram a nascer livres com a promulgação da *Lei do Ventre Livre*, ou *Lei Rio Branco*, de 1871.

Somava-se a isso, a proibição do tráfico negreiro no Brasil, estabelecida pela *Lei Eusébio de Queiroz*, de 1850, bem como a *Lei Saraiva-Cotegipe*, que concedeu liberdade aos escravizados com mais de 60 anos de idade. Nesse terceiro período, observou-se uma redução no número de homens e mulheres escravizados, processo que culminou na promulgação da *Lei Áurea*, em 1888, responsável pela extinção oficial da escravidão africana em território brasileiro.

Os principais trabalhos que os escravos realizaram no primeiro e segundo período analisado nos inventários *post mortem* eram nas plantações de Arroz, Cana-de-Açúcar e Cacau, enquanto, na última metade do século XIX, tiveram,

decréscimos dessas atividades em decorrência do avanço da goma elástica (borracha).

A população urbana da capital belenense, em 1870 contava com 34.464 habitantes, segundo os censos da época: 29.121 africanos(as) livres e 5.343 cativos (Barroso, 2020).

E o cultivo nos séculos XVII-XIX se restringiram às atividades agrícolas, estando outros ramos comerciais inexistentes, como a agropecuária (Lacerda; Vieira, 2015; Barata, 1915).

Lacerda e Vieira, ao analisarem os comentários dos articulistas do jornal *A Palavra* na segunda metade do século XIX, bem como os relatos do governador Lauro Sodré, percebeu as argumentações direcionadas a criação de gado no Baixo Amazonas e a Ilha do Marajó, tida como área propícia para esse tipo de desenvolvimento pecuário, pois apresentava condições favoráveis - não especificando o motivo de ser. No entanto, a atividade era fortemente afetada pelas enchentes e pelos roubos de gado, fatores que prejudicavam os pecuaristas, já pouco numerosos na região.

Em virtude dessas consequências, os pecuaristas deixaram de ver sentido na permanência da atividade, o que levou ao declínio da indústria pastoril, conforme comentou o governador Lauro Sodré nesse jornal, em 1893. Segundo o governador, isso ocasionava sérios problemas, pois as poucas criações de gado e o reduzido número de abates não eram suficientes para alimentar e suprir a população urbana de Belém. Em razão do déficit de carne nos açougues, a sociedade ficou privada do consumo (Barata, 2015).

Retomando o assunto de lavrador/agricultor, o jornal *A Palavra* expressou opinião sobre a agricultura e agropecuária no estado, afirmando que estavam muito atrasadas e com técnicas rudimentares. Os mesmos desconheciam as inovações técnicas e maquinarias europeias, que reduziam o tempo de preparação da terra. Assim, segundo o jornal, a alternativa seria o incentivo estatal à inserção de novas técnicas aos lavradores paraenses.

Mas nenhuma medida de curto prazo foi tomada nessa direção. O governo divulgou incentivos para outros tipos de plantios e comercializações, como os de Sargos, Videiras, Soja e Trigo.

As percepções dos articulistas do jornal *A Palavra* indicavam que tais mudanças somente se efetivariam a longo prazo, com o auxílio do Estado, por meio

da implementação do ensino agrícola nas escolas de Belém e nos moldes europeus. Isso permitiria que os filhos dos lavradores aprendessem novas técnicas e inovações, aplicando-as futuramente ao substituírem seus pais nas atividades agrícolas (Barata, 2015).

Prosseguindo, não podemos deixar de mencionar os empréstimos realizados desde o Império Português e mantidos na República. Maia e Saraiva (2012) cunharam o termo *paradiplomacia* para caracterizar a necessidade do Estado e do governo na realização de obras públicas, viabilizadas por meio de empréstimos, pois a Receita Pública não supria tal demanda.

Segundo os dois autores, durante o período em que a Coroa Portuguesa permaneceu no Brasil, diversos empréstimos foram feitos para suprir necessidades econômicas provinciais.

Maia e Saraiva mencionam os empréstimos realizados em bancos estrangeiros durante o governo imperial de Dom Pedro II, os quais contribuíram para o endividamento do país no contexto da queda do Império e da posterior saída da família imperial do Brasil.

Em seguida, instaurou-se a República, em 1889, e, dois anos depois, foi promulgada a primeira Constituição republicana, em 1891. Em consonância com as medidas conduzidas pelo Ministério da Fazenda, sob a liderança de Rui Barbosa, a União assumiu as dívidas dos estados e passou a fiscalizar a contratação de seus empréstimos junto a bancos estrangeiros.

A medida adotada para regularizar o endividamento consistiu na fixação de um limite para a dívida externa de cada estado, estabelecido em 50 mil réis, valor estimado em 4,7 milhões. O descumprimento das diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Fazenda sujeitava os estados à aplicação de multas (Maia; Saraiva, 2012).

Além disso, os empréstimos obtidos no exterior não deveriam comprometer os títulos dos estados, uma vez que os bancos estrangeiros concediam crédito mediante a apresentação de garantias, como concessões de indústrias, receitas tributárias e títulos públicos, os quais poderiam ser executados em caso de inadimplemento da dívida pelo estado.

A REPUBLICA

Belem, 4 de Janeiro de 1893.

Muito satisfactorio foi, decerto, o resultado final da receita do Estado no anno que findou. Póde-se calcular que houve um augmento de perto de cincoenta por cento sobre o orçamento votado pelo Congresso Legislativo.

As condições financeiras do Pará não são precarias: o nosso Estado tende a de envolver-se e a augmentar, portanto, as rendas publicas; força, porém, é confessar que o crescido augmento da receita passada foi devido á elevação do preço da borracha determinada pela baixa do cambio.

Desde que o cambio se eleva, a re-

ceita decresce forçosamente e talvez não possamos, em tempos normaes, arrecadar mais de sete mil contos.

Convém aproveitar o estado prospero das nossas finanças para animar as industrias, desenvolver a agricultura, auxiliar trabalhos que no futuro possam libertar-nos da tutela, a que nos sujeitam os Estados, d'onde importamos assucar, café, gado, e outros generos consummidos em larga escala no Pará.

Releva ponderar que é preciso animar a immigração, facilitar a vinda de homens trabalhadores, que se dediquem a cultivar o nosso solo, tão apropriado e tão rico para variada cultura.

Os Estados do sul que mais hão prosperado, devem seu desenvolvimento agricola e industrial á corrente immigratoria, que os tem procurado.

S. Paulo está n'essas circumstan-

Os Estados do sul que mais hão prosperado, devem seu desenvolvimento agrícola e industrial á corrente immigratoria, que os tem procurado.

S. Paulo está n'essas circumstancias. Possúe hoje fabricas de tecidos, agricultura em grande escala, até de plantas européas, cultura de vinhos e de outras muitas cousas, devido, tudo, ao empenho que empregou para adquirir bons colonos, excellentes trabalhadores.

Não se regatêa, até hoje, n'aquelle Estado a verba applicada às despesas da immigração, porque todos estão ali convencidos de que o augmento da população trabalhadora não póde prejudicar o progresso.

Fazemos alguns sacrificios para

Os Estados do sul que mais hão prosperado, devem seu desenvolvimento agrícola e industrial á corrente immigratoria, que os tem procurado.

S. Paulo está n'essas circumstancias. Possúe hoje fabricas de tecidos, agricultura em grande escala, até de plantas européas, cultura de vinhos e de outras muitas cousas, devido, tudo, ao empenho que empregou para adquirir bons colonos, excellentes trabalhadores.

Não se regatêa, até hoje, n'aquelle Estado a verba applicada às despesas da immigração, porque todos estão ali convencidos de que o augmento da população trabalhadora não póde prejudicar o progresso.

Fazemos alguns sacrificios para

Destacam-se os estudos de Cancela Cosme (2016), Marília Emmi (2009) e Franciane Lacerda (2006), que analisaram os grupos de imigrantes e migrantes que chegaram a Belém do Pará nos últimos anos do século XIX. A primeira pesquisadora dedicou-se aos portugueses, a segunda aos italianos e a terceira aos cearenses que migraram para a Amazônia, especialmente após a instauração da República, em 1889.

Os autores ressaltam que esses imigrantes, conforme já mencionado, deixaram seus países de origem por intermédio da atuação do governo paraense junto aos respectivos governos, mediante contratos firmados entre as partes, os quais estabeleciam as obrigações e as metas a serem cumpridas por ambas.

Cancela e Emmi convergem quanto aos motivos que levaram essas pessoas a deixarem seus países de origem, destacando a busca por melhores condições de trabalho e de sobrevivência.

Segundo as autoras, tratava-se, em sua maioria, de artesãos, agricultores, carpinteiros e trabalhadores rurais que foram “soterrados” pelo avanço do sistema capitalista decorrente da Revolução Industrial, processo que transformou os modos de produção e substituiu o trabalho manual por máquinas mais rápidas e produtivas. Como consequência, a inserção dessa mão de obra no mercado industrial tornou-se praticamente impossível.

O Brasil constituiu-se em uma das principais portas de entrada desses imigrantes, impulsionado pela expansão da economia da borracha e pelas políticas de incentivo à imigração, viabilizadas por contratos firmados entre o governo e os interessados em se estabelecer na região. Quanto às atividades desempenhadas, havia diferenças significativas entre portugueses e italianos. Estes, em geral, possuíam maior qualificação técnica para atuar nos setores de comércio atacadista e varejista, enquanto os portugueses se dedicavam predominantemente às atividades agrícolas, exercendo trabalho diretamente ligado ao cultivo da terra (Cancela, 2016; Emmi, 2009).

Esses imigrantes seriam encaminhados para terras situadas nas proximidades da Estrada de Ferro de Bragança, onde seriam instaladas colônias agrícolas em áreas cedidas pelo governo do Pará. Aos governos italiano e português cabia promover o envio de famílias destinadas a compor essas colônias, cuja subsistência dependeria da agricultura e da produção obtida com o cultivo da terra.

Diferentemente dos imigrantes portugueses e italianos, o deslocamento dos cearenses foi motivado pela seca extrema que atingiu o Ceará, provocando fome e miséria. A migração para Belém foi impulsionada tanto pela busca de melhores condições de vida quanto pelas oportunidades de trabalho e prosperidade proporcionadas pela economia da borracha.

Em sua pesquisa, Cancela (2016) utilizou documentos produzidos pelos Consulados, órgãos vinculados ao Ministério dos Negócios Estrangeiros entre 1850 e 1920. Esses registros continham informações sobre idade, naturalidade e profissão dos estrangeiros, além de serem responsáveis pelo registro de nascimentos, casamentos, óbitos, transmissões de bens e do fluxo de entrada e saída dos imigrantes portugueses que chegaram a Belém. À época, existiam (7) sete consulados, dos quais (6) seis eram de primeira classe, além de (34) trinta e quatro vice-consulados.¹⁶

Seu objetivo consiste em rastrear os perfis dos portugueses que chegaram a Belém, por meio dos livros consulares, os quais continham diversas informações sobre esses indivíduos e constituíam o principal instrumento de controle quantitativo da imigração utilizado pela Coroa Portuguesa.

A regulamentação da imigração ocorria mediante o pagamento de taxas consulares. Contudo, muitos imigrantes, devido à escassez de recursos financeiros, deixaram Portugal sem passaporte e ingressaram na Amazônia sem efetuar o registro nos consulados, permanecendo, assim, em situação irregular.

Em razão disso, o Estado não dispunha de informações precisas sobre o contingente de imigrantes portugueses residentes em Belém. Apesar dessas limitações, Cancela analisou os perfis dos imigrantes que constavam nos registros consulares, e traçou- assim as seguintes representações:

A maioria esmagadora dos imigrantes era formada por homens (98%) e um número bastante reduzido de mulheres (2%). Esses homens chegavam majoritariamente na idade entre 20 a 29 anos (43%). Os mais jovens, entre 15 e 19 anos de idade também migraram significativamente (13%), assim como aqueles nas faixas etárias mais elevadas entre 30 a 34 anos (16%). Os homens que se declararam solteiros compunham a maior parte (69%), comparados ao número de casados (26%) e aos viúvos (2%). Entre as poucas mulheres encontradas nos registros, a maioria era solteira (70%), um número menos declarou ser casada (13%) ou viúva (8%) (Cancela, 2016, p.244-245).

¹⁶ A autora consultou exclusivamente os livros consulares do Pará referentes ao período de 1858 a 1918, com exceção do ano de 1912, em razão da inexistência de registros para esse período.

No caso dos imigrantes italianos, Marília Emmi (2009) analisou os movimentos migratórios de saída da Itália em direção a Belém, impulsionados pelas oportunidades de trabalho e pelo acesso à terra prometidos pelo governo paraense aos interessados em emigrar para o Pará. Essas promessas eram formalizadas por meio de contratos firmados entre os governos paraense e italiano.

Esse tipo de estratégia e projeto foi concebido desde o período imperial e permaneceu durante a República, com o objetivo de promover a imigração para áreas distantes do eixo São Paulo–Rio de Janeiro, direcionando imigrantes para as províncias, posteriormente estados, do Pará e do Amazonas.

A finalidade era povoar essas regiões e suprir o chamado vazio demográfico, além de incentivar o desenvolvimento econômico. Um exemplo dessa política foi a criação das chamadas vilas agrícolas nas proximidades de Belém, onde os imigrantes passaram a cultivar diferentes produtos agrícolas, contribuindo para a dinamização da economia regional (Emmi, 2009).

Utilizou do *Anuário de Estatísticas do Brasil* para captar os movimentos migratórios italianos no Porto de Belém no início do século XX. Nesse anuário, Emmi achou imigrantes de outros países, como espanhóis (15,98%), ingleses (7,18%), turcos-árabes (4,69%), italianos e portugueses (48%), contabilizando cerca de 13.500 desembarcados no Porto de Belém.

Esses imigrantes preferiram estabelecer-se na cidade de São Paulo por ser a região mais desenvolvida do país e, conseqüentemente, a que mais recebia indivíduos de diferentes nacionalidades. Ainda antes do século XX, a cidade consolidou-se como o principal eixo de recepção de imigrantes no Brasil.

Emmi (2009) analisou e mostrou os quatro tipos de colônias agrícolas resultantes dos contratos. A *Colônia Benevides*, iniciada em 1889, nas margens da Estrada de Ferro de Bragança, que contava com 180 famílias, distribuídas entre diferentes nacionalidades: franceses, ingleses e suecos.

A segunda foi a *Colônia Anita Garibaldi*, criada em 1899, resultado de um acordo firmado entre o governo do Pará e o empresário italiano Mario Cattaruzza, por meio do qual foram encaminhadas 200 famílias de agricultores para a colônia.

A terceira foi a Colônia Modelo de Outeiro, também criada em 1899, embora tenha recebido seus primeiros imigrantes apenas em 1900. Inicialmente, foram instaladas 11 famílias, das quais sete eram italianas e as demais compostas por espanhóis, portugueses e brasileiros.

Por último, a *Colônia Ianetama*, localizada às margens da Estrada de Ferro de Bragança e estabelecida por meio de um contrato firmado entre o Estado do Pará e o italiano Salvador Nicosia, em 1899, recebeu cerca de 200 famílias, que se dedicavam à produção de especiarias e banha. No mesmo ano, o contrato foi rescindido, levando algumas famílias a retornarem ao seu país de origem, enquanto outras permaneceram na colônia.

No ano seguinte, as informações do Anuário indicaram a permanência de 99 famílias: 89 nacionais, 7 espanhóis e 3 italianos e em 1902, o governador Augusto Montenegro emancipou as quatro colônias.

No caso dos migrantes cearenses, a situação não foi muito diferente no que se refere às circunstâncias e motivações que impulsionaram esses brasileiros a migrar. Em seu trabalho de fôlego, resultante de sua tese de doutorado, Lacerda (2006) investigou as causas dos deslocamentos de cearenses para as regiões do Alto e do Baixo Amazonas, delimitando sua análise a esta última.

Primeiramente, a autora chamou a atenção para o clima da região Nordeste, marcado por recorrentes períodos de seca decorrentes da escassez de chuvas. Embora essa condição já fosse característica do estado do Ceará, seu agravamento intensificou a fome e a sede entre a população, que dependia da agricultura de subsistência para sua alimentação, consumindo aquilo que plantava e colhia da terra.

Assim, Lacerda delimitou sua análise da emigração cearense¹⁷ ao período de maior intensidade dos deslocamentos para Belém, entre os anos de 1888 e 1916. A maioria desses migrantes seguia, posteriormente, para cidades circunvizinhas, onde se dedicava ao trabalho em fazendas agrícolas ou nos seringais. Para desenvolver sua pesquisa, a autora consultou os livros da Chefatura de Polícia, as *Minutas de Ofícios da Presidência às Companhias de Navegação* e o jornal *Folha do Norte*, considerados os principais conjuntos documentais de fontes primárias utilizados em seu estudo.

A seca que assolou o Ceará em 1889 levou milhares de cearenses a se deslocarem para a capital, Fortaleza, em busca de ajuda dos setores públicos. Muitos chegaram a se alojar em frente a prédios administrativos e praças,

¹⁷ consistidos nos registros de *autos de crimes*.

solicitando do governador concessões de passagens ou recursos para custear viagens de navio em direção ao Baixo (Pará) e Alto Amazonas (Manaus).

Tinham conhecimento das notícias sobre os seringais e os supostos benefícios da extração do látex, e segundo a autora, acreditavam que os seringueiros enriqueciam rapidamente, sendo essa a percepção predominante entre muitos dos cearenses.

Mas os setores públicos, ou melhor, os governadores que administraram no período, não auxiliaram todas as famílias na saída do Estado, pois isso representaria redução da mão de obra, indisponível para a economia local e um possível desfalque populacional, e essa não era a intenção dos governantes cearenses, mesmo diante da seca, da fome e da mortalidade que atingiram a população (Lacerda, 2006).

Essas foram as preocupações dos governadores do Ceará, que não conseguiam controlar as saídas da população. Então, para dificultar as idas para Belém e Manaus, impuseram medidas, como a exigência de cartas escritas por empregadores donos de seringais e fazendas agrícolas, atestando que certos sujeitos haviam sido convidados para trabalhar naqueles locais. Feito isso, apresentava-se o documento às *Companhias de Navegação* e assim, o estado concederia as passagens.

Devido ao crescente contingente de cearenses que saíram, seja por auxílio estatal ou, em raras ocasiões, por iniciativa própria, acabou ocasionando agravamento na economia cearense. Assim, como forma de protesto formal, comerciantes assinaram e encaminharam ao *Ministério dos Negócios* do Império um documento solicitando medidas urgentes, uma vez que a atividade econômica estava sendo afetada.

No entanto, Lacerda destaca que o Império não contribuiu de forma eficaz no Ceará, não conseguiu conter a migração acelerada e nem ofereceu suporte adequado ao Estado do Pará, diante do grande número de cearenses que chegaram à capital.

[...] Lauro Sodré, pouco sensível às múltiplas experiências sociais presentes nos alto de se aventurar em terras distantes, via a migração para o Pará não como um último recurso, ou como disse o governador Pedro Borges, como a “última extremidade”, bem ao contrário disso, a via como baseada no “*menor esforço*” [...] o governador do Ceará, Antônio Accioly, em Mensagem de 4 e julho de 1898, lembrava que as notícias da seca, os governadores do Pará e do Amazonas “apressaram-se” em manifestar os seus “sentimentos

fraternais diante do problema vivido pelo Ceará. Na ocasião, mostraram-se dispostos a “facilitar meios de transporte” para “todas as pessoas” que tivessem necessidade de “emigrar para aqueles estados do extremo norte”. Segundo Accioly, garantia-se a esses migrantes “ocupações na lavoura e na indústria extrátil (Lacerda, 2006, p. 147-157).

No ano de 1899, a *Companhia de Navegação* do Ceará liberou gratuitamente as passagens destinadas aos migrantes, medida concedida pelo governador Antônio Pinto Nogueira.

Assim como os demais governantes da época, ele tinha plena consciência da situação de miséria em que vivia a população do estado e reconhecia que muitos almejavam que o governo do Pará lhes oferecesse oportunidades de trabalho.

As expectativas apareciam de forma recorrente nos discursos parlamentares desde o final do Império e ao longo da República, até 1916. As autoridades sabiam, contudo, que muitos dos que chegaram ao Pará, permaneciam em condições semelhantes às vivenciadas no Ceará.

Era comum que esses cearenses partissem sem cartas de chamada ou contratos formais para trabalharem nos seringais ou nas colônias agrícolas - ao contrário de uma minoria que possuía algum respaldo contratual, pois a grande maioria deslocava-se apenas na expectativa de melhoria econômica, o que frequentemente resultava em desabrigo e vulnerabilidade (Lacerda, 2006).

Deste modo, muitos migrantes ficaram desabrigados, dependendo da solidariedade local. Segundo Lacerda, diversos paraenses se sensibilizaram com a situação, oferecendo alimentação e encaminhando-os para abrigos em casas ou pensões, como a *Sociedade Beneficente e Literária José de Alencar*, a *Associação Humanitária Liga Cearense* e a *Associação de Assistência aos Flagelados pela Seca* (Lacerda, 2006).

Ademais, o jornal *A República*, órgão do Club Republicano (PA), constituíram em uma importante fonte para a compreensão das discussões que orientaram os rumos da economia de Belém do Pará, bem como dos debates que se desenvolveram posteriormente em torno dessa temática.¹⁸

Pois, o jornal noticiava as cargas de exportações que saíam dos portos do Pará para outros países, em sua maioria para Nova York. Esse meio de

¹⁸ As primeiras edições do jornal *A República do Club Republicano* (PA) foram iniciadas em 1886 e finalizadas em 1899, com periodizações diárias, começando nos periódicos do ano de publicação de 1893 até 1899. Não seguirei a ordem de numeração; abordarei aquelas que interessam e que ajudam a visualizar a sociedade paraense no final da segunda metade do século XIX e início do XX.

comunicação informava as quantidades de cargas e produtos que saíam do Pará, com os navios todos nomeados. Também havia seções com comentários sobre política, sociedade, governo e economia do estado, feitas por governadores ou articulistas do jornal.

COMM

Belém, 31 de Janeiro de 1893.

CAMBIO, BORRACHA, ETC.

CAMBIO — 13 1/8 bancario no Rio.

BORRACHA — Cota-se francamente para as Ilhas 48700 e 28750, alguns possuidores pedindo mais.

Consta-nos ofertas de 58100 e 38600 para o Sertão e 58150 e 38650 para a do Madeira.

Ouvimos dizer que alguns lotes a bordo do *Obidense*, venderam-se a preços não divulgados.

Quasi todos os exportadores regulares não operam, aguardando limites mais altos para poderem comprar. O negocio em sua maior parte tem se cingido a especulação local baseado nos pequenos recebimentos, fraquezas das taxas cambiais e forte inverno na Europa e America.

Stock na Inglaterra, hontem, por telegrammas que nos chegaram 500 toneladas, sendo as entregas para consumo, e re-exportação para America, durante o mez, 700 toneladas.

As entradas n'este mez, incluindo a exportação de Manãos, elevaram-se a 1500 toneladas, contra 3.000 em Janeiro de 92, porém esta differença é tão somente devida aos vapores do Sertão estarem demorados pela vaseante dos rios e deve preencher-se em Fevereiro.

BANCO EMISSOR DO NORTE

Também encontrei referências aos gêneros exportados, principalmente à borracha, mas sem muitos detalhes, bem como poucas edições com apreciações sobre as exportações.

Por esse motivo, escolhi as edições que apresentavam mais informações sobre os traslados, as imigrações e as opiniões acerca do "corpo" socioeconômico de Belém do Pará.

Início pela edição de 1893, que trouxe nota opinativa do jornal sobre a situação das finanças dos cofres estaduais e o aumento da receita no ano de 1892, que teria crescido cerca de 55% (cinquenta e cinco por cento), em decorrência da valorização da borracha e da elevação do câmbio. Segundo o jornal, sempre que os valores cambiais aumentavam, as arrecadações governamentais diminuía.

Mas, acreditava que a cidade tinha a possibilidade de crescer e prosperar, porém, a nota sublinhou a angústia de estarem à mercê do mercado estrangeiro, que, a depender da variação do câmbio, abaixava ou se elevava e, conseqüentemente, os valores dos produtos passavam pelas mesmas variações.

Ressaltou-se, ainda, a importância dos recursos internos do Estado, sustentados pela economia paraense e pelos investimentos nas indústrias agrícolas locais, argumentando-se que seu desenvolvimento dependeria de maior autonomia administrativa, desvinculada da tutela direta do Estado.

Para tanto, a cidade de Belém precisava ser reconhecida pelos imigrantes como um ambiente próspero e acolhedor, à semelhança dos estados da Região Sul do Brasil, cuja população crescia continuamente em razão da imigração e das oportunidades de trabalho ali existentes.

Nota-se, na seção do Comércio, na edição de 00828 do mesmo ano, a relação dos países consumidores da Hevea Branca (borracha). Os Estados Unidos eram o principal comprador, fato perceptível pela proporcionalidade das cargas anunciadas pelo jornal.

Nas edições, é perceptível o interesse pela seringueira, cultivada nas ilhas de Belém e no estado de Manaus, das quais foram reservadas por compradores norte-americanos para a cidade de Liverpool. Tomei de exemplo uma das descrições do jornal sobre o porto de Belém, que dizia esperar por 130 toneladas de borrachas trazidas de Manaus pela linha *Vapor Brazil*.

No mesmo ano de publicação, o periódico 00049 exibiu encomendas das borrachas cultivadas e advindas do sertão, das ilhas e oriundas do Rio Madeira. As seringueiras, por seu turno, eram objeto de demanda pelo país exportador, em muitos dos casos, tendo ocorrido divergências entre produtores e compradores quanto aos valores atribuídos às mercadorias, por serem considerados exorbitantes.

Os produtores “seguravam” os produtos antes de colocá-los à exportação devido à baixa do câmbio, apesar disso, vendiam quantidades limitadas, feitas por reservas recebidas por telegramas.

Encontrei registros de saídas de lotes no vapor *Obidense*, porém sem informações sobre seus destinos e as quantidades transportadas. No ano de 1893, contabilizou 500 toneladas vendidas para a Europa e, já para a América do Norte, 700 toneladas, todas compradas por esses dois países, no mês de janeiro.

As exportações, em 1892, totalizaram 3.000 toneladas, registrando decréscimo no ano seguinte em razão do atraso dos vapores responsáveis pelo transporte das cargas provenientes de Manaus. Na sequência, a edição de 9 de fevereiro de 1893 apresentou a manifestação do deputado Lauro Sodré acerca do *Relatório da Administração da Recebedoria do Estado*, expondo sua percepção sobre a agricultura cafeeira da capital.

O governador pronunciou-se sobre as vantagens da agricultura do Café e do cacau, destacando o primeiro como sendo de melhor qualidade quando comparado aos produzidos na região Sul. Mas, o desinteresse pelo cultivo do Cacau ocasionava sua baixa produção, sendo que as plantações existentes eram de qualidade inferior, enquanto a expansão dessas culturas era limitada pelo desinteresse dos produtores.

A agricultura sustentava a região, e os lavradores utilizavam e usufruíam dos benefícios da terra de diversas formas, com a expectativa de bons resultados, uma vez que grande parte das riquezas de Belém do Pará derivava desse setor. Entretanto, o cultivo da seringueira no estado e sua inserção nos mercados interno e externo contribuíram para a redução de outros gêneros agrícolas, em razão da baixa escala de plantio, ocasionada pelo desinteresse dos produtores.

As classes trabalhadoras do Pará pareciam desconhecer qualquer vínculo com associações de apoio mútuo que lhes garantissem direitos perante o Estado e o mercado, ao contrário do que ocorria na França e nos Estados Unidos, onde se observavam articulações entre operários, artesãos e demais trabalhadores.

Desse modo, estavam à mercê da economia regulada pelas leis governamentais paraenses, as quais pareciam mais restringir a livre economia do que incentivá-la. Atuavam de forma relativamente livre, uma vez que não havia impedimentos impostos por corpos sociais organizados, como sindicatos e/ou associações.

Continuam as opiniões, agora pelo Dr. Beauregard, professor de *Economia Política na Faculdade de Direito* de Paris, que publicou nota no jornal francês *Le Monde Économique*, intitulado *As Finanças do Brasil*, no mês de janeiro, reproduzida na *A República: Órgão do Club Republicano*. A seguir, apresento a exposição do professor, relatando os fatos do governo, conforme expostos por amigos que residiam em Belém.

A vida, já é tão precária pela elevação dos preços dos generos da primeira necessidade de novos embarços foi cercada com a escassez de carnes verdes e naturais subida do custo d'essa mercadoria. Assunto é esse da competencia dos poderes municipais, a que não deveis contudo ficar alheios, porque a solução do problema da alimentação pública depende de medidas cuja adaptação, em boa parte, cabe aos altos poderes do Estado.

[...] Ouvi reclamar a intervenção directa do Governo, e até contras as garantias dadas pela Constituição e pelas leis á liberdade do commercio e da industria, ouço apregoar como remedio ao grande mal a adopção de determinações legais impondo preço maximo a generos de consumo. Tenho por seguir, consoante os ensinamentos da sciencia que a liberdade é a grande força propulsora do progresso de todas a indústrias, e que a bataleza da vida cresce na proporção que diminuem os vexames e os embarços creados pela lei ao funccionamento dos agentes naturaes da produção [...] ¹⁹ (*A República: Orgão do Club Republicano*, Pará - quinta-feira, 9 de fevereiro, ed. 00855, 1893).

As dívidas estavam reguladas²⁰, a receita estável, mas havia cerca preocupação dos poderes políticos de Belém, direcionada aos custos da imigração e nenhuma relacionada às compras dos materiais ibéricos, fonte de proteção e força do Estado - como enfatiza o respectivo jornal.

O câmbio permaneceu instável, reduzindo o saldo orçamentário, que continuou abaixo do desejado, embora tenha apresentado aumento apenas nos últimos cinco anos.

Abaixo segue uma relação das exportações enviadas do porto de Belém do Pará para os Estados Unidos, disponibilizadas pelo jornal durante o tempo em que

¹⁹ Mantida ortografia original.

²⁰ Também houveram relatos das perigosidades do Governo Provisório, do Congresso e da circulação do papel-moeda.

permaneceu ativo. A tabela foi criada pela autora deste trabalho, que anotou as exportações para Nova York, divulgadas em algumas edições.

QUADRO 2 - Exportações destinada a América Norte

ed. 00994	New York	160 toneladas	<i>Vapor Gregory</i>
ed. 00886	New York	529 toneladas	-----
ed. 00896	New York	218 toneladas	<i>Navio Sobralense</i>
ed. 00916	New York	391 toneladas	<i>Navio Lasbanese</i>
ed. 00928	New York	88 toneladas	<i>Navio Baxil</i>
ed. 00929	New York	176 toneladas	<i>Vapor Origen</i>
ed. 00879	New York	614 toneladas	<i>Navio Hilary</i>

Jornal A República: Órgão do Club Republicano (PA)
Belém do Pará - quinta-feira, 1 de fevereiro de 1900

Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=215554&pesq=%22borracha%22&pasta=ano%20190&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=10526>

As taxas municipais e estaduais afetaram os produtores, que nada tinham a ganhar com as vendas para o estrangeiro, pelos motivos apresentados acima. Todos os produtos detinham valores específicos, uns mais baratos, outros mais caros, este último caso era o típico da borracha.

No tocante à nota opinativa da edição 00012, que tratou das taxações dos produtos e aos impactos negativos sobre os produtores, nos quais se observou que

estes eram os mais afetados com as cobranças e que nada tinham a ganhar, pois continuava dizendo que as medidas do governo paraense na extinção dos tributos municipais reduziram nos valores de saída, mas os preços dos produtos continuaram altos, pois os donos das fazendas de seringais e agrícolas aumentaram a aquisição do gênero pelo câmbio baixo, deste modo, chegavam altos e levavam-se mais pela taxa do Estado, para aquelas que vinham de fora do distrito.

O jornal reconheceu a importância das receitas provenientes dos títulos de entrada para o preenchimento dos cofres públicos do Estado. Entretanto, a tributação estatal era considerada suficiente para a composição das receitas de Belém do Pará, as quais eram direcionadas às despesas públicas.

Nos primeiros nove anos da República, a capital possuía uma dívida com o Banco de Londres e, para quitar o saldo devedor, hipotecou as alfândegas como forma de reforçar as reservas dos cofres públicos. No mesmo período, o Café e a borracha apresentaram aumento nas exportações para o exterior, mas isso não resultou em lucros significativos devido à baixa cambial.

As preocupações com os câmbios, tarifas e direitos de entrada e saída, fizeram parte dos periódicos. Na edição 00039 constava a opinião do governador do Estado sobre os impostos interestaduais, promulgados pela *Lei n.º 217 de fevereiro de 1898*.

As discussões começaram na citação da lei de 1898, dando fim às cobranças das taxas interestaduais, firmadas em 1889. Posteriormente, começaram pareceres sobre as taxas municipais e estaduais, reconhecendo-as como ações incabíveis, pois o comércio precisava “correr” livre, sem obstruções de tarifas.

Entretanto, não cabia ao governo o direito de estabelecer valores sobre os produtos provenientes de outros estados. Além disso, a formulação de leis e a fixação de tarifas eram atribuições da União Federativa, e não das esferas políticas municipais e estaduais.

Pois, as dificuldades de Belém do Pará vinham da pobreza, doença, sede, ausência de saneamento básico e na precarização das cidades interioranas. Ainda que fossem “pregadas” no estrangeiro como capital economicamente crescente e próspera pelo advento da borracha, a situação factual não era a mesma que a anunciada, em razão dos empréstimos que afetaram os cofres públicos.

Portanto, a edição 00075 publicou a emenda apresentada pelo deputado Firmino Braga, pronunciada na Câmara dos Deputados acerca do *art. 8º da Lei n.º*

590, de 25 de julho de 1893, referente ao imposto destinado às cidades interioranas e necessitadas de atenção dos belenenses.

Sujeitos influentes dos órgãos estaduais, segundo o jornal, e representantes da Administração Orçamentária de Belém demonstravam preocupação com a economia da capital, que se mantinha estável em razão das taxas impostas sobre os produtos comercializados, embora houvesse o receio de que os preços pudessem cair a qualquer momento em decorrência da elevação do câmbio.

E enfatiza que essa questão não deveria ser uma preocupação exclusiva do governador do Estado, pois o que de fato deveria ser adotado e implementado era um modelo econômico protecionista.

Houve, entre 1892 e 1895, aumento da receita estatal, provinda dos direitos de entrada, uma das principais fontes de junção dos saldos, chegando a mais de nove milhões de francos. Os outros vinham dos impostos de indústria e profissão, imposto de selo, direitos de desembarque, diretoria ativa, rendimentos dos estabelecimentos públicos, despachos de embarcação, venda, emolumentos e laudêmios de terras, e por fim dos impostos prediais. Em relação aos gêneros, em primeiro lugar estava a borracha, depois o Cacau e as castanhas.

A administração da Recebedoria do Estado reconheceu o aumento da receita nos últimos anos, entretanto, a preocupação do responsável pelo setor foi transmitida na edição 00076 do ano de 1899, em decorrência do declínio das exportações e da receita. De forma que nenhuma medida poderia ser adotada, pois não estaria no alcance da administração pública belense.

O então governador Lauro Sodré via com “bons olhos” a borracha e a riqueza que ela representava para o Estado, de modo que sua produção deveria ser ainda mais estimulada para a comercialização no mercado estrangeiro. Nesse sentido, defendia-se a ocupação das terras incultas por trabalhadores fortes e dedicados, a fim de cultivá-las e torná-las produtivas, com preferência pelo trabalho na extração da seringueira.

Adiante, seguiu uma entrevista realizada em Roma com o deputado do Amazonas, Joaquim Borba dos Santos, feita por um jornalista do jornal *Mensageiro*,

intitulada *Amazônia*. O entrevistador perguntou sobre as indústrias e as agriculturas do estado paraense, e como estava o processo imigratório²¹.

O predomínio discursivo do diálogo entre perguntas e respostas voltava-se para a economia da borracha e para a imigração. A nota informava que o jornalista acompanhava o fluxo migratório da Itália para o Brasil, particularmente o de italianos que se dirigiam ao Amazonas, e relatava os desdobramentos do descontentamento do ministro dos Negócios Estrangeiros da Itália, que desestimulava a emigração para esse estado brasileiro, orientando os migrantes para as regiões do Sudeste, especialmente São Paulo e Minas Gerais.

O deputado Joaquim Santos relatou que havia poucos italianos no Amazonas e que aqueles que ali se encontravam atuavam em diversos setores, sendo bem acolhidos pela população local.

Na mesma direção, o jornalista perguntou a respeito do andamento da agricultura na cidade, disse que diminuiu bastante, e quase nenhum trabalhador se dedicava ao seu fortalecimento. Por isso, no atual momento, a borracha teria sido a preocupação e os braços fortes dos trabalhadores, tanto dos estrangeiros quanto dos cearenses migrados para a região.

No final da entrevista, o jornalista perguntou os motivos pelos quais o Amazonas estava tão atrasado em relação à imigração. Como resposta, o senhor Joaquim expôs que eles não estavam preparados e muito menos organizados para receber trabalhadores imigrantes, por fim, concluiu dizendo sobre os estudos em andamento na região para “reanimação” da agricultura.

Também houveram críticas parecidas com as anteriores, proferidas por Serzedello Corrêa no início do séc. XX. Na numeração 00274, título *Orçamento Municipal*, o mesmo indicou que, nas indústrias de São Paulo, havia exemplos diversificados nos eixos de produção, enquanto as de Belém do Pará continham variedades de produções determinadas pela qualidade do solo, que beneficiavam os agricultores e seringueiros, mas o estado “matou” os trabalhadores das cidades e das redondezas com as taxas estaduais e municipais.

Corrêa desaprovou os estadistas e desacreditou nas indústrias nascentes, mas colocava credibilidade na permanência das indústrias agrícolas, como era antes

²¹ Destacou o jornal que o cunho da pergunta se deu pela visibilidade dos pronunciamentos do governo italiano, a respeito das desvantagens dos cidadãos italianos em habitar no estado amazônico - referindo-se aos estados do Pará e Manaus.

da seringueira em Belém do Pará. Não tinham como exemplos as indústrias de São Paulo, que trabalhavam com tecidos de algodão, lã, fiação, preparação de couros, peles, calçados, canela de veado, carnes, salgados, doces, biscoitos, chocolates, óleo, e dentre muitos outros²².

O governo de Belém demonstrava maior interesse nas tarifas sobre os produtos das cidades e nas taxações dos municípios mais pobres do que na saúde e na sobrevivência dos trabalhadores. Em vez de promover o cooperativismo entre municípios e estados envolvidos na produção e de buscar a ampliação dos lucros, prevalecia um discurso mais marcado pelo patriotismo, sobretudo durante o processo e após a instauração da República Federativa.

Observei, nas últimas edições, os temas das colunas mais apresentados e discutidos na Câmara dos Deputados, que foram os impostos, principal produto de exportação. Concluindo, no jornal *República do Pará*, também encontrei artigos (sem citação da referida lei) outorgados na Câmara dos Deputados, que abordavam os detalhes da redução de impostos a serem implementados entre os anos de 1900 e 1901. Tratava-se, ainda, dos impostos sobre terras e profissões, bem como das transferências de atribuições fiscais para municípios e estados, funções que antes eram centralizadas e “sustentadas” pela União.

Portanto, a edição 00287 apresentou artigos referentes aos impostos territoriais e aos parâmetros de sua aplicação, indicando que os estados e respectivos municípios deveriam proceder à demarcação das terras públicas.

Caso não o tivesse feito, conforme as diretrizes das leis “[...] n.º 110 de 8 de outubro de 1891, de 1900, e n.º 82 de 15 de setembro de 1892, em conformidade com os impostos de terras rurais que ficavam às margens das estradas de ferro, canais e rios, campos de lavouras e outros semelhantes. Na primeira parcela, pagaria somente a metade; o descumprimento incidiria em juros de 10%.”

Aos que ficavam dentro do perímetro urbano, cerca de dez quilômetros, não pagariam impostos, bem como as instituições religiosas, as terras públicas e, em certas circunstâncias, os colonos, ou seja, moradores do campo que não eram naturais do Brasil, ficavam livres nos três primeiros anos, caso não recebessem

²² Preferiam ficar atrasados no desenvolvimento industrial do que reféns das indústrias estrangeiras e competidoras.

auxílio do estado. E incluía reajustes de valores aos produtos mais procurados - Cacau e a borracha, o primeiro diminuiria em 4% e o segundo em 16%.

Por fim, Belém do Pará deixaria de aplicar impostos sobre os produtos de entrada no Estado e no município, abolindo, assim, as taxas referentes aos direitos de entrada.

Contudo, o jornal *A República: Órgão do Club Republicano (PA)* periodizou os destinos, as quantidades e os navios que transportavam a borracha, em grande parte para Nova York e Inglaterra.

Segue abaixo a tabela elaborada pela presente pesquisadora, a partir do detalhamento das edições que trataram das exportações dos gêneros supracitados, uma vez que a organização em forma de tabela ou gráfico não havia sido feita pelo referido veículo de comunicação belenense.

QUADRO 3 - Ano e destino final dos Navios saídos do Porto belense

ANO	EDIÇÃO	DESTINO	QUANTIDADES	NAVIO
1899	00080	Inglaterra	18.491	Cochran
1899	00099	New York	355 toneladas	Grangense
1899	00141	New York	47.590 kilos	Lisbonenses
1899	00242	Inglaterra	18.300 Kilos	Grangense
1900	00286	New York	89 toneladas	Hildebrand

Jornal A República: Órgão do Club Republicano (PA)
Belém do Pará - sexta-feira, 16 de fevereiro de 1900 (ed. 287)²³

1.3 Porto e as Propagandas

Como visto no tópico anterior, Belém do Pará passou por diversas transformações desde sua constituição como província (Grão-Pará) até o período republicano, transformações estas que foram anteriormente evidenciadas. Resta ainda considerar um outro elemento fundamental dessa trajetória histórica, à

²³ Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=215554&pesq=%22borracha%22&pasta=ano%20190&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=10526>

construção do porto, indispensável para a economia exportadora e determinante para o fluxo imigratório estrangeiro.

Com a construção do Forte do Presépio, às margens do rio Guamá, as embarcações passaram a utilizar aquele ponto como ancoradouro, parando junto à sua beira e no igarapé do Piri, localizado ao lado do forte. Diante disso, observamos que:

O Primeiro porto da cidade nasceu com a chegada dos fundadores e constitui-se em “modesto ancoradouro situado á margem esquerda da embocadura de um Igarapé denominado Piri, praticamente aos pés do talude do terraço do sítio original da primitiva aglomeração belenense” (Penteado, 1973, p.12) [...] Com a expansão da cidade, o igarapé do Piri, que antes consistia em importante elemento para a defesa da povoação, passou a se tornar um problema, posto que impedia o crescimento para as áreas firmes, sendo então transposto por uma ponte em 1627 [...] (Gomes; Nunes; Machado, 2019 p. 266).

Portanto, a criação do Porto se deu pela necessidade de uma estrutura que atendesse às embarcações que paravam no cais do Rio Guamá e no igarapé Piri. Esse córrego fazia com que a terra ficasse fofa, provocando o afloramento da água no solo, por essa razão, a solução adotada pelos frequentadores e pousadores das embarcações foi a construção de uma ponte de madeira.

Com o avanço das importações e exportações das drogas do sertão, o Rio Guamá passou a ancorar um número crescente de barcos provenientes do interior do Pará e do Vale do Rio Negro.

Com o aumento do fluxo de barcos de carga, sobretudo na segunda metade do século XIX, o cais do Guamá e o igarapé Piri deixaram de suportar a demanda e não supriam mais as necessidades das embarcações, especialmente diante da elevada quantidade de navios de grande e pequeno porte, decorrente do incremento comercial do ciclo da borracha.

Segundo Arruda (2023), a situação foi identificada como urgente e preocupante, de modo que se fez necessário a formulação de uma solução imediata.

Foi nesse contexto que foi apresentado um projeto ao governo provincial, no ano de 1771, elaborado pelo engenheiro alemão Gaspar Geraldo Gronfettts, que sugeriu a cobrança de taxas de cada um dos barcos parados na baía. Por meio da arrecadação, o governo poderia construir o muro do cais, mas a proposta foi rejeitada, pois desejava:

[...] dar guarda segura às embarcações e de dotar Belém de um cais de pedra e pela primeira vezes cogitou de tal problema, inclusive no que se

refere à obtenção do capital para o custeio de tal obra, representado pelo “um tanto para cada reno”, a ser pago pelos que possuíam canoas e que deveriam não ser poucos. Gronfelts imaginava Belém, mais bela que Veneza, ao propor dotar a cidade de Pará de um lagamar de cais de pedra com três entradas [...] (Arruda, 2003,p.64).

A situação permaneceu até 1839, mediante pequena mudança devida a criação de um Cais de Pedra e uma rampa na baía do rio Guamá. A estrutura possibilitou melhor qualidade para os barcos de cargas que ali paravam, enquanto o igarapé Piri foi soterrado pelo governo e, no local, construíram a *Doca Ver-o-Peso*.

A abertura comercial pela “*Carta Régia de 28 de janeiro de 1808* (Farias; Mourao, 2011)” intensificou as movimentações fluviais decorrida do intenso e elevado comércio interno das drogas do sertão, e pela chegada no cais do Grão-Pará dos navios Internacionais, vindo da Europa e América do Norte, sobretudo a partir de 1840, pois, além de exportar também desembarcavam produtos estrangeiros para o mercado nacional como a Manteiga inglesa, o Bacalhau português, os vinhos franceses, Trigo e o Sal americano.

Em 11 de janeiro de 1853 é inaugurado a primeira linha *Fluvial da província do Grão-Para*, entre Belém e Vale do Rio Negro, somente depois que foi criada a própria *Companhia Fluvial do Alto Amazonas*, no ano de 1869, e no ano seguinte a *Companhia fluvial paraense*, fusão da comaphania amazonens com a belenense - a *Amazon Stean Navegation Company* (Arruda, 2003).

Gomes e Machado (2019) enfatizou a preocupação do governo provincial acerca da construção de um novo Cais na baía do rio Guamá, que só foi iniciada no ano de 1903.

Recebeu Barcos de diversas Companhias, ultrapassando sua capacidade, percebendo então, a necessidade de um Programa a ser implementado, de modo a atender a demanda.

O projeto apresentado e aprovado foi o do engenheiro americano Percival Farquhar, contratado pelo governo para construção do Porto às margens do Guamá. Sobre a construção do edifício diz os autores que:

Farquhar fundou a companhia Norte-americana “*Port Of Pará*”, cujas ações foram vendidas nas bolsas da França, Bélgica, Canadá e Estados Unidos. Tratava-se de obras de porte nunca antes empreendida na região, no entanto, a ótima borracha brasileira na época, bem como as garantias contratuais oferecidas pelo governo para pagamento das despesas de custeio e fixação de renda líquida correspondente a 6% do capital utilizado nas obras, estimulou a participação de capital estrangeiro [...] (Gomes; Teixeira, 2019, p.270).

Portanto, o Governo Federal contribuiu nas despesas das obras e para a venda de títulos na bolsa de valores, as ações foram adquiridas pela França, Bélgica, Canadá e Estados Unidos.

A empresa escolhida para o empreendimento foi a estrangeira *S. Pearson & Sons*, que começou a construção em 1903, entregou a primeira parte em 1909 e, no mesmo ano, foi incorporada à *Corporations Trust Company*, na cidade de Portland, estado do Maine (EUA). As demais partes do edifício foram entregues entre 1910 e 1913 (Arruda, 2003; Gomes; Teixeira, 2019).

Por conseguinte, Jorge Fleury (2022) disse que os administradores do Grão-Pará possuíam o desejo de transformar a província urbanisticamente, economicamente e moralmente, pelos moldes europeus, como ocorreu no governo de José Coelho Gama e Abreu, governador de 1879 a 1881.

Segundo Fleury, Coelho Gama foi um dos intelectuais aristocráticos de alto poder aquisitivo do Grão-Pará, cursou Direito no exterior, viajou e conheceu diversos países - suas economias, culturas e portos. Nas viagens, percebeu a importância comercial promovida por um porto, ao qual toda a sociedade deveria se direcionar, pois, para ele, seria o tipo e modelo ideal de toda nação/Estado.

Fez melhorias na iluminação pública, abertura de boulevards, alargamento de vias, reformas no Mercado Municipal e criação de instituições financeiras, como o *Banco Comercial do Pará* e o *Bank of London*, além da *Associação Comercial do Pará*, posteriormente transformada em *Associação Empresaria*²⁴ (Fleury, 2022)

Vimos que o porto foi essencial para o traslado das drogas do sertão e, posteriormente, para a exportação da borracha. Nesse processo, o Cais recebia embarcações, mas carecia de um Porto estruturado devido ao crescente volume comercial da goma.

Os governadores, por sua vez, buscaram engenheiros no exterior com o objetivo de trazer projetos para a construção do Porto em Belém. Sendo que o mesmo representava mais do que uma mera infraestrutura comercial, era símbolo da modernidade, e a sociedade que possuía, considerava-se desenvolvida.

Passamos agora às propagandas imigratórias, resultado do elevado fluxo populacional das províncias, impulsionado pela mão de obra estrangeira. NA compreensão desse processo, analiso como se deu a tramitação outorgada pelo

²⁴ Nos anos que governou, implementou mudanças no cenário urbano da cidade, tomando como referência a Europa.

Império e seu impacto na província do Grão-Pará, bem como as ações provenientes da capital imperial, Rio de Janeiro, de São Paulo e, previamente, de Minas Gerais e Bahia, além das propagandas difundidas na Europa e na América do Norte.

O Guia Imigratório foi essencial para o processo de imigração no país. Serviu como instrumento para a divulgação das supostas “maravilhas” que o estrangeiro encontraria ao vir para o “Novo Mundo”, como afirma Victor Souza (2018). Além disso, o referido documento buscou melhorar a imagem do Brasil no “Velho Mundo”, ainda que apresentasse omissões e inverdades - como de fato ocorreu.

De acordo com Souza (2020) e Carrega (2019), as verdades sobre o Brasil jamais poderiam ser completamente reveladas, pois isso afastaria os imigrantes europeus e prejudicaria sua chegada e permanência, como ocorreu em alguns casos, quando preferiram migrar para a América do Norte (Carvalho, 2011). Como dito acima, intelectuais e autoridades liberais do Brasil Imperial desempenharam ações e incentivos para que o país se tornasse civilizado e próspero.

O *Guia Imperial Oficial*, criado pelo Ministério da *Inspetoria Geral de Terras e Colonização (IGTC)* em 1884, serviu como documento normatizador para a entrada e o trabalho de imigrantes. Continha sessenta e quatro páginas, com tópicos sobre liberdade de culto religioso, transporte de bagagens, favores do Império, agricultura e a natureza.

O documento previa a existência de hospedarias destinadas a receber os imigrantes no Rio de Janeiro e delimitava o período de permanência, até que fossem encaminhados às colônias provinciais ou privadas. A hospedaria oficial prevista pelo *Guia Imperial* foi a *Agência Oficial do Brás*.

Considerando que, em seu primeiro ano de funcionamento, a hospedaria recebeu imigrantes de nacionalidades portuguesa, espanhola, austríaca, alemã, espanhola, francesa, inglesa e ainda outras, preparar e servir pratos culturais para mais de 7.000 pessoas não parece uma tarefa que a Hospedaria seria capaz de cumprir (Souza, 2018, p.124).

Também serviu como modelo para a criação de outros guias provinciais no Brasil, os quais foram acrescidos às características peculiares de cada região, contendo informações sobre clima, vantagens e benefícios da imigração, acomodações, descrições dos campos de trabalho e orientações para solicitação de interesse migratório - realizadas por cartas enviadas aos setores de gerências.

Nesse cenário, foi criada a *Sociedade Central da Imigração (SCI)*, em 1883, na capital do Império (Rio de Janeiro), idealizada por intelectuais aristocráticos -

André Rebouças, André d'Escragnolle Taunay e Henrique B. Rohan (Sousa, 2018). A instituição propunha reformas no setor latifundiário, com o objetivo de ampliar a mão de obra destinada à agricultura, devido à escassez das províncias da Corte. O órgão era autônomo, sem vínculo com os ministérios imperiais, e apresentava ideologias próprias, pois os seus membros defendiam a modernidade e a renovação social, alcançada somente pelo trabalho livre europeu.

O *Guia Oficial* atraiu poucos imigrantes, pois sua divulgação se restringia ao território nacional, enquanto a publicidade externa ainda não havia sido estruturada. Foi então que a SCI passou a difundir o *Guia Oficial* internamente - como já acontecia, por meio de seu Boletim, e externamente, em periódicos europeus - especialmente os italianos, franceses e belgas.

O objetivo consistia no provimento amplo de divulgação do *Guia Imperial* nos periódicos europeus, contudo, a iniciativa não se consolidou integralmente, visto que apenas alguns jornais publicaram o *Guia Central*.

Carrega (2019) destacou dois periódicos com maior volume de publicidade: o belga *La Semaine Industrielle* e o francês *L'Étoile du Sud*, e mencionou outras versões disponibilizadas na língua inglesa.

As medidas tomadas pela SCI foram insuficientes para reverter a ineficácia do Guia Central, seu impacto na Europa e, ainda menos, na América do Norte (Carrega, 2019; Carvalho, 2011; Sousa, 2021).

Consciente desse cenário, a SCI buscou publicar o Guia Oficial Imigratório nos periódicos estrangeiros nas línguas oficiais de cada país, garantindo maior alcance das informações. Assim, as publicações eram replicadas no Boletim da SCI, acompanhadas das indicações das fontes jornalísticas originais. O Guia da Província de São Paulo foi o mais utilizado na propaganda imigratória no exterior.

A esse respeito, a dissertação de Vítor Sousa (2021) é fundamental, pois comparou a atuação da *Sociedade Central de Imigração (SCI)* com a da *Sociedade Promotora de Imigração (SPI)*, elucidando as diferenças entre ambas e os motivos pelos quais a SPI teve maior êxito na captação de imigrantes e do porquê reduziu o retorno de voltas desses indivíduos a seus países.

A *Sociedade Promotora de Imigração* foi criada três anos após a SCI, em 1886, por Martinho da Silva Prado Junior, Nicoláu de Souza Queiroz, Antonio Queiroz Telles e o Visconde de Parnaíba, seus principais associados (Sousa, 2021). Assim como a SCI, a SPI não era subordinada à Província de São Paulo, nem sofria

interferências diretas do governo provincial, embora fosse financiada pelo cofre público, por meio do *Ministério da Agricultura*.

Os recursos recebidos garantiram o funcionamento da *Hospedaria das Flores* e ampliaram a publicidade das fazendas cafeeiras. A SPI destacou-se pela robusta e eficaz política de propaganda no exterior, investindo na divulgação da Província de São Paulo por meio de manuais, folhetos, mapas, periódicos e iconografias.

O resultado foi a consequência direta da entrada de imigrantes de diversas nacionalidades, decorrida do esforço da SPI na tradução de seus informativos para as línguas alemã e italiana.

Ademais, os imigrantes já residentes informavam seus familiares sobre as vantagens do trabalho nas fazendas de café e sobre as condições de vida na província, contribuindo para um alto índice de ocupação da *Hospedaria das Flores* e das propriedades rurais.

Por esse motivo, em 1888, a *Sociedade Promotora de Imigração* transformou-se na *Agência Oficial de Imigração*, uma vez que a SCI foi incorporada à SPI, e assumiu a gerência tanto da *Hospedaria do Brás*, no Rio de Janeiro, quanto da *Hospedaria das Flores*, em São Paulo (Sousa, 2018).

Retomando a dissertação de Victor Sousa (2021), o autor analisou cinco Guias Provinciais Imigratórios, traduzidos para o italiano e o francês, das províncias de São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Paraná e Maranhão, avaliando o desempenho desses guias e suas estratégias de divulgação entre o final do século XIX e o início do XX.

Embora não tenha aprofundado as análises referentes ao Maranhão e à Bahia, destacou suas iniciativas, dedicando maior detalhamento às demais províncias.

O *Guia Imigratório da Província do Paraná* foi o primeiro a ser elaborado, em 1875, pela *Secretaria dos Negócios da Agricultura, do Comércio e das Obras Públicas (SENACOP)*, assumindo os custos da imigração. Sobre o guia, Sousa relatou que:

[...] Governo Imperial concéde ainda os seguintes favores aos imigrantes:— Pagamento da differença entre o preço de passagem para o Brasil e para os Estados Unidos; — Adiantamento da importancia integral da passagem aos imigrantes, que se destinarem ás Colonias do Estado; estão autorisados a fazer essas despesas os consules de Londres, Liverpool, Hamburgo, Marselha, Suissa, etc.; — Isenção de direitos de importação a toda a bagagem dos colonos, e, especificamente a toda a sua

roupa, camas, barras, ou catres, louça ordinária de serviço; instrumentos próprios para a lavoura ou á profissão do imigrante; moveis e mobília; e uma espingarda de caça por adulto; — Hospedagem no Estabelecimento da Agencia Official de Colonisação, a razão de 800 réis diários por adulto e 500 réis por menor de 12 annos e maior de 9 annos [...] (Sousa, 2021, p.88).

A regulamentação das Colônias foi estabelecida pelo *Decreto nº 3.784, de 19 de janeiro de 1867*, especificando a área mínima a ser vendida para os imigrantes que desejassem comprar terras, detalhando os procedimentos de pagamentos, como receber os recém-chegados e ajudá-los nos custos financeiros, assim como as quantidades de sementes doadas e os empregos nas obras públicas (Sousa, 2021).

As propagandas das províncias de Minas Gerais e Bahia foram divulgadas por meio de citações publicadas em periódicos franceses e italianos utilizados pela *Sociedade Central de Imigração*.

Para isso, a entidade selecionou trechos dos relatórios provinciais relacionados à imigração, destacando os favores e benefícios oferecidos aos imigrantes. Esses conteúdos, extraídos dos relatórios oficiais, e não diretamente dos Guias, foram reproduzidos e divulgados nos periódicos europeus.

Nesse sentido, a Província de Minas Gerais, pela *Lei nº 2.819, de outubro de 1881*, contratou negociantes das Ilhas Canárias e dos Açores. E inspirado na SCI e na SPI, implementou a *Associação Promotora de Imigração (API)*, em Juiz de Fora.

Em relação à Minas Gerais, citamos a Lei nº 32 de julho de 1892 como um dos marcos para o serviço de imigração no estado, entretanto, desde agosto de 1887 o sistema passou a ganhar mais destaque na legislação, com a Lei nº 3.417, que autorizou o governo a auxiliar o serviço de imigração e colonização na então província mineira. Segundo Campoli, a lei e seu decreto de regulamentação (Decreto nº 108, de 25 de janeiro de 1888) “delinearam pela primeira vez, e de forma profunda e detalhada, o espírito e os aspectos do tratamento da questão da imigração da Província de Minas Gerais”, vai além e classifica as promulgações como “os atos normativos mais importantes sobre a imigração em Minas Gerais” 344 . Com essa medida, o governo ficava autorizado a empregar a quantia de 1:000:000\$000 na introdução de estrangeiros (Sousa, 2021, p.110).

Somente em 1894 foi produzido o *Guia do Emigrante Português* para o Estado de Minas Gerais (GMG). As principais finalidades, segundo Sousa, eram o oferecimento de prêmios para o aperfeiçoamento da cultura aos moldes das exposições universais, a reorganização da lavoura prevista na *Lei nº 32, de 18 de julho de 1892*, e a concessão de favores a empresários que introduzissem imigrantes na província de Minas, a partir de um Relatório feito e apresentado ao Presidente do legislativo de Minas Gerais em 1894 (Sousa, 2021).

Já a província da Bahia teve seu Guia Emigratório em 1897. Sousa utilizou a citação deste na publicação do *Guide de L'Emigration*, por não ter encontrado o Guia da Bahia, referenciou-o através de uma publicação do periódico *Guide de L'Emigration*.

O jornal noticiou tópicos do Guia baiano sobre as preferências por estrangeiros que possuíam núcleos familiares e sobre as vantagens que trariam à agricultura, caso a província baiana fosse escolhida. Não constava qualquer comentário acerca da contribuição financeira por parte do governo - os pagamentos e as passagens.

Como já vimos, a propaganda começou com a Província de São Paulo preferindo os imigrantes alemães e italianos, considerados os de tipo ideal, conclusão que pode ser tirada pelas oitenta mil (80.000) cópias de manuais do Guia impressas em alemão e italiano, indicando os locais onde foram distribuídos (Sousa, 2021).

[...] o ano de 1874 deu início á uma nova fase para imigração brasileira: “a dos grandes contratos para com o empresário Joaquim Pinto Junior, onde estabeleceu-se que o último deveria introduzir, no prazo de dez anos, cem mil imigrantes por todo o Império (exceto no Rio Grande do Sul) (Sousa, 2021, p.31).

Sousa, ao consultar o periódico *O Espírito-Santense*, na edição do dia 5 de fevereiro de 1887, encontrou uma informação sobre o Guia paulista antes mesmo de sua criação oficial. O material havia sido enviado para a Europa em língua alemã para ser distribuído a todos os imigrantes interessados nas informações sobre a Província de São Paulo, especificamente acerca do saneamento e do clima.

A província de S. Paulo, no Brazil

Com este título recebemos um folheto que é por assim dizer um guia completo do emigrante que pretenda ir para o Brazil. Do que n'elle se lê depreende-se que a provincia de S. Paulo é uma das mais ricas e prosperas do Bazil ou pelo menos aquella cujo clima mais se harmonisa com o da Europa e por issomuito vantajoso para o emigrante europeu. No frontespicio do folheto lê-se o seguinte: *Emigrante! Lêde este folheto antes de partir!* (Sousa, 2021, p.56).

Já a Província do Pará apresentou especificidades próprias, primeiro por ser uma região geograficamente afastada das províncias do Sul e do Sudeste e, portanto, menos valorizada em comparação aos demais núcleos provinciais.

Assim, o artigo de Marcos Carvalho (2011), encontrado na Biblioteca Arthur

Vianna, em Belém, no setor de microfilmagens do Diário Oficial, tornou-se fundamental para esta discussão, por se tratar das sociedades imigratórias, das hospedarias, dos núcleos coloniais e dos contratos propagandísticos na Europa.

Assim como a SCI e a SPI, os presidentes da Província do Grão-Pará buscaram atrair imigrantes por duas frentes: a colonização e a oferta de mão de obra.

A Sociedade Paraense de Imigração foi criada em 17 de novembro de 1885, sediada no *Convento das Mercês* a partir de 31 de janeiro de 1886, com o objetivo de receber e acomodar os estrangeiros recém-chegados.

O Grão-Pará, portanto, desempenhou duas funções nas ações imigratórias, na porta de entrada e no destino final. Isso significou que as passagens e uma hospedagem considerada “decente” eram custeadas - prática semelhante à adotada pela SPI, e havia gratuidade no deslocamento por meios de transporte provinciais. Já no destino final, os imigrantes recebiam atendimento médico por até dois anos, concessões, acesso aos núcleos coloniais e fornecimento de equipamentos e utensílios para o trabalho na borracha e na lavoura (Carvalho, 2011).

A *Lei Estadual nº 223, de 30 de junho de 1894*, regulamentou as atividades agrícolas, o papel dos consulados, os contratos particulares firmados com o Estado, a hospedaria de triagem e os dez núcleos coloniais - Tapajós, Santarém, Tocantins, Portel, Cintra, Macapá, Curupá, São Caetano do Dívelhas - posteriormente ampliados pelo *Decreto nº 131, de 10 de outubro de 1895*. Esse marco legal também definiu as normas de funcionamento da *Hospedaria do Imigrante*, localizada na Ilha de Caratateua (Outeiro), relativamente distante da cidade.

Percebe-se que os planos das províncias eram semelhantes entre si, tanto nas iniciativas privadas quanto nas colônias imperiais, ainda que algumas apresentassem especificidades, como os casos de Minas Gerais e do Pará.

Os portos assumiram papel estratégico como pontos de recepção e conexão entre o estrangeiro/imigrante, as hospedarias e o trabalho nas atividades extrativistas e agrícolas, sobretudo no ciclo da borracha, que atingiu seu auge entre 1855 e 1890.

Conforme os autores referenciados, as províncias consideradas mais vantajosas pelos imigrantes não eram Grão-Pará, Maranhão ou Amazonas, justamente por sua localização distante do centro imperial e pelo clima quente.

Os recém-chegados, acostumados ao frio europeu, também enfrentavam dificuldades associadas à ampla espacialidade do território, às condições de acesso, à mata densa, à incidência de doenças e ao caráter intenso, precário e desgastante do trabalho, aspectos que afetavam diretamente o corpo e a saúde do ser humano.

Os Guias foram importantes por representarem a diversidade regional nos periódicos estrangeiros - especialmente aqueles citados pelos autores analisados, com maior sucesso para os casos de São Paulo, Paraná e Minas Gerais, sendo São Paulo a mais bem-sucedida, sobretudo após a unificação com a SCI.

Em contrapartida, as capitais das demais províncias enfrentaram dificuldades na divulgação de seus guias na Europa. Diante das limitações regionais e financeiras, o Grão-Pará alcançou resultados relevantes em razão das propagandas estimuladas pela *Lei nº 226, de 15 de dezembro de 1853*, que autorizava o tesouro provincial a financiar a migração, conforme registrado no relatório de Frederico José de Sant'Anna Nery (1887), que reforçava a necessidade de divulgar na Europa o Guia do Imigrante (Junior; Garvão, 2015)

Além disso, os presidentes que passaram pela administração provincial demonstraram interesses convergentes quanto à presença de imigrantes nas colônias, especialmente nas imperiais, como forma de controle, disciplinamento e organização do trabalho. Segue a seguir uma apresentação da edição espanhola do Guia de Belém do Pará, divulgada pelo consulado paraense na Espanha.

ILUSTRAÇÃO 1 - Informacion a los Espanoles que desean emigrar al Estado del Pará

Disponível em:

<https://obrasraras.fcp.pa.gov.br/publication/file/livros/amazoniaescritoriodeemigraciondeespanaylas/>

As informações contidas no livro estão organizadas em tópicos, na língua espanhola, destinados aos espanhóis interessados no trabalho nas colônias agrícolas.

Posto que o escritório do Consulado paraense funcionava como instância de intermediação entre o cidadão e o Estado do Pará, pois era nele que se concediam todas as orientações necessárias à imigração, os costumes e as normas que não poderiam ser descumpridos.

Pois o traslado deveria ser unicamente para o trabalho, com contratos firmados ou para aqueles que ainda buscariam formalizar contrato com o Governo do Estado do Pará, mas isso seria previamente averiguado pelo consulado paraense na Espanha, dado que havia fluxo constante de comunicação entre o consulado e o governo provincial, responsável pela troca de informações.

Os núcleos familiares poderiam remigrar caso alguém da família viesse a óbito, sem custos, uma vez que as passagens eram custeadas pelo Estado, assim como as terras destinadas à moradia - ou aos *burgos* mencionadas no livreto. As indicações seguiam o padrão das demais províncias, trabalho, liberdade de culto, costumes, favores aos imigrantes, moradia gratuita, burgos agrícolas e tipos de cultivo, hospedaria, preferência por núcleos familiares e organização do trabalho.

Dessa forma, as províncias apresentadas tinham certas diferenças, mas, no geral, o princípio era o mesmo, atrair imigrantes para o Brasil e inseri-los no mercado de trabalho agrícola. A seleção era individual, isto é, os imigrantes escolhiam as províncias que consideravam mais vantajosas ou sobre as quais possuíam mais referências.

Os contrastes entre as cinco províncias persistiam em especificações próprias. No caso do Rio de Janeiro, o *Guia do Imigrante* não avançou de forma autônoma, mas, com a atuação da *Sociedade Central de Imigração (SCI)* que utilizou informações desta e obteve maior repercussão na Bélgica, ainda que as publicações tenham ocorrido na língua inglesa. Após a unificação com a *Agência Oficial de Imigração*, a difusão dos Guias de ambas as províncias se ampliaram, passando a circular também em italiano e alemão, e permitiu que os imigrantes trouxessem o restante de seus familiares, caso desejassem.

A Província do Paraná não possuía uma agência formalmente nomeada, sendo administrada pela *Secretaria dos Negócios da Agricultura, do Comércio e das Obras Públicas (SENACOP)*.

A de Minas Gerais era conduzida pela *Associação Promotora de Imigração (API)*, que priorizava nos anúncios do Guia a chegada de núcleos familiares para os cafezais, não mencionando subsídios no periódico italiano.

O Grão-Pará, por sua vez, atuou com foco na obtenção de mão de obra, por meio da *Sociedade Paraense de Imigração (SPI)*, auxiliando tanto na chegada quanto no destino final dos imigrantes.

Por fim, afirmavam que a liberdade religiosa, ao menos prescrita na lei e reafirmada nos Guias publicados nos jornais, foi fator de estímulo aos estrangeiros, pois muitos eram protestantes e viram no Brasil Imperial condições favoráveis de adaptação, além de privilégios e benefícios vinculados à imigração.

A pesquisadora não pretende deslegitimar ou atribuir juízo de valor à contextualização histórica construída pela Assembleia de Deus, mas situar

historicamente a cidade de Belém do Pará, uma vez que esse panorama não é aprofundado nas principais obras historiográficas da instituição, como *História da Convenção Geral das Assembleias de Deus dos Ministérios das Igrejas Evangélicas Assembleia de Deus do Brasil* (CPAD, 2022), *História das Assembleias de Deus no Brasil* (Conde, 1960), *Diário do Pioneiro* (Vingren, 2024) e *Enviado por Deus: Memórias de Daniel Berg* (Berg, 2024).

O objetivo é oferecer contraponto histórico e discursivo, construído sob uma perspectiva comparativista e que permita compreender a chegada dos missionários pentecostais que fundaram a Assembleia de Deus em Belém do Pará à “luz” do contexto social, econômico e migratório da cidade, e não apenas por meio da narrativa enfatizada pela História Oficial Assembleiana.

2 CAPÍTULO - A HISTÓRIA OFICIAL DO ASSEMBLEIANISMO NO BRASIL

Nesta seção, apresento a história da Assembleia de Deus no Brasil, mais antes de abordar o desenvolvimento institucional desse movimento religioso, torna-se imprescindível retornar aos missionários pentecostais pioneiros e à chegada deles à cidade de Belém, capital do Pará, no ano de 1910. Essa contextualização não é inédita, pois já foi explorada por alguns pesquisadores.

Para este estudo, foram utilizadas fontes bibliográficas oficiais da própria instituição, especialmente livros publicados pela Casa Publicadora das Assembleias de Deus (Cpad): *História da Convenção Geral dos Ministérios das Assembleias de Deus no Brasil* (2022) e *História das Assembleias de Deus no Brasil* (1960), de Emílio Conde. Adicionalmente, recorri às obras *Enviado por Deus: Memórias de Daniel Berg* (2024) e *Diário do Pioneiro* (2024).

As edições das obras utilizadas correspondem às últimas publicadas e, não às primeiras edições. Por sua vez, a obra de Emílio Conde, por exemplo, utilizada para descrever historicamente a disseminação dos missionários no Brasil, é a primeira edição, publicada na década de 1960. Já o livro sobre as Convenções, escrito por Silas Daniel, foi utilizada a segunda edição, mas a primeira edição foi publicada no ano de 2004. As memórias de Daniel Berg foi a edição mais recente, embora a primeira publicação tenha ocorrido em 1982, e o Diário de Gunnar Vingren foi inicialmente publicado no ano de 2000, mas os dois últimos livros conferem a edição mais atual lançada pela CPAD, no ano de 2024.

A partir delas, busco compreender como é construída a narrativa da vinda dos missionários Daniel Berg e Gunnar Vingren, identificando convergências, permanências discursivas e eventuais controvérsias, presentes nos quatro livros analisados.

E na forma crítica sobre o início da constituição da Assembléia de Deus pelos missionários, trazendo as contraposições históricas tratadas por Marina Corrêa e Gedeon Alencar antes e depois da sua chegada em Belém (Pará).

ILUSTRAÇÃO 2 - *História da Convenção Geral dos Ministérios das Assembleias de Deus no Brasil* (CPAD, 2022)



ILUSTRAÇÃO 3 - *História das Assembleias de Deus no Brasil* (Conde, 1960)



ILUSTRAÇÃO 4 - *Diário do Pioneiro* (Vingren, 2024)

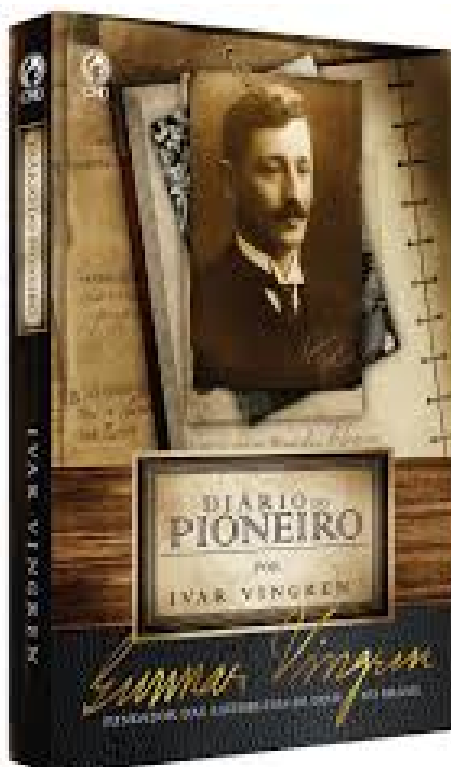
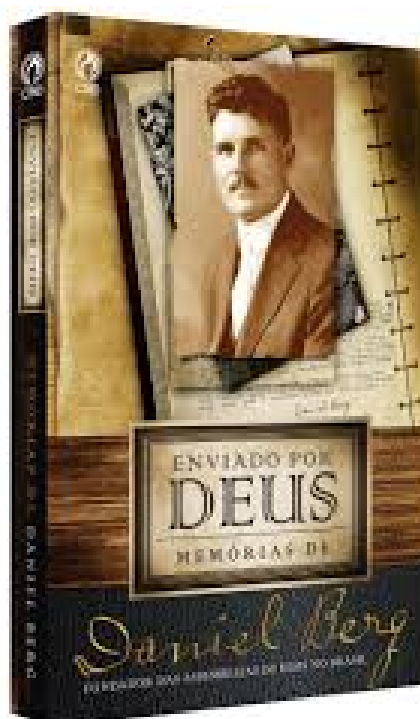


ILUSTRAÇÃO 5 - *Enviado por Deus: Memórias de Daniel Berg* (2024)



2.1 História das Assembleias de Deus no Brasil (Conde, 1960)

Emílio Conde, redator e escritor da *Casa Publicadora das Assembleias de Deus (CPAD)*, dedicou-se a registrar a história das Assembleias de Deus no Brasil no período de 1911 a 1961. Teve importante atuação na CPAD, escrevendo hinos para a Harpa Cristã, além de compositor e escritor.

Ainda sobre o mesmo, fiz uma busca no site da CPAD a fim de obter informações sobre Conde, mas não há nenhuma informação no site, devido a isso, busquei em outros sites, todos com as mesmas informações resumidas da sua bibliografia. Sendo assim, escolhi a via de comunicação *Círculo de Cultura Bíblica* no qual diz que:

Emílio Conde (1901-1971) foi um escritor, compositor, hinista, editor e ecumenista pentecostal brasileiro. Emílio Conde nasceu em São Paulo, filho de João Batista Conde e Maria Rosa Conde, de origem italiana e portuguesa. Converteu-se na Congregação Cristã do Brasil em São Paulo e posteriormente quando se mudou ao Rio de Janeiro passou à Assembleia de Deus em São Cristóvão. Contribuiu para a imprensa evangélica, sendo redator-chefe do “Mensageiro da Paz”. Participou de vários encontros e movimentos de aproximação denominacional entre os pentecostais do mundo. Viveu celibatário e nunca assumiu ministério ordenado. No hinário *Hinos de Louvores e Súplicas a Deus*, No 5, contém seus hinos 51 “A Palavra do Senhor é Pão celestial”; 245 “Não pode entender o Mundo”; 259 “Só triunfará o de sincero coração”.

Na *Harpa Cristã*, Emílio Conde tem autoria e composição do hino 26 “a formosa Jerusalém”. Como tradução, versão ou adaptação, ele tem os hinos 199 “a ceia do Senhor”; 214 “desejamos ir lá”; 227 “Deus amou este mundo”; 228 “este mundo não compreende”; 247 “Deus nos guarde no seu amor”; 296 “no jardim”; 303 “precisamos de Jesus”; 306 “a palavra de Deus é um tesouro”; 308 “só o sangue de Jesus”; 395 “ide por todo o mundo”; 449 “à beira da estrada”; 450 “o sol da justiça”; 451 “meu noivo vem”; 453 “Deus é o mesmo”; 501 “vencendo com o bom capitão”. Em parceria com Nils Kastberg, ele tem os hinos 342 “as cordas do coração”; 447 “nascer de novo”; 486 “vasos transbordantes”. Por fim, em parceria com Eufrosine Kastberg, ele tem os hinos 295 “novo canto de louvor”; 297 “abundância de Cristo”; 302 “não murmure; canta”; 305 “campeões da luz”. (Círculo de Cultura Bíblica, <https://circulodeculturabiblica.org/2024/03/23/emilio-conde/>, 04/04/2026).

Sua obra apresenta brevemente os eventos pentecostais ocorridos nos Estados Unidos, bem como descreve a chegada dos dois missionários pentecostais a Belém do Pará. De forma sutil, Conde menciona a existência de movimentos religiosos de caráter pentecostal na Suécia, Inglaterra e América do Norte, e que ganharam projeção a partir do avivamento liderado por William Joseph Seymour, em 1906, na cidade de Los Angeles.

O pastor W.J. Seymour, que servia nessa igreja, não era eloquente pregador, porém, seu coração ardia de zelo pela pureza da obra do senhor, e sua mensagem era vivificada pelo Espírito Santo. O pastor Seymour pregava a Palavra de Deus, anunciava a promessa divina, o batismo com o Espírito Santo, e, a seguir, sentava-se no púlpito, tendo o rosto entre as mãos e orava para que Deus operasse nos corações dos ouvintes. O que acontecia, então, é coisa inexplicável: O poder de Deus pousava sobre a congregação; a convicção das verdades divinas inundava os corações; o desejo de santidade dominava as almas, e repentinamente, brotavam os louvores dos corações; muitos eram batizados com o Espírito Santo, falavam em Línguas. [...] (Conde, 1960, p.16).

Abordou, no primeiro capítulo do livro, a ascendência de Seymour - como descendente de escravizados que vivenciou a segregação racial nos Estados Unidos, e descreveu que ele criou sua própria igreja em meio ao contexto de apartheid norte-americano. Essa igreja recebeu o nome de Missão da Fé Apostólica, fundada na Califórnia em 1906, na rua Azusa Street. Conde destaca Seymour como importante propagandista e defensor da ação do Espírito Santo (Bartheman, 2016).

O autor relata que Gunnar Vingren já era pastor batista quando ouviu falar dos feitos e das manifestações espirituais ocorridas sob a liderança de Seymour em Los Angeles.

Conde afirma que Vingren residia na cidade de South Bend, Estado de Indiana e a poucos quilômetros desses acontecimentos, passou a deslocar-se até a igreja dirigida por Seymour. Ao presenciar as práticas e experiências espirituais ali realizadas, maravilhou-se, e, impressionado, passou a acreditar na doutrina pentecostal, sendo então batizado com o Espírito Santo.

Na cidade de South no Estado de Indiana, que dista cerca de cem quilômetros de Chicago, morava um jovem pastor batista que se chamava Gunnar Vingren. Atraído pelos acontecimentos do Avivamento de Chicago, Gunnar Vingren foi a essa cidade, a fim de certificar-se da verdade, ante a demonstração do poder divino, o jovem pastor creu e foi batizado com o Espírito Santo (Conde, 1960, p.16).

O autor não apresenta detalhes sobre como Gunnar Vingren conheceu a igreja de Seymour ou sobre as circunstâncias de seu batismo na doutrina pentecostal. Mesmo assim, prossegue afirmando que Vingren conheceu Daniel Berg algum tempo depois, durante uma convenção de igrejas batistas realizada em Chicago. Ressalta que Berg já havia aderido à doutrina pentecostal e recebido o batismo no Espírito Santo, desse modo, os dois missionários passaram a compartilhar ideias, convicções e propósitos (Conde, 1960).

Algum tempo depois, Daniel Berg foi visitar o pastor Gunnar Vingren na cidade de South Bend. Nessa ocasião, em uma reunião de oração, Deus,

através de uma mensagem profética, falou ao coração de Daniel Berg e Gunnar Vingren, que partissem a pregar o Evangelho, e as bênçãos do Avivamento Pentecostal. O local fora mencionado na profecia, era o Pará. Nenhum dos presentes conhecia tal lugar. Após a oração, os dois jovens foram a uma livraria a fim de consultar um mapa que lhes mostrassem onde estava localizado o Pará. Descobriram então, que se tratava de um Estado do Norte do Brasil. Ambos ardiam de zelo pela causa de Cristo, eram tochas dessa fogueira que ardiam em Chicago (Conde, 1960, p. 17).

Planejaram ir para o Brasil sem recursos fornecidos pelas denominações batistas, embora a igreja tenha conseguido arrecadar uma quantia modesta, suficiente apenas, para que viajassem até Nova York e, de lá, embarcassem rumo ao Brasil. Ao chegarem à cidade, já não possuíam recursos, pois haviam levado apenas o necessário para alcançá-la. Ainda assim, mantiveram a convicção de que a situação estava sob a direção divina.

Caminhavam os nossos irmãos por uma das ruas de Nova Iorque, quando encontraram um negociante que conhecia apenas Vingren. Na noite anterior, enquanto estava em oração, o negociante sentiu que devia enviar certa importância ao irmão Vingren. Pela manhã colocou a referida importância em um envelope, para mandá-lo pelo correio, mas logo a seguir encontrou-se com os dois enviados do senhor; contou-lhes o que Deus lhe fizera sentir, isto é, que mandara entregar aquela quantia ao irmão (Conde, 1960, p. 18).

Por esse auxílio, os dois puderam comprar as passagens, embarcando no navio *Clement* a caminho do Brasil, com destino à capital do Pará (Belém). No trajeto, oraram pedindo bênçãos para a vida missionária, rogando para que o Espírito Santo os guiasse naquela cidade desconhecida e para que as campanhas evangelísticas fossem bem-sucedidas.

Durante a viagem, mantiveram a rotina de oração, pregando, falando de Jesus Cristo e do Espírito Santo e testemunhando as experiências individuais que haviam vivenciado. Dirigiram-se aos tripulantes e passageiros, distribuindo folhetos e cartilhas evangelísticas - alguns deles até, teriam aceitado Jesus como salvador (Conde, 1960).

No dia 19 de novembro de 1910, em um dia de sol causticante dos trópicos, os dois missionários desembarcaram na cidade de Belém. Não possuíam eles amigos ou conhecidos nessa cidade; não traziam endereço de alguém que os encaminhasse; vinham, unicamente, encomendados à graça de Deus, tinham a protegê-los o Deus de Abraão (Conde, 1960, p. 19).

Chegaram a Belém do Pará em 1910 trazendo apenas suas bagagens. Vingren e Berg saíram do porto e avistaram uma praça com alguns bancos, onde se sentaram e novamente oraram pelo povo desconhecido, pela cidade que lhes era nova e por aquela terra considerada, à época, “estranha e exótica”.

Nas palavras de Conde, os dois já nutriam profundo apreço pela cidade e por seus habitantes, pois estavam dispostos a sacrificar-lhos pela evangelização e pela realização da obra do Senhor.

Naquela época a cidade de Belém não possuía atrações; demais a mais fora invadida por multidões de leprosos vindos até de nações limítrofes com o Amazonas e Territórios, atraídos pela notícia da descoberta de uma erva que, diziam, curava a lepra. A pobreza do povo também contratava com o padrão de vida de outra América; tudo isso, quiza muito mais Satanás aproveitou para desanimar os recém-chegados, porém, eles vieram por ordem do Rei dos reis, de forma que nada os amedrontava ou faria recuar (Conde, 1960, p. 20).

Ficaram hospedados em um hotel cujas despesas foram pagas por alguns passageiros do navio, que insistiram em auxiliá-los financeiramente. No café da manhã, sentaram-se à mesa e tiveram acesso a um jornal, ao folheá-lo, encontraram o endereço de um pastor chamado Justus Nelson, da Igreja Metodista, para onde se dirigiram imediatamente.

Justus Nelson os recebeu cordialmente e, em seguida, conduziu-os até a Igreja Batista liderada pelo pastor Eurico Nelson, que naquele momento estava em missão na região do Alto Amazonas, sendo a congregação então dirigida por Raimundo Nobre. Este, sabendo que os recém-chegados missionários não tinham lugar para repousar, alojou-os nas dependências da Igreja batista (Conde, 1960).

Os dois missionários tinham o hábito de orar nos quartos que estavam hospedados, foi nesse ambiente que ambos afirmaram ter experimentado manifestações intensas do Espírito Santo, descritas por Conde (1960) como fortes e arrebatadoras. Tais ações chamaram a atenção dos membros da igreja e de Raimundo Nobre, pois não correspondiam às práticas litúrgicas dos batistas de Belém. A maioria dos congregantes, e principalmente o dirigente da denominação, censurou aquelas expressões religiosas, consideradas extravagantes e inadequadas para o ambiente da Igreja.

No quinto dia, em uma quinta-feira, à uma hora da manhã de 2 de junho de 1911, à rua Siqueira Mendes, 67, na cidade de Belém, Celina de Albuquerque, enquanto orava, foi batizada com o Espírito Santo. Estava assim, confirmada a pregação dos missionários, que anunciavam que o Senhor salva e batiza com o Espírito Santo, mas também estava aberta a luta que se travaria contra essa verdade (Conde, 1960, p. 26).

Portanto, a irmã Celina de Albuquerque e Maria de Nazaré, membros da Igreja Batista, aceitaram sem reservas a novidade do batismo no Espírito Santo trazida pelos recém-chegados missionários. Celina, que buscava há algum tempo

essa experiência, a qual se dedicou fazendo contínuas orações em sua residência, desejando receber o batismo espiritual.

Quando afirmou tê-lo recebido, anunciou imediatamente aos irmãos de fé e, no mesmo dia, houve culto na Igreja Batista. Sua experiência, inicialmente individual e íntima, repercutiu amplamente entre os membros da denominação.

Esse episódio desencadeou discussões internas e posições divergentes, até que, em determinado dia, segundo relato de Conde (1960), “[...] haveria culto; não chegou a ser um culto como nos dias normais; parecia mais um campo de disputas, um duelo de palavras; alguns membros da igreja exaltaram-se; encolerizados e indignados, ameaçavam os partidários das novas ideias propagadas por Vingren e Berg” (Conde, 1960, p. 26). Celina, que ministrava aulas na Escola Bíblica Dominical, foi impedida de continuar na função em razão de sua adesão às práticas pentecostais.

Por consequência, Raimundo Nobre, que estava em formação para evangelista, convocou uma reunião para discutir tais acontecimentos e deliberar com a membresia da Igreja Batista, tendo em vista as influências exercidas pelos missionários suecos na comunidade de Belém. Conde (1960) menciona que Raimundo Nobre marcou a reunião sem informar previamente sua finalidade, revelando-a apenas no momento do encontro.

Na data mencionada, Raimundo Nobre, apoderou-se do púlpito e atacou os partidários do Movimento Pentecostal. O grupo atacado começou a murmurar; a irmã Celina, falou línguas estranhas, enfim, estavam definidas as atitudes. Nesse momento o dirigente ilegal, dessa sessão ilegal, propôs que ficassem de pé todos aqueles que aceitavam a doutrina do Espírito Santo. A maioria ficou de pé. Imediatamente Raimundo Nobre propôs à minoria que excluísse a maioria, o que era ilegal também. Os membros atingidos não se atemorizaram. O irmão Manoel Rodrigues, levantou-se e, ousadamente, leu no livro de Atos dos Apóstolos 2:39, onde claramente está escrito que a Promessa é para nós também, para os nossos dias; o irmão Plácido também se levantou e leu em II Coríntios 6:17-18. A seguir, os “rebeldes” oraram, e, de mãos erguidas, dando glória ao Senhor, abandonaram o local (Conde, 1960, p. 29).

Devido a esses conflitos, a Igreja Batista dividiu-se em dois grupos com posições antagônicas, a maioria alinhada a Raimundo Nobre e a minoria favorável aos missionários. A deliberação final da reunião foi a expulsão dos missionários Gunnar Vingren e Daniel Berg. Assim, foram expulsos da congregação mas não foram sozinhos, acompanharam-nos dezessete (17) membros da Igreja Batista.

Segundo Conde, o grupo dissidente que os acompanharam, desejavam organizar uma nova Igreja sob orientação pentecostal e, para isso, convidou Vingren e Berg para assumir a liderança. Assim, “[...] juntos, no dia 18 de junho de 1911, à rua Siqueira Mendes, 67, na cidade de Belém, fundando a Assembleia de Deus [...]” (Conde, 1960, p. 30).

No restante da obra, Emílio Conde descreve as atividades evangelísticas realizadas pelos dois missionários no interior do Pará, bem como a atuação de novos missionários vindos da Suécia, alguns dos quais seguiram para o Amazonas (AM). O autor destaca as iniciativas de evangelização, as dificuldades enfrentadas e as perseguições vividas pelos pioneiros nas localidades onde atuaram.

2.2 História da Convenção Geral dos Ministros das Igrejas Evangélicas Assembleia de Deus do Brasil (1930-2021)

Nas primeiras páginas, Silas Daniel trouxe, de forma mais ampliada, os eventos que antecederam o famoso movimento pentecostal em Azusa Street, atribuindo à *Escola Bíblica de Betel*, conduzida por Charles Fox Parham no Kansas (Topeka), sobre a demarcação das primeiras ocorrências do batismo no Espírito Santo, manifestadas em línguas estranhas por um dos alunos de Parham:

[...] Agnes Ozman (1870-1937), da Escola de Bíblica, em Topeka, Kansas, EUA, foi batizada no Espírito Santo com evidência inicial externa de falar em outras línguas, conforme Atos 2.4. Uma reunião de oração fora iniciada na manhã do dia 31 de dezembro de 1900 na escola em Topeka, atraindo aproximadamente 75 pessoas, incluindo o professor e fundador da escola, Charles Fox Parham, e seus cerca de 40 alunos. De tão intensa, a reunião seguiu ininterruptamente por duas e três dias, com Jesus batizando dezenas que ali estavam, dentre eles o professor, metade dos alunos e 12 pastores de denominações distintas. Um dos últimos a serem batizados foi o próprio Parham, que deu início àquela reunião após concluir, estudando Atos dos Apóstolos com seus discentes, que as línguas eram a evidência física inicial do recebimento do batismo no Espírito Santo (CPAD, 2022, p.11).

O fenômeno avivalista em Topeka reverberou por várias partes dos Estados Unidos alguns aderiram, enquanto outros menosprezaram tais eventos. Os que aceitaram a mensagem pentecostal criaram denominações de variadas formas e nomes.

Em 1914, essas igrejas de inclinação pentecostal norte-americana, apoiadoras do reavivalismo, uniram-se, buscando autor referir-se como igrejas que prezavam pela atuação do Espírito Santo na vida humana.

Assim sendo, o termo Assembléias de Deus foi criado por um concílio realizado de “2 a 12 de abril em Hot Springs, Arkansas, reunindo cerca de 300 ministros e delegados de igrejas pentecostais de todos os EUA [...]” (Daniel, 2022, p.11). O evento foi marcado como o primeiro Concílio Geral das Assembléias de Deus.

O nome escolhido para a nova denominação fora proposto pelo pastor Thomas King Leonard (1861-1946). Pastor Leonard havia sido batizado no Espírito Santo em 1906, através do ministério do evangelista pentecostal Claude Adams McKinney (1873-1940) o que provocou sua saída da igreja unida de Findlay, Ohio, que o ordenava ao pastorado cinco anos antes. Convicto da importância da mensagem pentecostal, naquele mesmo ano, ele vendeu sua fazenda em McComb, Ohio, e adquiriu um prédio de dois andares na Rua Sandusky, nº 406 [...] onde funcionava um bar e bordel, transformando-o em uma igreja pentecostal [...] (CPAD, 2022, p.12).

A igreja de Leonard foi uma denominação interracial, frequentada por todas as classes econômicas e sociais. Inicialmente, o local era destinado aos cultos e encontros dos congregantes, chamado de Templo Apostólico. Leonard acreditava que o nome não remetia ao verdadeiro fundamento de uma igreja pentecostal, pois queria uma titulação que promovesse a ideia de união e de povo reunido.

Assim, recorreu ao termo grego *ekklesia*, que atribuía a conotação de assembleia, de todos juntos, mudando assim o nome para Assembleia de Deus. Na troca, Leonard inspirou outros líderes de cunho pentecostal que também mudaram os nomes de suas respectivas igrejas (Daniel, 2022).

Em 1914, Leonard foi membro do Presbitério Executivo do Concílio ocorrido em Arkansas, no qual redigiu o documento normatizador e oficial para as novas entidades que passariam a ser chamadas Assembleias de Deus. Sua igreja sediou o concílio, posteriormente transferido para Missouri, bem como sua gráfica, que editou os livros das novas denominações, sendo referência para as igrejas que passaram a ser conectadas pelo termo de assembleia.

Também “[...] fez parte do comitê que elaborou em 1916 a Declaração de Verdades Fundamentais, que permanece até hoje como a declaração de fé autorizada das Assembleias de Deus nos EUA [...]” (Daniel, 2022, p.13). O Concílio de 1914 deixou critérios ortodoxos em relação à Bíblia Sagrada, conferida e presidida pelo ex-pastor batista Leonard.

O primeiro líder a presidir esse evento foi Eudorus Neander Bell, que liderou o concílio até 1923, outorgando critérios sobre a prática religiosa pentecostal. Em linhas gerais, as resoluções foram as desaprovações daqueles que criticavam

radicalmente a Bíblia, oposição ao liberalismo teológico, bem como à modernização inserida no seio da doutrina e, por último, as incredulidade (Daniel, 2022).

Os missionários suecos Gunnar Vingren e Daniel Berg, sabendo do ocorrido nos Estados Unidos com relação ao Concílio das Assembleias de Deus em Hot Springs (Arkansas), no qual voltou sua atenção para o respectivo fato - em especial Gunnar Vingren, pois, de certo modo, marcou simbolicamente a união pentecostal da América do Norte.

Como Gunnar Vingren e Daniel Berg mantinham contato constante com os pentecostais suecos nos EUA, os quais foram seus primeiros mantenedores (somente em 1914 eles seriam sustentados também pela Igreja Filadélfia em Estocolmo), logo souberam do ocorrido nos Estados Unidos. Daí acharam por bem usar o nome - Assembleia de Deus - para a igreja pentecostal brasileira, como uma demonstração de unidade com o Movimento Pentecostal Mundial do qual faziam parte e que tinham seu núcleo disseminador nos Estados Unidos. Foi assim que, logo após a mudança de endereço da igreja em Belém do Pará para a Travessa 9 de janeiro, nº 75, ocorrida em 8 de novembro de 1914 [...] (Cpad, 2022, p.14).

De acordo com a CPAD, Gunnar Vingren viajou para a Suécia em 1915, retornando em 1917. Antes da sua ida, já havia escolhido o nome para a Igreja, aquela seria Assembléia de Deus, pois é com essa nomenclatura que sua esposa, Frida Vingren, a encontra ao visualizar a entrada da igreja. O registro foi realizado em 1917 pelos missionários suecos no “[...] cartório de Registro de Títulos e Documentos do 1º Ofício [...] no livro A, nº 2, do Registro Civil de Pessoas Jurídicas e Outros Papéis, número de ordem 131.44, sob o nome Estatuto da Sociedade Evangélica Assembléia de Deus, número de ordem 21.320 do Protocolo nº 2 [...]” (Daniel, 2022, p.16).

Não foram enfatizados pelo autor os aspectos associativos entre as igrejas pentecostais independentes nos Estados Unidos ao longo do século XIX até o XX, de modo a estabelecer uma explicação das causalidades para o crescimento e a expansão, que foram mais bem explicados por Conde, Berg e Vingren acerca dos motivos pelos quais ocorreu a ampliação assembleiana no Pará e nos outros estados brasileiros.

Pois as Assembléias de Deus foram expandidas por missionários(as) evangelistas no início do século XX, e assim sendo, é necessário considerar a formação do contexto sócio-histórico da cidade e do país, para não cair no erro de comparações indevidas entre a América do Norte e a América do Sul.

O empenho dos dois missionários implementadores da igreja de Belém é irrefutável, mas sua disseminação pelo país foi resultado de evangelistas que se empenharam em fortificá-la por onde passaram, para torná-las entidades interligadas por laços fraternos de identidade pentecostal assembleiana.

2.2 - Diário do Pioneiro e o Enviado por Deus: Memórias de Daniel Berg

Nos livros *Diário do Pioneiro*, de Gunnar Vingren, e *O Enviado por Deus: Memórias de Daniel Berg* (2024), é brevemente traçada a adolescência, o contexto social e econômico da Suécia e os motivos pelos quais os autores saíram de seus respectivos países para a América do Norte. Ambos buscavam sair do contexto caótico da Suécia e migrar para os Estados Unidos, caminho seguido pelos dois e por muitos outros suecos, anteriores a eles.

Pois o evangelho pentecostal foi fruto da causalidade proporcionada pelos avivamentos; como vimos, portanto, apreendemos como se apresentou a saída da Suécia, a chegada aos EUA e a ida para o Brasil, bem como a maneira como esse processo foi retratado e os motivos pelos quais o país foi escolhido.

Começando por Gunnar Vingren, nascido na Suécia, batizado por imersão aos dezoito anos, em 1897, serviu nas forças militares suecas em diversas cidades e estados. Ao findar esse período, retornou à casa dos pais e trabalhou como jardineiro em vários lugares de Estocolmo.

A obra destacou a grande “febre dos Estados Unidos”, motivo pelo qual muitos suecos iam para o país, sendo sua ida fruto dessa movimentação. Assim o diz:

[...] em junho de 1903 fui atingido pela febre dos Estados Unidos”. O grande país do Norte me atraía tremendamente. No fim de outubro viajei para a cidade de Gotemburgo, e no dia 30 do mesmo mês embarquei num vapor que me levou até a cidade de Hull, Inglaterra, onde tomei o trem até Liverpool. Desta cidade continuei a viagem em outro vapor atravessando o Atlântico, e continuei até chegar em Boston, Massachusetts, USA. Segui depois de trem a Arkansas City, onde cheguei em 19 de novembro de 1903, depois de 19 dias de viagem. [...] (Vingren, 2024, p.23).

Inicialmente, Vingren ficou na casa do seu tio, Carl Vingren, no Arkansas. Seu primeiro trabalho foi como foguista em uma estufa (greenhouse), depois como porteiro em uma casa comercial e novamente como jardineiro. Conseguiu emprego na cidade de St. Louis na mesma função, em um jardim botânico, onde passou a frequentar os cultos de uma igreja sueca. Não ficou por muito tempo e logo foi para

Chicago, em setembro de 1904, onde passou a cursar Teologia em um seminário batista sueco.

No estágio, pregou em diferentes igrejas dos EUA. Em 1909 concluiu o respectivo curso e foi pastor na Primeira Igreja Batista de Menominee (Michigan), de junho de 1909 até fevereiro de 1910, mas desejava ser missionário em outros lugares.

Próximo à data de encerramento do contrato de pastor na referida igreja, solicitou à Convenção Geral dos Batistas Americanos sua transferência, a qual foi recebida e deferida.

Foi enviado para a cidade de Assam, Índia, porém: “[...] Uma semana após voltar para a minha igreja, tive uma luta interior tremenda, e finalmente resolvi não seguir mais aquele caminho. Escrevi para a Convenção e comuniquei o que havia decidido. [...]” (Vingren, 2024, p. 25).

Vingren negou a transferência para a Índia, então a Convenção Batista o transferiu para outra igreja batista, na cidade de South Bend (Indiana), última congregação que esteve responsável no solo americano - de 12 de outubro de 1910 até sua partida para o Pará. Na denominação, realizou cultos marcados pelo batismo no Espírito Santo, em que se caracterizou como um verdadeiro templo pentecostal.

O livro/diário mostra o descontentamento de Vingren na permanência como pastor nos Estados Unidos, ele buscava uma missão ativa e missionária, mas não sabia para onde ir e nem como faria tal feito, pois não tinha ajuda financeira de nenhuma missão pentecostal ou batista estadunidense.

Pediu licença à convenção batista para se afastar da Igreja de South Bend, a fim de participar de um encontro que aconteceria em Chicago, oferecido pela Primeira Igreja Batista daquela cidade.

Buscava, novamente, ser batizado com o “Espírito Santo e com fogo”, pois já fazia tempo que não era contemplado com essas fontes espirituais. Neste encontro, encontrou o também sueco Daniel Berg em:

[...] novembro de 1909, em Chicago, quando eu estava buscando o batismo com o Espírito Santo. No ano seguinte, enquanto Berg estava trabalhando numa quitanda em Chicago, o Espírito Santo mandou que ele se mudasse para South Bend, Indiana, onde eu era pastor da igreja, para juntos louvassemos o nome do Senhor. Ele deixou o seu trabalho, veio para South Bend e disse-me: “Irmão Gunnar, Jesus ordenou-me que eu viesse me encontrar com o irmão para juntos louvarmos o seu nome”. Eu lhe respondi:

“Está bem!” (Vingren, 2024, p.28).

Daniel Berg passou a acompanhar Gunnar Vingren na igreja batista de South Bend e nos grupos de orações nas casas dos congregantes. Em um desses dias, sentiu que deveria visitar um irmão chamado Adolfo Ullidin, que os convidou a ir para o Brasil. Em outra ocasião de oração, foi revelado aos dois que deveriam sair de Nova York para o Pará: “para nos orientar mais ainda, revelou-nos a data: 5 de novembro de 1910” (Vingren, 2024, p. 29).

O Espírito Santo revelou o dia e a data da partida, mas eles estavam sem recursos financeiros e sem apoio das Convenções e das igrejas batistas. O livro/diário expõe essa preocupação, pois sem recursos seria difícil prosseguir na ação missionária no Pará.

As igrejas batistas das diversas cidades dos Estados Unidos sabiam da sua partida e os recomendaram que visitassem as igrejas para falarem aos irmãos de fé da ação que estavam prestes a realizar, no intuito de arrecadar algum valor e , assim o fizeram, quando visitaram a denominação pentecostal do pastor Durham, em Chicago, mas nada conseguiram, apenas gastaram os únicos 90 dólares na compra de uma revista. Em outro momento, foram convidados a visitar outra igreja na mesma cidade, onde receberam quatro vezes o valor gasto na revista de Durham.

Compraram as passagens para Nova York com o dinheiro recebido de uma igreja onde Vingren já havia trabalhado. No trajeto, desceram em Chicago para a troca de trem, mas decidiram permanecer ali por um tempo e depois seguir viagem, a fim de visitar a igreja do pastor B. M. Johnson.

No local, receberam novamente quatro vezes mais que os noventa dólares que haviam dado. Seguiram para Nova York para pegar o *navio Clement* no dia 5 de novembro de 1910, direto para o Porto de Belém, onde chegaram quatorze dias depois (19 de novembro).

[...] Chegamos a um parque e nos sentamos em um banco. Oramos a Deus, pedindo a sua ajuda e direção. Ai encontramos uma família que também tinha viajado no mesmo navio. Eles falavam inglês e nos perguntaram se havíamos encontrado algum hotel. Ao ouvirem que não, nos convidaram para ir ao hotel onde estavam. Aceitamos. Ali encontramos outras pessoas que falavam inglês e lhes perguntamos se conheciam algum protestante naquela cidade. Disseram que sim, mas não sabiam a residência de nenhum (Vingren, 2024, p.35-36).

Através de um desconhecido souberam o endereço do pastor americano residente na cidade, disseram lhes o seu nome, Justus Nelson, em seguida, pegaram bonde para o referido local, e o pastor, sabendo que eram batistas, os

levou até a “Igreja Batista Brasileira”, onde ficaram hospedados no porão da casa do outro pastor, Eurico Nelson, por dois dólares diários pagos.

Daniel Berg, por sua vez, apresentou mais detalhes - diferente do livro de Gunnar Vingren, no qual as informações ficaram ocultas ou ditas de outras formas. Na obra, ele começa denominando sua naturalidade, as causas que o levaram a sair da Suécia para a América do Norte e a vinda para Belém do Pará.

Nasceu na ilha de Vargon, Suécia. O país passava por uma crise financeira e comercial, muitas fábricas fecharam e outras estavam por falir. Por muitos anos seu pai trabalhou em uma dessas fábricas, mas poderia ser despedido, ainda que circulasse no meio dos trabalhadores que apenas os empregados mais novos seriam dispensados.

Em virtude da circunstância, as famílias afetadas pelo desemprego e instabilidade econômica migraram para os Estados Unidos. É nesse contexto que Daniel Berg foi para a América do Norte, pois, segundo ele, todos os que saíram da Suécia em direção aos EUA encontravam-se bem, ao menos aparentemente, e muitos enviavam cartas para os familiares.

Motivado, decidiu ajudar os pais, mas na ilha onde se encontrava ou na Suécia não era possível, então resolveu ir para os Estados Unidos. Foi para a cidade de Gotemburgo, para embarcar no navio em direção à Inglaterra e depois aos EUA, e saiu:

[...] no dia 5 de março de 1902. Esperávamos chegar no fim daquele aos Estados Unidos da América, país que tanto atraía os estrangeiros. Quanto ao meu futuro regresso à Suécia, isso estava nas mãos de Deus. Mas eu não sentia qualquer preocupação quanto ao futuro; estava cheio de esperança e otimismo. Eu estava com 17 anos de idade (Berg, 2024, p.17).

Passou pela cidade de Hull, na Inglaterra, depois por Liverpool, onde pegou o último navio para o país de destino. Chegou em 25 de março de 1902 à cidade de Boston. “Havia chegado ao Novo Mundo. Percebi, logo, a diferença entre a velha Europa e a América. Logo à primeira vista, podia-se notar que, na América, a vida era mais intensa e produtiva.” (Berg, 2024, p. 23).

O primeiro emprego foi em uma fazenda, na função de floricultor, arranjada pelos amigos da Suécia que se encontravam na cidade de Island (Rhode Island), não permaneceu por muito tempo. Já o segundo foi como fundidor em Glassport, estado da Pensilvânia, função esta que exerceu por oito anos, até retornar para Vargön (Suécia), a fim de visitar os pais.

+Chegando, soube do evangelho propagado na ilha por seu amigo de infância, que tinha uma igreja, mas de um novo tipo - como destaca Berg no livro. Foi visitá-lo e assistir o culto, e diz que “Após o culto, conversamos longamente acerca da doutrina do batismo com o Espírito Santo [...] desejei receber o batismo com o Espírito Santo e passei a orar para que Deus me batizasse. E o Senhor assim o fez.” (Berg, 2024, p. 29).

A partir de então, entregou sua vida para a obra de Jesus Cristo e falava a todos que desejassem ouvir sobre ele. Foi quando retornou aos Estados Unidos e começou a trabalhar em casa atacadista de frutas.

Em uma conferência evangélica que participou em Chicago, conheceu Gunnar Vingren: “Ele já estava na América havia vários anos, mas fazia pouco tempo que terminara os estudos em um instituto bíblico batista.” (Berg, 2024, p. 33).

Conversaram algumas horas sobre a atuação missionária e sobre como a missão os agradava, mas estavam sem direção e propósito. Então decidiram orar, ele e Gunnar Vingren, todos os dias para que Deus mostrasse o caminho que deveriam seguir.

Certo dia, o dono da casa onde Gunnar Vingren se hospedava recebeu de Deus uma revelação e profetizou para nós que iríamos para o Pará. Esse nome era uma orientação para nós. Apesar de nunca o termos ouvido antes. Acrescentou que tinha a impressão de que esse nome era de uma cidade em algum lugar [...] procuramos então a biblioteca da cidade a fim de pesquisarmos onde estaria localizado o Pará. Descobrimos que o Pará ficava no Norte do Brasil. (Berg, 2024, p.34).

Do mesmo modo que retrata Gunnar Vingren, o livro da memória de Daniel Berg é confluyente na argumentação da falta de apoio e ajuda de custo do trabalho missionário no Brasil, e mesmo sem dinheiro, já haviam decidido partir, com apenas noventa dólares que Vingren recebeu de uma igreja e entregou a outra em Nova York, depois disso, não saberiam como sair daquele estado para o Brasil.

Na despedida de Vingren da igreja, poucos irmãos ajudaram com dinheiro. Chegaram a Nova York e visitaram a igreja de um irmão. Segundo Berg, no final do culto ele falou da missão no Brasil, “Quando estávamos nos despedindo, alguns deles nos deram dinheiro suficiente para comprarmos passagem até Nova York, onde embarcaríamos para o Brasil” (Berg, 2024, p. 36).

Antes de terem recebido ajuda dos irmãos de Chicago, não se preocuparam por estarem sem dinheiro e como seguiriam na missão, pois sabiam que achariam uma solução, como aconteceu. Pegaram o trem, pararam em uma cidade por causa

da “baldeação” e aproveitaram para visitar a cidade. No trajeto, encontraram um negociante, conhecido de Gunnar Vingren, que lhes concedeu 90 dólares.

Com o dinheiro, compraram as passagens para o Brasil em 5 de novembro. Chegaram em Belém no mesmo dia. Como relata Vingren, desceram no cais e foram em direção a um banco, ali se sentaram e oraram ao Senhor.

Nas palavras de Daniel Berg, retornaram para o navio e perguntaram aos tripulantes que ali também haviam descido, a fim de obter recomendação local para passar a noite e a indicação foi um hotel.

Como tinham “16 mil-réis e mais alguns níqueis para alguma viagem de bonde” (Berg, 2022, p. 48), foram ao hotel. No quarto, encontraram um jornal, no qual Vingren viu o nome e endereço de um redator do jornal americano metodista, “[...] que Vingren conhecera na América do Norte” (Berg, 2022, p. 49).

No dia seguinte, deslocaram-se até o referido endereço por um Bonde. O metodista os recebeu e falou das suas experiências, relatando os anos que já estavam no Pará, após isso, os encaminharam para a casa do pastor batista. Este os recebeu e deixaram no porão da casa, que serviu como dormitório e residência para os novos missionários, foi assim que “Iniciamos assim nossas atividades no Brasil, dirigindo cultos e pregando na Igreja Batista” (Berg, 2022, p. 50).

2.3 Contraposições discursivas sobre a vinda dos missionários pentecostais Daniel Berg e Gunnar Vingren para o Brasil (PA).

O objetivo central do livro escrito por Silas Daniel foi contar a história da Assembleia de Deus no Pará, das convenções iniciadas no ano de 1926 e das vindas posteriormente. Porquanto, reconhece que a instituição assembleiana no Brasil decorreu, inegavelmente, dos esforços de homens e mulheres evangelistas e missionários(as).

As convenções tiveram embates e conflitos ideológicos a respeito do que poderia ou não, ser exercido, de acordos que definiram e continuam a definir o rumo das Assembleias no Brasil.

Portanto, a narrativa muda a depender de quem a pronuncia, do espaço, ocupação e da ideologia subjetiva do sujeito, neste caso, referindo-se à dogmática de cunho pentecostal assembleiano. E, mais uma vez, reitero que não se trata de sobrepor uma historiografia e/ou uma narrativa sobre a outra, mas mostrar as contraposições da mesma historiografia.

O livro *Matriz Pentecostal Brasileira: Assembleia de Deus – 1911 a 2011* (2019), do professor e pesquisador das Assembleias de Deus Gedeon Alencar, trata da chegada dos missionários Gunnar Vingren e Daniel Berg em Belém, da expansão assembleiana e dos conflitos internos, oriundos da sua pesquisa de Doutorado. Não me debruçarei em todos os tópicos, apenas na vinda dos pentecostais e alguns de seus apontamentos.

Gedeon Alencar (2019) contextualizou a Suécia no século XIX como um país pobre, com uma faixa de desenvolvimento humano social baixo e a população proveniente do núcleo rural. A única igreja legítima e oficial era a Igreja Luterana, protegida pelo Estado, qualquer outra manifestação institucional religiosa passava por perseguições.

Na juventude, Gunnar Vingren foi para os Estados Unidos e lá estudou Teologia em um instituto bíblico batista, para formação teológica, diferente do companheiro de missão Daniel Berg, que também foi para o país, mas não possuiu a mesma formação pastoral.

Ainda assim, as diferenças instrutivas não os impediram de tornarem-se amigos quando se conheceram em um dos cultos de William Seymour na Igreja *Missão da Fé Apostólica* (Alencar, 2019).

Gedeon também fala que “[...] a história assembleiana se inicia com a revelação de um lugar chamado Pará aos suecos, mas, ao chegarem em 1910, já existiam muitos outros suecos (inclusive pastores) no Brasil e, principalmente, no Pará [...]” (Alencar, 2019, p. 53).

Então, percebemos a existência de imigrantes estrangeiros e igrejas protestantes no sul e norte do Brasil, a exemplo de Belém, que contava com missionários metodistas e protestantes chegados anteriormente, deste modo, a vinda missionária dos dois não foi caso inédito.

Gedeon não esclareceu o caso das revelações espirituais atribuídas aos dois missionários - até pela impossibilidade, pois não possuía dados ou informações sobre o conhecimento dos mesmos acerca do missionário protestante Eurico Nelson, mas levantou a hipótese de que Gunnar Vingren e Daniel Berg teriam ouvido falar dele nos Estados Unidos e do trabalho pastoral em Belém do Pará.

[...] Os suecos, por exemplo, atualmente insignificantes no aspecto quantitativo, talvez não alcancem a cifra de três mil pessoas. No entanto, no final do século 19, eram estimados em mais de dez mil, o que é muito insignificativo, se considerarmos a população brasileira e sueca, à época.

Portanto, os suecos que chegam com o pentecostalismo em 1911, encontram um país e muitos suecos. [...] Em Belém, antes da chegada de Berg e Vingren, já existiam quatro igrejas protestantes: batistas, metodistas, presbiteriana e luterana. O pastor metodista era Justus Nelson, que chegou em Belém em 1885, e que também era sueco (Alencar, 2019, p.53-58).

Sendo assim, a vinda dos missionários suecos - Vingren e Berg não foi missão exclusiva, pelo contrário, já havia suecos e indivíduos de outras nacionalidades no Brasil.

Gedeon Alencar também vai de encontro ao argumento de Silas Daniel (2022) ao afirmar que os dois não foram financiados por missões nos anos iniciais da Assembleia de Deus em Belém - ao menos inicialmente, situação posteriormente alterada mediante o apoio econômico proporcionado pela sétima Igreja Batista de Estocolmo, de Lewi Pethrus, da Suécia (CPAD, 2022) mais que depois os dois missionários tiveram financiamento das agências missionárias estadunidenses, mas não citou o nome.

Os quatro livros dizem respeito à vida e à ação missionária dos suecos. O modo como Gedeon expôs levanta questões essenciais, como, por exemplo, as narrativas dos três livros, o de Silas Daniel, o *Diário de Gunnar Vingren* e as *Memórias de Daniel Berg*, e a maneira pela qual foram tratados os eventos.

Logo no primeiro capítulo, a obra de Alencar enfatizou a causa da viagem dos dois pentecostais, e disse que não foi apenas, fruto do Espírito Santo. Além disso, outras situações deveriam ser compreendidas, e não apenas às postas por essas bibliografias - como uma profunda ou breve contextualização social da América do Norte.

Os Estados Unidos (UEA), passou por processos históricos dos quais são necessários contextualizar neste momento, assim como houve no Brasil a miscigenação forçada, também ocorreu nos UEA o tráfico humano, pois foi um dos países que mais traficou africanos como mão de obra escrava, comercializou o tráfico, por meio de auxílios aos traficantes e piratas intermediados pelas Companhias americanas “através do financiamento do tráfico para Cuba, da venda de navios para traficantes espanhóis, da participação direta de capitães e marinheiros norte-americanos na atividade (Salles, 2017, p.490)²⁵”.

[...] a escravidão e o tráfico passaram a ser globalmente contestados, em resultado dos desdobramentos diretos ou indiretos da campanha britânica

²⁵ Resenha do historiador e professor Drº Ricardo Salles (2017) traduzida do livro de Leonardo Marques *he United States and the Transatlantic Slave Trade to the Americas, 1776 - 1867* (2016).

pela abolição do tráfico internacional, datada das últimas décadas do século XVIII, da Independência e da Revolução Francesa e da Revolução Haitiana [...] (Salles, 2017, p.489).

O autor frisa que essas revoluções instigaram os Estados Unidos da América, mas foi somente no século XIX que veio as discussões assíduas sobre a abolição da escravidão americana.

Antes disso, havia formado no país, dois lados distintos que funcionaram numa lógica comercial e social própria - Norte e a Sul, o primeiro regido pela indústria com “trabalhadores” assalariados que requeriam o fim da abolição escravocrata, enquanto a Sul, era agrária e escravista.

Os “donos”, dos escravizados africanos defendiam a escravidão e não queriam o seu fim, Salles (2017) enfoca que essas foram os principais embates dos industriais (Norte) e dos escravocratas (Sul). Mas as revoluções tiveram impactos mundiais de cunhos sociais, políticos, que ocasionaram na extinção do escravismo humano, mas isso não aconteceu imediatamente, pois como bem sabemos, as mudanças históricas demoram, são resultado de lutas e resistências.

Em 1808 foi tramitado e homologado o “fim” do escravismo norte-americano, através de um acordo bilateral firmado com a Grã-Bretanha, que consistiu na captação de navios negreiros por parte dos Estados Unidos, mas na prática este último acobertava os navios que ainda estavam capturando e vendendo africanos capturados, logo, o acordo não foi, totalmente, cumprido (Salles, 2017).

Com a Guerra de Secessão norte-americana - conflito político e militar do Sul com o Norte, que resultou na vitória do primeiro e, nesse contexto, os “ex” escravizados, em sua maioria, permaneceram no lado norte, por circunstâncias óbvias - conheciam o lugar, já o Sul ficou conhecido por ser de população branca e a norte de negros.

Com o fim da reconstrução dos distritos afetados pela guerra, por volta de 1877, instaurou-se a segregação racial. A população negra foi proibida de frequentar ou permanecer em determinados espaços públicos. Banheiros, por exemplo, eram separados para brancos e negros. Nos ônibus, as pessoas negras eram obrigadas a sentar-se nos bancos do fundo, jamais nos bancos da frente. Além disso, caso não houvesse mais lugares disponíveis na parte da frente, deveriam ceder seus

assentos às pessoas brancas.²⁶ A lei foi encerrada pela Lei dos Direitos Civis instauradas no ano de 1964 (Salles, 2019).

Sobre esse tema, o livro do historiador Vinson Synan, *O Século do Espírito Santo: 100 anos do Avivamento Pentecostal e Carismático* (2021), é uma obra fundamental por abordar a trajetória de uma das personalidades mais importantes do movimento pentecostal norte-americano, William Joseph Seymour.

A obra retrata os aspectos biográficos de William Joseph Seymour, enfatizando os detalhes históricos, evangelísticos e religiosos de sua trajetória. Diferentemente da obra publicada pela CPAD, que não reconheceu nem deixou explícita a importância de William Seymour para o pentecostalismo, limitando-se a mencioná-lo em apenas duas páginas.²⁷ Pois, Seymour foi descendente de escravos e nasceu na:

Louisiana, filho de escravos libertos, Seymour era um negro baixinho e robusto, cego de um olho e agraciado com um espírito manso e humilde. Ele começou sua odisséia espiritual ainda na infância, quando fez profissão de fé num culto metodista. No início de sua fase adulta, mudou-se para Indianápolis, onde se filiou a uma igreja metodista. Mais tarde, estabeleceu relações com a Igreja de Deus (Anderson, Indiana), pela qual recebeu a ordenação ministerial (Synan, 2021, p.85).

Foi aluno do professor segregacionista²⁸ Charles Parham²⁹ na Escola Bíblica, cidade de Houston, onde assistia às aulas na porta da sala, no lado de fora e era o único negro que acompanhava os ensinamentos do evangelho cristão.

Ainda assim, Synan (2021) afirma que William Joseph Seymour recebeu apoio financeiro de Charles Parham para viajar a Los Angeles com o propósito missionário e evangelístico de pregar sobre o batismo no Espírito Santo. Em Los Angeles, Seymour passou a ministrar na Missão da Fé, uma das igrejas do movimento de santidade (*Holiness*) existentes à época. No entanto, em razão de divergências doutrinárias com a líder da congregação, foi posteriormente expulso da igreja.

Em continuidade à narrativa, Synan (2021) afirma que, após sua saída da Missão da Fé, William Joseph Seymour foi acolhido na residência de um amigo irlandês, chamado Owen Lee. Nesse local, começou a pregar sobre o batismo no

²⁶ O filme da ativista americana Rosa Parks, lançado no ano de 2002 expressa a maneira pela qual o segregacionismo ocorria no cotidiano.

²⁷ Nas páginas 09 e 10 do livro *História da Convenção Geral dos Ministros das Igrejas Evangélicas Assembleia de Deus no Brasil* (2022).

²⁸ Synan (2021) não abordou a ideologia segregacionista de Charles Parham, mas Nascimento (2021) e Alencar (2019) o fizeram.

²⁹ no resgate dos dons carismáticos.

Espírito Santo e a santificação. Com o passar dos dias, o número de pessoas interessadas em ouvir suas mensagens aumentou significativamente, fazendo com que a residência se tornasse insuficiente para acomodar todos os participantes.

Foi então que se mudou para a casa dos parentes de Owen Lee na Rua Bonnie Brae, 214, e ali continuou aparecendo muitas pessoas para apreciar e ouvi-lo acerca da mensagem de reavivamento no Espírito Santos. (Synan, 2021).

Acentua que eram pessoas negras e em sua maioria lavadeiras. Acentua que seria inevitável permanecer, pois o lugar já não supria a quantidade de pessoas - tanto as que já tinham e novas que sempre apareceriam para serem batizadas.

Numa rua curta de dois quarteirões, no antigo distrito industrial, que fazia parte do gueto negro original da cidade. O edifício abrigará originariamente a Igreja Metodista Episcopal Africana Stevens, mas, acompanhando a migração do povo, a igreja se estabeleceu mais para o sul, numa parte mais próspera da cidade, mudando o nome para Primeira Igreja Metodista Episcopal Africana. Depois que a igreja se mudou, o edifício foi usado como loja de atacado, armazém, depósito de madeira, curral, loja de pedras tumulares e por fim como estábulo na parte inferior e quartos de aluguel no piso superior. Era um edifício pequeno e retangular, de telhado plano e revestimento de madeira, e media cerca de 900 metros quadrados (Synan, 2021, p.90).

Além disso, o edifício foi reformado por William Seymour com o auxílio de voluntários simpatizantes da missão. Uma de suas principais características era a existência de dois pavimentos. As reuniões tiveram início em 9 de abril de 1906 e, segundo Synan (2021), reuniam tanto pessoas negras quanto brancas. A crescente divulgação das reuniões e das experiências de batismo no Espírito Santo, iniciadas na residência localizada na Rua Bonnie Brae, nº 214, contribuiu para o aumento significativo do público e para a expansão do movimento pentecostal.

O prédio que iniciou o movimento pentecostal foi denominado de *Missão da Fé Apostólica*, ficava aberta todos os dias e horários, com públicos falando em línguas estranhas, dançando e etc, numa eferverência corporal que incomodavam os vizinhos pelos baralhos e dos quais muitas vezes foram chamados o corpo de bombeiros para contê-los.³⁰

Mas pela igualitariedade, a não hierarquização entre Seymour e o público, foi ocasionado diferenças teológicas³¹ com as outras igrejas de missões *hollins*, fazendo com que a igreja *Missão da Fé Apostólica* perdesse espaço, certa influência

³⁰ As notícias dos encontros foram divulgadas por um Jornalista do Jornal *Los Angeles Times*, no dia 18 de abril de 1906 (Synan, 2021).

³¹ Principalmente pela forma que era transmitido os encontros de William Seymour (efervescência).

e apoio, de forma que cada vez mais missões/igrejas pentecostais estavam sendo criadas e difamando a igreja de Seymour.

Por fim, Synan (2021) expõe que brancos saíram da igreja de Seymour para as igrejas de brancos, resultado da segregação racial e dos conflitos doutrinários pentecostais.

Isso mostra o modo pelo qual o pentecostalismo se tornou conhecido no mundo e, até hoje, é analisado em pesquisas acadêmicas como decorrente do avivamento da Rua Azusa, liderado pelo pastor William Seymour.

Assim se percebe que os pentecostalismos são multifacetados e, em muitos casos, resultam de processos de adaptações e readaptações aos contextos sociais que estão inseridos.

A seguir, faço uma comparação dos aspectos discursivos dos três livros, examinando como Conde e Silas Daniel historicizaram o Pentecostalismo e a ação do Espírito Santo, atribuindo o aspecto a diferentes atores nos Estados Unidos.

Conde, por sua vez, não versou sobre a vida de Gunnar e Berg e os motivos pelos quais os levaram a sair da Suécia para a América do Norte. Apenas abordou, no primeiro capítulo, a aproximação avivalista que Gunnar Vingren experienciou na Igreja de William Seymour - *Missão da Fé Apostólica*, e que os dois receberam do Espírito Santo a revelação para evangelizar, mas as Igrejas Batistas não auxiliaram na futura atividade evangelística.

Outro fato interessante sobre os missionários em Nova Iorque está na descrição do negociante que ajudou financeiramente os missionários. Segundo Conde, ele conhecia Vingren, diferentemente da abordagem de Silas Daniel e quando estavam embarcados no navio “Clement”, carregaram consigo folhetos para entregarem aos passageiros, salientando o conhecimento que tinham sobre Jesus Cristo e o transmitirem aos passageiros.

Na narrativa sobre a descida do navio em Belém, Conde fala que sentaram no banco de uma praça, subindo a rampa do cais, também comum nos quatro livros. Nos quais, foram interceptados por passageiros que também saíram do *Clement*, e perguntaram o local que iriam acomodar, foi quando os mesmos doaram dinheiro para pagarem quarto de hotel.

Por seu turno, Silas Daniel “imputa” a ação do Espírito Santo a um dos alunos da escola bíblica de Charles Parham - e não à de William Seymour. Porquanto, o

diário de Vingren e a memória de Berg são confluentes a respeito da saída dos Estados Unidos e chegada em Belém do Pará.

Algumas descrições são diferentes no livro de Silas Daniel, como, por exemplo, na argumentação de Daniel Berg quando fala do comerciante que entregou noventa dólares por conhecer Gunnar Vingren, diferente da outra narrativa - que é a de que um homem sentiu que deveria entregar espontaneamente o dinheiro a um desconhecido na rua.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No percurso histórico, social e econômico da história humana, o evangelho pentecostal assumiu um tipo de padrão doutrinário, que foi implementado e dissipado por diferentes grupos oriundos do mesmo “seio” evangélico para os continentes, por meio de lideranças, orientadas pela passagem do livro de Atos, capítulo 2, versículo 10. De acordo Bourdieu:

[...] a forma dos sistemas de práticas e crenças religiosas assume em dado momento do tempo (a religião histórica) pode afastar-se bastante do conteúdo original da mensagem e só pode ser inteiramente compreendida por referência à estrutura completa das relações de produção, de reprodução, de circulação e de apropriação da mensagem, e por referência a história desta estrutura [...] (Bourdieu, 2008, p.52).

Elucidando Bourdieu, o evangelho teve um sistema institucional original, semelhante ao Livro de Atos, capítulo II - já dito no começo da Dissertação, concernente à “Igreja Primitiva”, quer dizer então que a Igreja Apostólica Romana em Roma, Europa e nas Américas passaram por mudanças e alterações internas, especialmente pelos Concílios iniciados no séc. I d.C, tendo, portanto, a formação de inúmeros movimentos.

Os autores discutidos são confluentes acerca do Concílio de Milão, que atribuiu liberdade religiosa para os praticantes da doutrina Católica, e que, desde então, movimentos surgiram para contrapor o que se tornou essa instituição, adquirida pela distorção religiosa e/ou do evangelho cristão católico.

Caso este, dos Montanistas na Europa, que reverenciavam as práticas litúrgicas “puras”, nas quais as devoções seguiam cotidianamente um tipo de modelo considerado o adequado para um monge, mas, com o passar dos anos, a instituição religiosa Católica Romana se transformou por interesses de grupos e sujeitos do interior da religião, que buscavam ascender na hierarquia interna para obtenção de privilégios. Entende-se assim, pelos autores, que a Igreja Católica, enquanto doutrina do tipo ideal, foi corrompida pela luxúria e a corrupção.

Relacionado a esse contexto, os grupos anabatistas, pietistas e quakers desenvolveram práticas e aspirações alinhadas aos princípios do cristianismo. Esses movimentos surgiram em diferentes momentos após a Reforma Protestante e, influenciados por seus desdobramentos, expandiram-se gradualmente por diversos continentes.

Entre os exemplos mais significativos, além dos já mencionados, destacam-se o metodismo e o pentecostalismo, sendo os dois primeiros originários da Europa e o último desenvolvido e difundido posteriormente nos Estados Unidos.

O luteranismo e o calvinismo, como desdobramentos da Reforma Protestante, também desenvolveram distintas correntes teológicas. Essas tradições contribuíram para a formação de duas perspectivas gerais dentro do protestantismo, que se difundiram amplamente pela Europa e pela América do Norte.

Diante do exposto, a primeira vertente, pelo menos a considerada a chegar nos Estados Unidos - foi o Metodismo, que logo foi dominado pelo surgimento do pentecostalismo avivado no país, personalizado por Charles Parham, com grande destaque para William Seymour, performatizado numa igreja racializada que o mesmo pastoreava, na famosa Rua Azuza Street, na cidade de Los Angeles, distrito da Califórnia.

Nessas condições, as vertentes protestantes expandiram suas doutrinas para instituições formais no cenário americano, constituindo sujeitos para além do campo religioso e promovendo também formas de escolarização vinculadas aos mandamentos e ensinamentos da Bíblia Sagrada.

Além do mais, os viajantes missionários viajaram para diversos países pregando o evangelho de Jesus Cristo, proveniente da inspiração do primeiro e segundo Grande Despertamento.

No caso brasileiro, os viajantes protestantes não tinham como primeiro “plano” a evangelização, mas o conhecimento prévio do país. Depois, com a consolidação do imperialismo português, a abertura do comércio e a liberdade de culto, os missionários americanos Protestantes, Metodistas, Anglicanos e Presbiterianos fizeram-se presentes no Brasil Império, e a consequência foi a expansão para outras regiões, concentrada nos eixos Sul, Sudeste e Centro-Oeste, num primeiro momento, com o passar dos anos, novos missionários Protestantes chegaram e foram para o Norte e Nordeste.

Deste modo, os missionários Pentecostais na capital do Pará foram o resultado distante das dissidências do Catolicismo primitivo e mais ainda do Protestantismo - as duas grandes vertentes postas pelos autores citados. Visualizamos, portanto, as dissidências, ramificações e as difusões faladas por Pierre Bourdieu.

Além disso, a difusão missionária pentecostal gerou um tipo de discurso de poder, aquele que é passado e transmitido por meio da evangelização. O mesmo não é questionado pelos ouvintes, justamente pelo conforto de acomodação no íntimo psicológico do sujeito que ouvi o discurso/pregação.

Nesse sentido, o pensamento de Michel Foucault contribui para a compreensão do *enunciado* como parte de um discurso de produção do conhecimento científico que pode ocultar ou omitir determinadas verdades. Nesse contexto, as bibliografias que tratam da historicidade da Assembleia de Deus e dos missionários suecos pentecostais podem ser compreendidas como um gênero de produção histórica missionária pentecostal no Brasil, de caráter predominantemente religioso, e não estritamente científico.

Assim, os livros dos dois missionários mencionados no texto não abordam Belém em profundidade no que se refere ao contexto social e econômico. Uma abordagem mais detalhada pode ser encontrada na obra *Enviado por Deus: Memórias de Daniel Berg* (2024), especialmente a partir do capítulo cinco, “A Chegada ao Brasil”, no qual são descritas enfermidades regionais como malária e febre amarela, bem como as dificuldades relacionadas ao ambiente amazônico, observadas durante suas viagens evangelísticas no interior da região.

Nas demais historiográficas, Conde e Silas Daniel não descrevem e nem analisam a antiga Grão-Pará, apenas caracterizam a região como exótica e que os missionários tiveram, inicialmente, dificuldades na acomodação e adaptação ao clima.

É possível identificar, nos livros analisados, mudanças nas narrativas em relação às descrições e aos acréscimos de eventos factuais quando comparados entre si. Sob essa perspectiva, tais diferenças podem parecer pouco relevantes à primeira vista, mas, para os estudiosos, especialmente para o pesquisador, elas revelam possíveis contradições e tensões interpretativas.

As semelhanças, diferenças e ausências podem ter sido produzidas de forma intencional ou, ainda, podem refletir um padrão historiográfico próprio das Assembleias de Deus ou das próprias denominações pentecostais.

Assim, as revelações espirituais podem ser compreendidas para além das narrativas biográficas dos missionários Gunnar Vingren e Daniel Berg, envolvendo também a confluência de fatores externos.

Isso ocorre porque há uma ausência de informações nas bibliografias analisadas a respeito de Gunnar Vingren e de seu conhecimento histórico e social sobre Belém, especialmente no que se refere aos chamados “atrativos” da cidade. Tal contexto remete às transformações políticas e administrativas decorrentes das leis do período imperial português e das diretrizes posteriormente promulgadas na Província do Pará, bem como à sua consolidação como capital.

Portanto, afirmar que tal fenômeno se deve exclusivamente à revelação espiritual é uma abordagem simplista, pois desconsidera uma análise crítica e histórica da Província do Grão-Pará no final do século XIX e início do século XX.

Sendo, portanto, uma questão que vai muito além das historiográficas bibliográficas pentecostal-assembleianas e das motivações missionárias de Daniel Berg e Gunnar Vingren.

Prosseguindo, a Província do Grão-Pará no séc. XIX desenvolveu-se economicamente pelos gêneros da droga do Sertão – Cacau, Café, Arroz etc, nas fazendas e nos sítios. Produtos estes, exportados preferencialmente para Portugal, engajados pela criação da Companhia de Navegação para então, serem transportados nas regiões do Pará e Amazonas.

Devido ao leite da Seringueira, popularmente conhecido e transformado no produto da borracha, a importância do cultivo da agricultura foi minimizada. O que, de fato, fez com que os imigrantes permanecessem no Grão-Pará foi a Lei Homestead.

Além das migrações estrangeiras, as migrações cearenses foram importantes para o aumento da economia interna e externa do Pará, pois a grande maioria trabalhava nos campos seringueiros na extração do Leite da Seringueira. Ao passo que os consulares atuavam na quantificação dos que entravam na capital do Pará, e ainda uma parte significativa dos que entravam clandestinamente.

Conclui-se, portanto, que a abertura da Linha Fluvial Belém, no Vale do Rio Negro e as atividades da Companhia Fluvial Paraense intensificaram e ampliaram o interesse estrangeiro, especialmente o norte-americano, em consonância com o europeu, em relação à antiga Província do Grão-Pará. Esse processo foi ainda reforçado pelas ações de propaganda da Sociedade Paraense de Imigração (SPI).

À época, os principais meios de comunicação eram os jornais, os quais expressavam perspectivas econômicas e opiniões de articulistas políticos belenenses. Nesse sentido, os periódicos analisados nesta dissertação evidenciam

diferentes interpretações sobre o desenvolvimento de Belém. Por meio desses jornais, é possível observar a dinâmica portuária da cidade, tanto no que se refere às exportações quanto às importações, especialmente o comércio marítimo com a Inglaterra e os Estados Unidos.

Dessa forma, foi possível observar e analisar o interesse dos jornais evangélicos em conquistar espaço no território belenense, em meio aos conflitos doutrinários com outras tradições religiosas, especialmente o catolicismo, que, nos séculos XIX e XX, era a religião predominante em número de fiéis.

Assim sendo, a missão dos pentecostais teve relação com muitas factuais da capital e com os missionários Protestantes, Metodistas, Batistas e Presbiterianos, que lá residiam. Rafael Gama e Eliziane Ribeiro evidenciaram as relações dos Protestantes e Católicos antes dos pentecostais chegarem.

Eliziane Ribeiro, na sua pesquisa de Mestrado, historicizou as relações históricas e sociais do Grão-Pará, com a vinda do missionário Protestante Batista Eurico Nelson. E o que mais há de aproximação ou ligação é no livro *Enviado por Deus: Memórias de Daniel Berg* (2024), que expõe o conhecimento e as trocas de cartas do missionário sueco batista Eurico Nelson com Gunnar Vingren.

Porquanto, a pesquisa bibliográfica responde à pergunta proposta nesta pesquisa, justamente pela empiridade dos pesquisadores que analisaram perspectivas diferentes, respondendo assim, o aspecto econômico, social e histórico, e quando compiladas/juntadas, obtêm-se respostas.

Mesmo que as bibliografias não digam sobre o assunto aqui levantado, as propagandas são dados cruciais para entendermos como eram transmitidos e divulgados o Grão-Pará no final do século XIX.

As sociedades gerais, *Sociedade Central de Imigração*, *Sociedade Promotora de Imigração*, *Sociedade Paraense*, e Belém antes de ser distrito, em conciliação as argumentações de Gedeon Alencar, Eliziane Ribeiro, Vitor Sousa, Rafael Gama e o periódico *A República: Órgão do Club Republicano (PA)*, ao ser comparadas com as fontes bibliográficas, *O Enviado por Deus: Memórias de Daniel Berg*, *Diário do Pioneiro*, *História da Convenção Geral dos Ministérios das Igrejas Evangélicas Assembleianas de Deus do Brasil* e a *História da Assembleia de Deus no Brasil*, evidenciam as contradições e omissões por parte das bibliografias, em contraposição a empiricidade dos pesquisadores citados.

Além disso, é necessário considerar o recorte temporal e a contextualização

histórica de Belém do Pará em diálogo com outros períodos, a fim de desenvolver a pesquisa de forma mais abrangente. Essa abordagem permite também inverter a ótica da “conquista” tradicionalmente atribuída à colonização portuguesa, baseada na exploração forçada, conforme discutido por Serge Gruzinski em sua teoria sobre vencedores, vencidos e colaboradores³².

[...] Ao longo de todo o século XVI a ocidentalização instaurou novas referências materiais, políticas, institucionais e religiosas destinadas a controlar os distúrbios introduzidos pela conquista [...] (Gruzinski, 2001, p.34).

Gruzinski, refletiu sobre a lógica invertida da colonização na América Latina, pois segundo o mesmo, é comum entendermos que os colonizadores venceram pelo impacto genocida e de catequização sobre os povos originários.

Esse discurso foi transmitido ao longo do processo educacional. No entanto, ao inverter essa narrativa, observa-se que os povos originários - aqui compreendidos como aqueles que habitavam a antiga Santa Maria do Grão-Pará durante o período da colonização portuguesa, foram submetidos à coerção, à violência e à força, sendo frequentemente reduzidos à condição de escravizados e obrigados a trabalhar em benefício dos colonizadores.

No entanto, o que de fato ocorreu foi a incorporação de aspectos da cultura dos colonizadores pelos povos originários, especialmente no que diz respeito à leitura, à escrita, à pintura, à religião e às normas do casamento cristão.

Todavia, tais culturas não foram totalmente apagadas nem plenamente dominadas, como se acreditava. As crenças e ancestralidades desses povos foram preservadas no cotidiano, ainda que muitas vezes de forma velada. Assim, os colonizadores portugueses interpretaram essa realidade como uma forma de domínio completo; no entanto, tratava-se, em muitos casos, de estratégias de ocultação e adaptação cultural, nas quais elementos das tradições ancestrais eram mantidos sob a aparência de aceitação da cultura ocidental, particularmente da portuguesa.

Contudo, no recorte temporal de 1893 á 1910, as mulheres,³³ tanto as

³² GRUZINSKI, Serge. O Pensamento Mestiço. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

³³ As mulheres na sociedade eram descendentes de escravos, e segundo todas as referências que compôs as minhas leituras o Catolicismo prevaleceu por algum período como a primeira religião em números de fiéis, era mulheres esposas da alta sociedade como também as havia as pobres, pretas, ex escravas ou descendente. E o Pentecostalismo ao chegar conseguiu atrair pelo assistencialismo evangélico avivado, nos quais as explicações de todos as mazelas ou de sofrimento passado era

práticas religiosas consideradas “comuns” quanto as assembleianas apresentavam posições socialmente demarcadas, sendo esperado que fossem seguidas. As primeiras estavam, em grande parte, vinculadas ao âmbito doméstico e, majoritariamente, às práticas religiosas de cunho católico, embora também houvesse manifestações protestantes e pentecostais.

Como esta pesquisa não foi direcionada especificamente para essa temática, mas os dados apresentados nesta dissertação abrem caminhos para novos questionamentos e análises, observa-se que a Assembleia de Deus tradicional apresentava posições bem definidas quanto aos papéis de gênero.

Em geral, apenas os homens ocupavam o púlpito e exerciam a função de pregação, enquanto às mulheres eram atribuídas práticas como oração por cura, bênção e intercessão pelo derramamento do Espírito Santo. Por outro lado, os homens assembleianos podiam pregar com ou sem formação teológica formal, especialmente no período inicial do movimento, quando diáconos em Belém exerciam funções ministeriais sem terem frequentado seminários, sendo nomeados a partir da confiança depositada pelos dois missionários fundadores.

Mas a esposa de Gunnar Vingren - Frida Vingren, desde o início, quando foi para Belém acompanhar seu esposo, ministrou, evangelizou no espaço urbano, criou o Jornal *Boa Semente*, foi editora, escritora do mesmo e escreveu alguns hinos que até hoje estão contidos no Hinário da Assembleia de Deus - a *Harpa Cristã* (Cesár,2019, Alencar,2019).

Em suma, algumas arguições precisam ser trazidas para o final desta pesquisa, propriamente acerca do declínio da economia da borracha em Belém do Pará, no período em que Gunnar Vingren e Daniel Berg chegaram à capital paraense, em 1910³⁴, e que, nos anos anteriores, era considerada a capital/região mais avançada economicamente, pelo cultivo e pela comercialização da borracha, em razão da mão de obra de trabalhadores nacionais migrados para a região e de estrangeiros.

Outro fator, é que a primeira Assembleia de Deus no Brasil, no Pará, adaptou-se à realidade regional e à população miscigenada, que, ao longo do

consequência do pecado original, mas não permaneceria para sempre com a volta de Jesus Cristo que não tardaria aparecer entre as nuvens do Céu para buscá-las.

³⁴ Mas, quando os missionários chegaram, a economia da borracha já havia declinado, fato que foi percebido pelo jornal *A República*, do Club Republicano, com maior intensidade nas edições 1909 á 1910.

processo, buscou a reafirmação de um protestantismo de matriz primitiva. Em termos gerais, assim como outros movimentos dissidentes oriundos da Igreja Católica Apostólica Romana desde sua formação e institucionalização ao longo da Antiguidade, Idade Média e Idade Moderna/Contemporânea, o pentecostalismo também se insere em um conjunto mais amplo de reformulações religiosas.

Por fim, o pentecostalismo buscou, no recorte temporal desta pesquisa, resgatar valores considerados primitivos e a experiência do batismo no Espírito Santo em um primeiro momento. Posteriormente, passou também a ampliar sua inserção na sociedade paraense, buscando atrair público e consolidar sua presença institucional, o que resultou em disputas por espaço e influência em relação a outras denominações protestantes e pentecostais.

Pesquisas futuras e mais direcionadas poderão confirmar, problematizar ou acrescentar novas questões às considerações aqui apresentadas e a outros objetivos específicos, especialmente no que se refere à Teologia da Prosperidade, já presente em diferentes contextos institucionais assembleianos.

REFERÊNCIAS

A Representação paraense e o problema da borracha: projetos, relatórios e pareceres. Typ. Editora Carioca, Rio de Janeiro, 1921.

AGNOLIN, Adone. O Debate entre História e Religião em uma breve História da História das Religiões: origens, endereço italiano e perspectivas de investigação. Projeto História, São Paulo, n. 37, p. 13-39, dez, 2008.

Alencar, Gedeon. Matriz Pentecostal Brasileira, São Paulo: Editora Recriar, 2019.

ARMITAGE, David; GULDI, Jo. The History Manifesto. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

ARRUDA, Euler Santos. Porto de Belém do Pará: Origens, Concessão e Contemporaneidade. Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional - UPPUR, Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.

BARATA, Manuel de Mello Cardoso. A Antiga produção e exportação do Pará: Estudo histórico - econômico. Typ. da Livraria Gillet, 1915.

BARROSO, Daniel Souza. Nas ruas, casas e rocinhas: estrutura da posse de cativos no núcleo urbano central de Belém (Grão-Pará, 1810-1888). Resgate - Rev - Interdisp. Cul, Campinas, v. 28, p.1-32, 2020.

BERTLEMAN, Frank. A História do Avivamento em Azusa, São Paulo: Impacto, 2016.

BELLOTTI, Karina Kosicki. História das Religiões: conceitos e debates na era contemporânea. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 55, p. 13-42, jul/dez, 2011, Editora UFPR

Bíblia Sagrada. Harpa Cristã, Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembléias de Deus, 2012.

BONOME, José Roberto. Viajantes Protestantes: E a Cultura Brasileira nos séculos XIX e XX, Ed. Viseu, 2024.

BOURDIEU, Pierre. Gênese e Estrutura do campo religioso, In: A economia das Práticas Simbólicas. São Paulo: Perspectivas, 2004.

CAMPOS, Livia Rezende Miranda; CRUVINEL, Belarmina Vilela; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; SANTOS, Anderson Oraminisio. A revisão bibliográfica numa abordagem qualitativa. Cadernos da Fucamp, vº 22, nº 57, 2023, p. 96-110.

CANCELA, Cristina Donza; COSME, João Santos Ramalho. Entre fluxos, fontes e trajetórias: imigração portuguesa para uma capital da Amazônia (1850-1920). Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 232-254, jan-abril 2016.

CÂNDIDO DA SILVA, Marcelo. Uma História Global antes da Globalização? Circulação e espaços conectados na Idade Média. Revista de História, São Paulo, n.

179, p. 1–19, 2020.

CARREGA, Arthur Daltin. As propagandas imigrantistas no Brasil no século XIX: o caso da Sociedade Central de Imigração. ASSIS, SP, v. 15, n. 2, p. 154-171, julho-dezembro, 2019.

CARVALHO, Marcos. O Pará e as Bases de sua Legislação Imigratória nos Finais do século XIX. Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (CEPESE), 2011, p. 137-146.

CASTRO, Luís C.J. Pentecostalismo: Sentidos da palavra divina. São Paulo: Ática, 1995.

Conde, Emílio. História das Assembleias de Deus no Brasil. Rio de Janeiro: Cpad, 1960.

Correia, Marina Assembleias de Deus: Ministérios, Carismas e o Exercício do Poder, São Paulo: Editora Recria, 2023.

COSTA, H. M. Pereira da. O Protestantismo no Brasil: aspectos jurídicos, culturais e sociais de sua implantação - final -. Ciência da Religião - História e Sociedade, v. 5, n. 2, 2007.

Costa, Moab C.C,(2017), O aggiornamento do pentecostalismo: as assembleias de Deus no Brasil e na cidade de Imperatriz - MA (1980-2010),Tese.

COSTA, W. de S. R. Religião na perspectiva sociológica clássica: considerações sobre

Durkheim, Marx e Weber. Sacrilegens, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 3–24, 2017.

CPAD. História da Convenção Geral dos Ministérios das Assembléias de Deus no Brasil. Rio de Janeiro, 2022

CUNHA, Pedro da. Informações sobre o desenvolvimento da Indústria, Cultura e Commercio da Borracha. Typi. do Diário Oficial, Belém, 1893.

DURKHEIM, Emile. As formas elementares da vida religiosa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MOTA, ELba Fernanda Marques. Em quem votaremos? Cultura Política e construção do discurso moral e eleitoral da Igreja Assembléia de Deus (1960-1979), Universidade Federal do Rio de Janeiro - Centro de Ciências Humanas e Sociais (Tese), 2019.

EMMI, Marília Ferreira. Fluxos migratórios internacionais para a Amazônia brasileira do final do século XIX ao início do século XX: o caso dos italianos. Papers do Nea, Belém, outubro, 2009.

FAJARDO, Maxwell Pinheiro. Onde a luta se travar: a expansão das Assembleias de

Deus no Brasil urbano (1946-1980). 2015. 358 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2015.

FERREIRA, Rubens da Silva; COSTA, Érica Elaine. Compreendendo a Imigração Espanhola no Pará (1896-1899). *TransInformação*, Campinas, 23(1):51-61, jan./abr., 2011

CAMPOS, Índio. In, *Formação Socioeconômica da Amazônia*, Coleção Formação Regional da Amazônia, vol. 2, Belém, 2015.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*. Lisboa: Difel: Difusão Editorial S.A, 2002.

CHARTIER, Roger. *Inscrever e Apagar: Cultura Escrita e Literatura*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

Conde, Emílio. *Círculo de Cultura Bíblica*, Minas Gerais, mini bibliografia, 04 de abril de 2026. Disponível em: <https://circulodeculturabiblica.org/2024/03/23/emilio-conde/>

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GAMA, Rafael da. "Por uma religião nacional": a separação entre Igreja e a disputa entre católicos e protestantes em Belém do Pará (1889-1931). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Tese (Doutorado), 2019.

GARCIA, E. Pesquisa bibliográfica versus revisão bibliográfica: uma discussão necessária.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6º ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Emerson Bruno de Oliveira; GOMES, Cristiani Machado; NUNES, Marcia Cristina; MACHADO, Rodrigo Carlos Silva. *A História da Construção do Porto de Belém e sua relação com a Arquitetura da cidade*. 3º Congresso Internacional de História da Construção Luso-Brasileira, setembro, 2019, p.264-276.

GOUVEIA, Jaime Ricardo e LEMOS, Levi Silva. *História Global como Rizoma: possibilidades e limites de uma nova abordagem*. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 14, n. 35, jan-abr 2022

Grão - Pará. Organizadores: MAIA, Tom; TOCANTINS, Leandro; MAIA, Thereza Regina de Camargo. In: *Grão - Pará*, 2 ed. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1987.

GRUZINSKI, Serge. *O Pensamento Mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

JÚNIOR, Francisco Pereira Smith; GARVÃO, Rodrigo Fraga. Presidentes de Província: uma história de migração na amazônia paraense. *Revista Ars Histórica*, nº10, jan/jul, 2015, p.42-57.

LACERDA, Franciane Gama. Migrantes cearenses no Pará; faces da sobrevivência (1889-1916), 2006, Tese.

LACERDA, Franciane Gama; VIEIRA, Regina Corrêa. "O celeiro da Amazônia": agricultura e natureza no Pará na virada do século XIX para o XX. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 30, p. 157-181, jan/jun, 2015.

MAIA, José Nelson Bessa; SARAIVA, José Flávio Sombra. A Paradiplomacia Financeira no Brasil da República Velha, 1890-1930. *Rev. Bras Polit. Int* 55 (1), p. 106-134, 2012.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa. O Celeste Porvir: A Inserção do Protestantismo no Brasil. Ed. IMS - Edimis, 1995.

SYNAN, Vinson. O Século do Espírito Santo: 100 anos do avivamento Pentecostal e carismático. Editora Vida, 2021.

PEREIRA, Reginaldo Bello; LIMA, Daniel Ramos de. Panorama Histórico do Dogma Trinitário do Concílio de Nicéia até o de Constantinopla. *Revista Pax Domini*, Faculdade Boa Novas, v. 2, p. 122-145, mar, 2017.

PRADO, André Pires do; JÚNIOR, Alfredo Moreira Silva. História das religiões, história religiosa e ciência da religião em perspectiva: trajetórias, métodos e distinções. *Religare*, v. 11, n. 1, março de 2014, p. 04-31.

Resenha de: MARQUES, Leonardo. *The United States and the Transatlantic Slave Trade to the Americas, 1776 – 1867*. New Haven: London: Yale University Press, 2016.

SANTOS, Lyndon de Araújo Santos. As outras Faces do sagrado: Protestantismo e a cultura na Primeira República. editora EDUFMA, 2006.

SANTOS, Roberg Januário. O Fim do Grão-Pará e a Instituição da região amazônica: o papel dos liberais paraenses na mudança do status regional no século XIX. *Bol. Mus. Pará Emílio Goldi. Ciênc. Hum*, Belém, v.18, n. 1, 2021.

GRUZINSKI, Serge. *O Pensamento Mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SOUZA, Victor Gustavo de. *Brasil, O País das Maravilhas Tropical: Guias para emigrantes, propaganda e atração de trabalhadores no último quartel dos oitocentos (1875-1897)*. Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Dissertação (Mestrado), 2021.

SOUZA, Victor Gustavo de. *Para onde Partir? Os Guias para Emigrantes como ferramentas da propaganda imigratória brasileira*. Cordis: Deslocamentos humanos:

Cultura, decisões e conflitos, nº 20, jan/jun, 2018, p. 109-152.

Steinwascher Neto, H. (2015). O EDITO DE MILÃO E O PRINCÍPIO DA LIBERDADE RELIGIOSA. Revista Da Faculdade De Direito De São Bernardo Do Campo, 2017.

TOCANTINS, Leandro. Grão-Pará, p. 3-47, Expressão e Cultura - UFPA (Org) MAIA, Tom; TOCANTINS, Leandro; MAIA, Thereza Regina de Camargo, Ed. 2ª, 1987.

PERIÓDICO

Jornal *A República: Orgão do Club Republicano (PA)*